



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 751 - DE 26 DE OUTUBRO A 8 DE NOVEMBRO DE 2025 - R\$ 5,00



108 anos da Revolução Russa

**Em defesa da União das
Repúblicas Socialistas
Soviéticas (URSS)**

**Reconstruir o Partido
Mundial da Revolução
Socialista, a IV
Internacional**



**Combater a ofensiva dos Estados Unidos na
América Latina e no mundo com o programa, a
política e os métodos de luta da classe operária**

Defesa incondicional da Venezuela e Colômbia

**Unidade latino-americana na luta
operária anti-imperialista**

**33 anos de liquidação da União
das Repúblicas Socialistas Soviéticas**

**Recuperar o terreno perdido, construindo os
partidos marxista-leninista-trotskistas**



Combater a ofensiva dos Estados Unidos na América Latina e no mundo com o programa, a política e os métodos de luta da classe operária

Defesa incondicional da Venezuela e Colômbia

Unidade latino-americana na luta operária anti-imperialista

O objetivo de Trump de derrubar o governo Maduro, da Venezuela, é explícito. Anunciou a autorização da CIA para agir no território venezuelano. Certamente, foi um aceno no sentido de que todos os meios estão sendo utilizados para criar as condições ao intervencionismo imperialista. A Venezuela está praticamente cercada por destróieres, aviões de guerra e cerca de 10 mil soldados. Os Estados Unidos pressionam os governos mais alinhados aos interesses norte-americanos a estabelecer acordos de instalação de bases militares. São os casos do Equador e Argentina.

O governo do Panamá cedeu aos imperativos de Trump, anulando o Tratado de Torrijos-Carter, de 1977, que entregava o controle do Canal ao país. Em 2019, o governo Bolsonaro e o Congresso Nacional aprovaram o acordo que permitia aos Estados Unidos utilizarem a Base de Alcântara, no Maranhão, para lançamento de foguetes. É importante ainda localizar a base na Baía de Guantánamo, pertencente a Cuba e ocupada pelos Estados Unidos desde 1903. No caso do Equador, o imperialismo norte-americano atua sobre o governo ultradireitista de Daniel Noboa a restabelecer o acordo militar, desfeito em 2009 pelo governo de Rafael Correa. E na Argentina, o governo de Milei se comporta como serviçal abrindo caminho a um acordo de instalação da Base Aérea na Patagônia, sendo que as Ilhas Malvinas ocupadas pela Inglaterra abriga forças da OTAN. No Paraguai, uma base militar norte-americana está sendo instalada na Tríplice Fronteira. Esse objetivo foi estabelecido já em 2019, ganhou força no final do governo Bolsonaro e agora Trump força o governo do Paraguai a concretizar o plano.

O Comando Sul das Forças Armadas dos Estados Unidos (Southcom) está orientado a recrudescer o cerco à Venezuela e Colômbia. Recentemente, o almirante Alvin Hosley foi destituído do Comando Sul em meio a conflitos políticos que emergiram dos bombardeios aéreos que atingiram embarcações provenientes da Venezuela e Colômbia. A vergonhosa justificativa de que os Estados Unidos passaram a combater o “narcoterrorismo” em águas internacionais, porque estaria em posição de justa defesa do país, na realidade, trata-se de prepotência e arbitrariedade típicas do intervencionismo imperialista. A destruição de embarcações e as 37 mortes divulgadas são apenas um sinal de que há claras intenções de que Trump está disposto a provocar uma guerra na América do Sul atacando a Venezuela. Desencadeou-se uma operação militar no Mar do Caribe e no Pacífico nas imediações da Venezuela e Colômbia. Não se sabe ainda quais serão os próximos passos e o ritmo da agressão. Mas, tudo indica que a crise mundial tende a um maior agravamento com a guerra comercial desfechada pelos Estados Unidos contra a China.

O imperialismo norte-americano está em cruzada por um alinhamento da América Latina em torno à quebra da ascensão econômica mundial da China. Os governos venezuelano e colombiano são os principais alvos, porque agem como nacionalistas e necessitam das relações econômicas com a China. Não se pode, no entanto, desvincular os demais países latino-americanos da rede de conflitos que se teceu com a projeção da economia chinesa, que avança em todos os continentes enquanto os Estados Unidos regridem.

O caso particular do Brasil, da Argentina e do México está em que têm um papel econômico significativo, que pesa na balança dos alinhamentos surgidos nas entranhas da guerra comercial e da escalada militar. Trump conta com o governo Milei, que pode ajudá-lo nas rupturas e nos embates contra o comércio e os capitais chineses. O problema está em que o governo ultradireitista da Argentina se afoga na crise política, que ganhou novas dimensões com o fracasso das diretrizes econômicas de Milei e com a resistência dos explorados. O governo do México se movimenta em ziguezague, procurando ao mesmo tempo proteger a economia do país, extremamente dependente dos Estados Unidos, e não contrariar frontalmente os ditames de Trump. O Brasil enfrenta o tarifação e as punições dirigidas contra autoridades brasileiras, consideradas nocivas aos interesses norte-americanos. A abertura de um canal de negociação, até então fechado pela administração Trump e desejado pela burguesia brasileira, não tem como resultar em um afastamento da China e um realinhamento com a guerra comercial dirigida pelos Estados Unidos.

O teor e o ritmo dos conflitos dos países latino-americanos com os Estados Unidos vão surgindo na medida em que a confrontação dos Estados Unidos com a China se movimenta no terreno das relações internacionais. Esse processo está condicionado ao fato de que renunciar às relações até aqui alcançadas com a China resulta em sufocamento econômico. Em particular, a economia brasileira não pode prescindir do comércio com a China e das ofertas de capitais a serem aplicados internamente em setores produtivos. É nesse marco que uma intervenção militar dos Estados Unidos na Venezuela provocaria um grande desajuste no frágil equilíbrio entre os países da América Latina.

Ocorre que não se trata de disputas isoladas no continente latino-americano. O Oriente Médio continua abalado com a intervenção militar de Israel na Faixa de Gaza. O acordo de cessar-fogo prematuramente se mostra frágil e avulta o objetivo dos Estados Unidos de anexar a Cisjordânia e liquidar a resistência palestina na Faixa de Gaza. A “Guerra de 12 dias” contra o Irã não atingiu o plano dos Estados Unidos e Israel de derrubar o regime político nacionalista. Permanece a instabilidade na Síria, Líbano e Iraque.

CONTINUA →

Na Europa, a guerra na Ucrânia não tem como ser apaziguada de acordo com as diretrizes dos Estados Unidos e as necessidades do imperialismo europeu. Governos e setores da burguesia mais empenhados em anexar a Ucrânia à União Europeia, principalmente Inglaterra, Alemanha e França, impulsionam a escalada militar claramente voltada à preparação de uma guerra com a Rússia. A recente decisão de Trump de recrudesce as sanções econômicas à Rússia e o desespero do governo ucraniano de ter acesso à armas de longo alcance e capacidade de destruição, como o míssil Tomahawk, significam um retrocesso nas tentativas de Trump e Putin de encontrar algum termo para um acordo de cessar-fogo. Ao mesmo tempo, aumentam os embates dos Estados Unidos com a China em torno às matérias-primas, tecnologias e produção de componentes da cadeia tecnológica.

De conjunto, esses fatores econômicos, políticos e militares evidenciam que a crise mundial está em pleno desenvolvimento, sem indicação de recuo. Um respiro no Oriente Médio seria favorável à concentração dos Estados Unidos em sua guerra comercial com a China e em sua determinação de impor um interregno na guerra da Ucrânia.

Em toda parte, avultam as crises políticas e despontam movimentos dos explorados. A greve geral na Itália e as inúmeras manifestações pelo fim do genocídio na Faixa de Gaza se projetaram como sintoma da luta de classes. Os protestos massivos nos Estados Unidos contra as medidas ditatoriais de Trump se somam às tendências das massas responderem com a ação direta às expressões políticas desencadeadas pela decomposição do capitalismo e pela crescente barbárie social.

A classe operária esbarra em suas próprias organizações, que são os sindicatos estatizados e corrompidos pela política de colaboração de classes. Ressente-se da ausência do partido revolucionário ou do seu estágio embrionário. Essa contradição não impede que os explorados se levanten em defesa de suas necessidades e que da situação objetiva da crise mundial emerge o programa da revolução social. Essa é a via por onde passa a luta anti-imperialista e anticapitalista. Por onde se erguerá a frente única anti-imperialista, com o organização revolucionária dirigida pela política do proletariado.

Abaixo a PEC 38 da Reforma Administrativa

Somente a greve geral unificada do funcionalismo dos municípios, estados, DF e

União pode enfrentar o ataque brutal à estabilidade e aos salários.

Abaixo a privatização e demolição dos serviços sociais!

Não ao pagamento da dívida pública

No dia 2 de outubro foi divulgado o conjunto de propostas legislativas que dão forma ao projeto de Contrarreforma Administrativa do Congresso Nacional. O pretexto é a modernização e o combate aos privilégios, porém a finalidade real é de cortar gastos com os serviços sociais, restringindo o orçamento, rebaixando salários e destruindo direitos. Caso seja aprovada, os vínculos trabalhistas serão mais precários, a avaliação de desempenho servirá como um chicote nas mãos das chefias e gestores, facilitando a quebra da estabilidade e intensificando a privatização dos serviços públicos. Quem sairá ganhando será a burguesia, sobretudo os credores da dívida pública, enquanto a maioria explorada sofrerá com o sucateamento dos serviços públicos e acesso dificultado por meio da burocratização e das barreiras digitais.

O “combo” inclui:

- 1) A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Reforma Administrativa que traz mais de 250 na Constituição, veda direitos, constitucionaliza o arcabouço fiscal, altera as carreiras levando a rebaixamento salarial e maior disparidade com aposentados, restringe concursos e amplia a digitalização de serviços.
- 2) O PLC (Projeto de Lei Complementar) da Lei de Responsabilidade por Resultados da Administração Pública brasileira, que impõe mecanismos gerenciais de avaliação de políticas públicas e avaliação de desempenho de servidores, criando bonificações e podendo levar a demissões (quebra da estabilidade).
- 3) O PL (Projeto de Lei) do marco legal da administração pública, que dificulta a realização de concursos públicos; facilita as contratações precárias e temporárias, as terceirizações e a

“digitalização” de serviços; e busca padronizar as carreiras de servidores, rebaixando salários e destruindo conquistas.

Os principais ataques se concentram nas modificações do Artigo 37 da Constituição Federal (CF), que rege os concursos e remuneração dos servidores e na regulamentação do Art. 41 da CF. O PLC completa a demolição iniciada por Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a EC 19/1998, que previa a possibilidade de demissão do servidor efetivo “mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho”. Com o sistema de metas e os Programas de Gestão de Desempenho (PGD), será possível ferir de morte o direito à estabilidade.

A contrarreforma administrativa estende a toda administração pública os mecanismos do Novo Arcabouço Fiscal (LC 200/2023), tornando-o um dispositivo constitucional, e generaliza uma série de ataques que vêm se desenvolvendo em prefeituras, estados e governo federal. A PEC expressa um movimento de centralização autoritária, afrontando o “pacto federativo” desenhado na Constituição, na medida em que a União passa a ser responsável por legislar sobre a administração pública dos estados, Distrito Federal e municípios, em relação ao dimensionamento da quantidade de servidores necessários, quantidade de secretarias, formas de contratação, estágio probatório, cargos comissionados, remuneração, avaliação de desempenho e reconhecimento por resultados. As carreiras e salários passam a ser regulados por estruturas administrativas centralizadas, com a criação do SINAP (Sistema Nacional de Avaliação de Políticas Públicas) e do COPAR (Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal).

Sob a máscara de eficiência e gestão técnica, com o estabelecimento de “metas objetivas” e “modernização” por meio da digitalização e extinção de cargos “obsoletos”, oculta-se o

imperativo de cortar gastos sociais e destinar mais recursos para a sustentação da dívida pública. Os problemas identificados nos serviços sociais, cada vez mais subfinanciados e precários, não serão solucionados com o gerencialismo privatista, mas sim com o controle operário coletivo.

O combate aos privilégios é uma farsa. Pontos como a vedação de pagamento de indenizações que permitem romper o teto salarial do funcionalismo e fim da aposentadoria compulsória como sanção têm enfrentado um forte lobby das associações ligadas à alta cúpula do Judiciário e tendem a ser retirados da proposta, conforme confidenciam os próprios membros do GT. O discurso de moralização busca ocultar que o ataque será direcionado à massa do funcionalismo. Segundo dados de 2022 (Atlas do Estado Brasileiro/IPEA), 70% dos servidores recebiam até R\$5 mil, ou seja, menos do que o salário calculado pelo DIEESE.

Obstáculos aos concursos, terceirização generalizada e digitalização

Se a PEC for aprovada, a reposição de pessoal e a abertura de novas vagas serão dificultadas ao máximo. Serão necessários um detalhado planejamento e justificativa do concurso e estudos quanto à digitalização e terceirização. É evidente que isso fará os concursos serem cada vez mais raros, o que tem amparo na decisão do STF na ADI 2.135 de fim da obrigatoriedade de regime jurídico único. As reposições serão parciais e lentas, o que favorecerá a generalização dos vínculos temporários e da terceirização e a sobrecarga dos servidores em exercício.

Na primeira versão da PEC, no inciso II-D do art. 37, havia a possibilidade de concurso para cargo de estatutário temporário, com estabilidade de 10 anos. Porém, houve um recuo na segunda versão do texto. Em conformidade com as iniciativas de centralização de concursos, como o CNU, chamado de ENEM dos concursos, se estabelece a possibilidade de entes subnacionais aproveitarem as notas de concursos feitos pela União, inclusive para a seleção de temporários. Os cargos de direção (comissionados ou de confiança) passam a ser preferencialmente preenchidos via processo seletivo, sendo que os servidores efetivos ocuparão pelo menos metade dos cargos, o que é ampliado para 60% em caso de áreas ditas estratégicas. Dificulta-se ainda mais a possibilidade de chefias eleitas pelos próprios servidores. Os cargos de confiança e comissionados estarão sujeitos a exigências particulares de cobranças de resultados, com bonificações que poderão chegar ao valor de quatro salários no ano. Novas regras do estágio probatório dificultarão a conquista da estabilidade. A extinção de funções ou cargos públicos poderá ser realizada por ato do Presidente da República, mesmo que sejam cargos ocupados.

A normalização da extinção de cargos, a terceirização e os contratos temporários golpearão a maioria do funcionalismo. É importante reconhecer que o abandono das centrais e sindicatos da defesa da estabilidade a todos os trabalhadores, inclusive ao do setor privado (extinta sob a ditadura), pesa hoje em favor da

destruição da estabilidade dos servidores públicos. É urgente romper com o corporativismo da justificativa da estabilidade apenas para os servidores e conectar a luta contra a reforma administrativa com a defesa da revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária, bem como da lei da terceirização. Defendemos a efetivação sem concurso de trabalhadores terceirizados e contratados de forma precária e a redução da jornada sem redução de salários, garantindo emprego a todos os aptos a trabalhar.

Ataque brutal aos salários, bonificação instável e abandono dos aposentados

Cada ente da Federação deverá, no prazo de 4 anos, reorganizar suas carreiras, com eliminação de cargos e remanejamento de pessoal entre os órgãos. A tendência é agregar os servidores em poucas carreiras “transversais”, separando as consideradas típicas de Estado (estratégicas) e a massa dos servidores. No prazo de 10 anos, as novas carreiras serão posicionadas em uma tabela remuneratória única com faixas salariais do salário mínimo ao teto do referido ente. O salário inicial deve ter um valor de até 50% do salário do final, as carreiras devem ter 20 níveis com interstício de no mínimo um ano. Só poderá haver progressão funcional dos agentes públicos do órgão ou entidade se houver o planejamento estratégico para resultados, o acordo de resultados anual e o plano de avaliação periódica de desempenho anual. Qualquer morosidade na criação desses instrumentos retardará a progressão e o pagamento retroativo estará vetado. O recebimento de adicional de insalubridade e periculosidade será desvinculado de cargos e dependerá de perícia documentada. Para receber o bônus por metas, será necessário estar em efetivo exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro, ressalvado os 30 dias de férias. Qualquer greve ou paralisação, por exemplo, mesmo que não leve a cortes de salários já impede o bônus. A bonificação é instável, pois depende dos limites de despesa de pessoal. A disparidade entre servidores da ativa e aposentados será ampliada. A nova carreira estará desconectada da carreira vigente, o que fará os aposentados regredirem em relação ao patamar em que estavam na carreira ao se aposentar. Será vedada a extensão de qualquer direito, benefício ou vantagem específica de uma carreira a outra.

A PEC ainda proíbe o aumento de remuneração ou indenizações com efeitos retroativos, a não ser em caso de decisão judicial transitada em julgado e baseada em precedente qualificado dos Tribunais Superiores. Perdas históricas serão cristalizadas com a mudança constitucional. Será aberta a possibilidade de se adotar o regime de banco de horas, com controle do ponto, para compensar o acúmulo de funções, proibindo a concessão de folgas ou licenças. O Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal (COPAR) será consultivo e terá a atribuição de, dentre outros pontos, “sugerir, com base em critérios de sustentabilidade fiscal, inflação, mercado de trabalho e variação do Produto Interno Bruto (PIB), percentuais de reajuste para o serviço público federal e para a tabela única remuneratória federal”. O reajuste da tabela dependerá, portanto, de lei específica, e somente o nível inicial acompanhará a variação do salário mínimo. A prática dos governos de desconhecer o direito à reposição inflacionária passará a ser a regra.

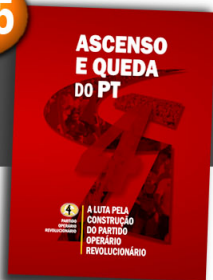
Mais do que nunca será necessário retomar a defesa de que nenhum trabalhador, inclusive o servidor público, receba menos do que o salário mínimo vital, na ausência do cálculo por parte das assembleias de trabalhadores, que seja adotado o salário do DIEESE. A substituição da luta geral por reposição da inflação pelas mudanças corporativas nas carreiras leva a uma quebra da força coletiva do funcionalismo, quebra do vínculo com os trabalhadores

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



do setor privado. O combate à Reforma Administrativa deve ser feito em conjunto com a defesa do Salário Mínimo Vital e da Escala Móvel de Reajustes.

Ajuste fiscal permanente

É enorme a pressão do capital financeiro para desvincular receitas direcionadas a áreas sociais. A PEC facilita a realocação de recursos para “políticas públicas prioritárias, mais eficazes e eficientes”. Assim, em vez de se mexer na enorme fatia do orçamento dedicada ao pagamento da dívida pública, passa-se a tirar verbas de uma política para outra, por exemplo: cortar do Ensino Superior com o pretexto de valorizar a Educação básica.

A PEC estende as regras do Novo Arcabouço Fiscal para todos os entes federativos e inclui na CF o conceito de “receita ajustada” para fins de apuração de déficits. Ao eliminar receitas resultantes de concessões, dividendos, participações, exploração de recursos naturais e programas de recuperação fiscal, será mais fácil caracterizar o déficit primário e acionar os gatilhos limitadores de gastos com as áreas sociais. Mesmo quando as contas forem consideradas superavitárias, o investimento não poderá ultrapassar um crescimento de 2,5% ao ano. Após mais de uma década de profundos cortes, desde 2014, essa regra manterá o quadro de estrangulamento orçamentário que atravessa todas as áreas sociais. As Universidades Federais, por exemplo, sobrevivem com um orçamento que corresponde a menos da metade do que recebiam em 2013. Em caso de déficit, o teto impedirá reajustes salariais e abertura de concursos.

É pura hipocrisia o Congresso Nacional falar de eficiência nos gastos públicos, quando, na prática, se lambuza com a farra das Emendas Parlamentares, com gastos puramente eleitoreiros e em benefício próprio.

A luta por financiamento estatal integral dos serviços sociais é indissociável do combate pelo não pagamento da dívida pública, mecanismo que captura a maior fatia do orçamento estatal em benefício do capital financeiro. Está claro que essa bandeira atinge o capital financeiro e conta com a reação do imperialismo. Essa luta é parte do enfrentamento ao grande capital nacional e internacional.

De FHC a Lula 3: continuidade das contrarreformas

Muitas das medidas propostas na contrarreforma administrativa já são aplicadas em setores do funcionalismo. A terceirização se alastra há tempos, os contratos temporários já são a maioria nas redes estaduais de ensino. Formas de bonificação por metas já são aplicadas nas Escolas de Referência em Pernambuco desde 2004. Os Programas de Gestão de Desempenho já foram introduzidos em setores administrativos substituindo da jornada fixa por metas de produtividade que mais adiante poderão justificar demissões. O teletrabalho/home-office atomiza os servidores públicos, reduz o atendimento nos órgãos públicos e desresponsabiliza o Estado em fornecer todos os meios necessários à realização do trabalho.

O Governo federal vem implementando uma Reforma do Sistema de Carreiras com a criação de carreiras transversais e a transformação de cargos, que amplia a terceirização, elimina funções públicas ditas “obsoletas” e facilita movimentações arbitrárias. A uniformização da Avaliação de Desempenho e da Política de Desenvolvimento de Pessoas padroniza regras e sistemas, como o Sistema de Desenvolvimento na Carreira (Sided). Já está em curso a digitalização da administração pública, que substitui força de trabalho por pacotes de tecnologia, restringe o atendimento presencial e cria barreiras aos usuários.

A convivência com essas formas de controle e precarização não devem servir para naturalizá-las, mas sim para lutarmos com todas as forças para impedir que a demolição dos serviços sociais e direitos avance e para recuperarmos o terreno perdido, revogando as contrarreformas.

A política de desmonte do Estado tem como centro irradiador os países imperialistas e as receitas neoliberais, cuja finalidade é a de impor cortes nos gastos sociais em nome da sustentação da dívida pública. Submetidos aos imperativos do mercado, FHC aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal e fez sua Reforma Administrativa (EC 19/1998) e Previdenciária, possibilitou a privatização de serviços sociais por meio das Organizações Sociais e terceirizações; Lula golpeou a aposentadoria dos servidores públicos e acabou com a paridade entre ativos e aposentados. Lula criou, e Dilma implementou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), com formas de contratação via CLT sem estabilidade. O golpista Temer impôs a brutal Emenda do “Teto dos Gastos”, a Contrarreforma Trabalhista e a Lei da terceirização, que pressionam por um nivelamento por baixo entre setor público e privado. Sob seu mandato, o Banco Mundial divulgou o relatório “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”. Bolsonaro aprovou mais uma Reforma da Previdência e deixou engatilhado um projeto de Reforma Administrativa (PEC 32/2020). Lula iniciou o terceiro mandato remodelando o teto dos gastos com o Novo Arcabouço Fiscal. Apesar das diferenças políticas e dos diferentes graus e ritmos, todos esses governos deram seu aporte às contrarreformas.

A promessa do governo Lula era de “equilibrar as contas” aumentando a arrecadação, com tributação de grandes fortunas e altos rendimentos e redução das isenções fiscais. A voracidade do capital e das oligarquias políticas em torno ao orçamento estatal inviabilizam essas medidas. Apesar da propaganda de enfrentamento aos “super-ricos”, a realidade é que para conceder algum benefício eleitoreiro aos setores mais pobres, a exemplo da isenção de imposto de renda para quem recebe abaixo de R\$5 mil, será necessário impor cortes em outras áreas, sendo a reforma administrativa uma parte desse processo. Apesar da crise política e de divergências em torno a questões pontuais, há uma unidade entre os vários níveis de governo e esferas quanto à contrarreforma administrativa. O Judiciário avaliza a violação da CF, julgando constitucionais as OSs, a quebra do RJU etc. O governo Lula/Alckmin, desde o início do mandato se comprometeu a realizar uma reforma administrativa, e a ministra Ester Dweck elogiou as propostas de Pedro Paulo, indicando apenas que seriam de difícil execução. Há uma confluência entre essas iniciativas. Muitos aspectos perversos da Contrarreforma Administrativa já vêm sendo implementados pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos por meio de portarias e instruções normativas.

O lobby empresarial pela reforma administrativa

Por trás das iniciativas legislativas da Reforma Administrativa, revela-se a presença da coalizão empresarial “Movimento Pessoas à Frente” (MPF). Assim como na Educação, formou-se o “Todos pela Educação” em que fundações empresariais impulsionam as contrarreformas e abrem novos campos de valorização do capital. Por meio da expansão da mercantilização e desnacionalização, o MPF tem se dedicado a influenciar os rumos da política de gestão pública, sendo composto pela Fundação Lemann, República.org e Instituto Humanize, que inclui também a Fundação ligada ao banco Itaú, dentre outras. Esses lobistas se queixavam de que as mudanças da PEC 32 não eram suficientes e agora aplaudem a proposta apresentada ao Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, há uma mudança discursiva, que evita tratar os servidores como marajás ou parasitas, fazendo crer que atingirão apenas os

privilegiados. Ocultam a quebra da estabilidade para não provocar alardes, mas falam em espaços restritos em que essa regra já existe, no artigo 41 da CF, modificado por FHC. Basta, portanto, regulamentar a gestão de desempenho.

A República.org já tem desenvolvido instrumentos de mensuração da administração pública, como o Índice de Qualidade da Burocracia Pública (IQB). Quem está à frente do Instituto Humanize é a ex-secretária de Estado de Planejamento e Gestão de Aécio Neves e Anastasia (PSDB), que ajudou a arquitetar as reformas administrativas em Minas Gerais e atuou como consultora da gestão de Romeu Zema (Novo). Em 2018, Zema e Renata participaram de um curso na Inglaterra, a convite da Fundação Lemann, sobre mecanismos de seleção de pessoas para cargos de liderança na administração pública. Além de o capital financeiro se beneficiar com o redirecionamento de verbas do orçamento social para o pagamento dos custos da dívida, há também o interesse em oferecer produtos para a gestão pública, considerando as novas exigências de planejamentos, estudos, métricas, acordos de resultados e gestão de desempenho. O peso dos interesses do capitalismo monopolista e sua capacidade de influenciar as iniciativas legislativas, votos, propaganda midiática e as redes é um fator importante a se levar em consideração no debate sobre as táticas e métodos de luta contra os ataques.

PEC protocolada. A luta é urgente, não há tempo a perder!

A PEC da Reforma Administrativa já chegou ao mundo por meio de uma manobra. Foi apresentada como fruto do GT de Reforma Administrativa, mas a maioria dos integrantes denunciou que nem mesmo teve acesso ao texto previamente. Na manhã do dia 02/10, foi divulgada com a autoria do deputado Pedro Paulo (PSD) e horas depois teve uma nova versão, divulgada pelos canais oficiais da Câmara, assinada pelos Deputados Zé Trovão (PL), Marcel Van Hatten (Novo), Julio Lopes (PP), Fausto Santos Jr (UB) e Neto Carletto (Avante). A mudança teve como objetivo preservar Pedro Paulo para ser o relator da proposta, o que seria impedido caso estivesse entre os autores. No fim do dia 24 de outubro, às 18h12, a PEC foi protocolada, contando com exatamente as 171 assinaturas necessárias, o que corresponde a 1/3 dos deputados federais. O presidente da Câmara, o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), se empenhou diretamente para conseguir os votos e acelerar a tramitação. Houve deputados que haviam retirado os nomes após pressão de associações ligadas ao Judiciário. Obtendo as assinaturas, a tramitação pode seguir o rito regimental ou cortar caminho ao ser apensada a outro projeto. A segunda opção é a mais provável, pois Hugo Motta afirmou que pretende que a Reforma Administrativa seja a marga de sua gestão.

Nenhuma confiança no terreno jurídico-parlamentar, construir a greve geral do funcionalismo

As direções sindicais têm colocado a mobilização exclusivamente no campo do inimigo, apostando todas as fichas na “sensibilização” de parlamentares. Seguem realizando ações em aeroportos e visitas a gabinetes de deputados, impulsionam campanhas de “se votar não vai voltar”, afirmando que “vão cobrar nas urnas”. A tática não é nova e não impediu a aprovação das contrarreformas trabalhista e previdenciária. A não apreciação da PEC 32/2020, em um cenário de profunda crise política a

partir da pandemia de Covid/19, é apresentada como prova de sucesso do método de pressão parlamentar. Com tantos interesses em jogo, pelo alinhamento com as diretrizes do imperialismo, é importante infundir no funcionalismo a confiança nos métodos históricos de luta da classe operária, na ação direta coletiva, com greves, bloqueios, ocupações e grandes manifestações. A marcha em Brasília, em 29 de outubro, sem expressar uma forte construção unitária de baixo para cima, segue presa às ilusões no parlamento. Um vitorioso exemplo a ser seguido é o da mobilização no Pará no início de 2025, que impôs a revogação da Reforma do Estatuto do Magistério através da ocupação da Secretaria da Educação pelos povos indígenas e da greve de trabalhadores da educação.

Cabe às direções dos sindicatos ligados ao funcionalismo em todas as esferas convocar instâncias e ações unificadas, como reuniões, assembleias, comitês, fóruns, atos, paralisações e greves. É preciso romper a situação em que os dirigentes fazem atos por delegação em Brasília, voltados em grande medida para as redes sociais, enquanto as bases permanecem passivas. É fundamental unir a luta com os trabalhadores terceirizados, do setor privado, precarizados e desempregados, não só alertando sobre a destruição dos serviços sociais, mas também incorporando as reivindicações de defesa dos empregos, salários e direitos, pela revogação das contrarreformas e contra as privatizações. Que as Centrais sindicais convoquem um verdadeiro dia nacional de luta, que seja um primeiro passo para preparar a greve geral. Que rompam com o governismo e o eleitoralismo. A resposta proletária à contrarreforma administrativa passa pela constituição da frente única anti-imperialista.

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

SinTUFABC



Construir uma direção classista e democrática para defender a força de trabalho e a universidade pública!

Por uma fração revolucionária no funcionalismo público!



POR
PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO



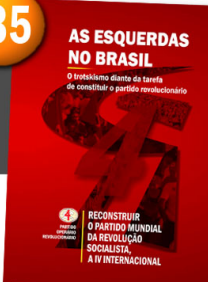
MASSAS

Adquira com o distribuidor: R\$35

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário



Fórum Regional do ABCDMRR em Defesa dos Serviços Públicos promove debate contra a Reforma Administrativa

No dia 15 de outubro de 2025, o Fórum Regional do ABCDMRR em Defesa dos Serviços Públicos realizou em Santo André um debate sobre os impactos da Reforma Administrativa nos serviços públicos. O evento reuniu representantes de entidades sindicais, partidos políticos e movimentos sociais para discutir os riscos da Nova Reforma Administrativa em discussão no Congresso Nacional, que ameaça direitos históricos dos trabalhadores e abre espaço para privatizações e terceirizações.

O debate aconteceu no Consórcio Intermunicipal Grande ABC com a presença do Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Consórcio, Joel Fonseca, e dos debatedores Nelson Novaes Rodrigues (Nelsinho) – Diretor do SINSPREV-SP e servidor aposentado do Ministério da Saúde, Jairo Alfredo Genz Bolter – Diretor da ADUFRGS Sindical/Proifex-Federação/CUT e Israel Luz – ILAESE/CSP-Conlutas. O debate evidenciou o histórico das contrarreformas administrativas, as falsas justificativas, como a “gastança” com o setor público, e o desmonte articulado pela Nova Reforma Administrativa, que envolve cerca de 70 medidas para precarizar e privatizar os serviços públicos. Dentre elas, destacam-se: a substituição de cargos com estabilidade vitalícia por contratos condicionados a metas, temporários e apadrinhados politicamente; a legalização e generalização de contratos temporários, sem direito à estabilidade, FGTS e seguro-desemprego, o que ampliaria o desinteresse pelas carreiras públicas; o congelamento salarial, acompanhado da expansão da política de bonificação por resultados, que forçaria a adesão dos servidores ativos e tornaria desvantajosa a paridade entre ativos e aposentados; a ampliação da terceirização e privatização de serviços públicos hoje gratuitos e universais, com a entrada de empresas e organizações privadas nas gestões dos equipamentos e serviços públicos; a vinculação da abertura de concursos públicos à política de teto de gastos; a possibilidade de transferência arbitrária de servidores públicos concursados; e o condicionamento do cumprimento da execução de ações judiciais à disponibilidade orçamentária, configurando um golpe para não pagar passivos trabalhistas.

O evento também ressaltou a importância do Fórum Regional do ABCDMRR em Defesa dos Serviços Públicos, criado no final de julho de 2025. Este Fórum, que reúne trabalhadores públicos federais, estaduais e municipais, além de usuários dos serviços públicos, estabelece-se como um espaço de articulação política e unidade de ação para enfrentar a precarização do funcionalismo e a deterioração dos serviços públicos na região do Grande ABC. Entre as principais bandeiras do Fórum estão a defesa da qualidade e do financiamento integral dos serviços públicos; o combate



às políticas de austeridade e medidas gerencialistas; a transparência e auditoria das contas públicas; a garantia de data-base anual do funcionalismo; a valorização de trabalhadores públicos efetivos, a efetivação de terceirizados e concursos públicos unicamente classificatórios.

O debate permitiu a troca de experiências sobre os desafios do serviço público e reforçou a necessidade de mobilização coletiva para defender direitos e serviços essenciais à população. Cabe destacar que o SinTUFABC e a CPE-SinTUFABC cumpre um papel fundamental na articulação deste

Fórum Regional, desde a sua origem, mobilizando esforços para construir a máxima unidade de ação. Contudo, não observamos disposição semelhante nas demais entidades (sindicais e estudantis), associações profissionais, e forças políticas, inclusive das que se reivindicam de luta e contra a reforma administrativa, como a UP, o MRT, o Psol e algumas subseções da Apeoesp, no sentido de participar, construir e fortalecer este espaço de unidade de ação. O que demonstra a dificuldade de organizar a luta unitária, mesmo contra essa violenta contrarreforma.

Ademais, o reforço do Fórum Regional não deve ser visto meramente como um organismo de discussão e pressão, mas como o embrião de um organismo de frente única proletária e popular. Segundo o Programa de Transição de Trotsky, a unidade das massas em luta é o caminho para o poder. Estrategicamente, portanto, o Fórum deve ser impulsionado para se transformar em um órgão de luta combativa de massas, coordenando greves unificadas, manifestações e ocupações que articulem as demandas do funcionalismo (combate à precarização, garantia da data-base, efetivação de terceirizados) com as necessidades dos usuários (qualidade e financiamento universal dos serviços). Assim, se a tarefa imediata é unir os trabalhadores para derrubar as contrarreformas e defender os serviços públicos, a tarefa estratégica é elevar o Fórum à condição de um organismo de luta centralizada e independente do Estado e de toda política burguesa desenvolvida pela burocracia sindical e correntes reformistas.

A mobilização contra a Reforma Administrativa, que ataca direitos históricos e aprofunda a dependência do Estado em relação ao mercado, é um campo de batalha crucial. Essa luta deve demonstrar na prática que nenhuma reforma progressiva permanente será concedida pelo Estado burguês em sua fase de decadência. O único governo capaz de garantir os serviços públicos e os direitos dos trabalhadores (como a estabilidade, a paridade entre ativos/aposentados e o financiamento integral) é um Governo Operário e Camponês.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Plenária da CUT escancara Reforma Administrativa “por dentro” do governo

A 17ª Plenária Nacional da CUT, realizada entre os dias 14 e 17 de outubro de 2025 em São Paulo, marcou o lançamento da Campanha Salarial 2026 do Funcionalismo Público Municipal da Confetam (Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras no Serviço Público Municipal), e evidenciou as contradições presentes na relação entre os trabalhadores e os governos. Na mesa estavam representantes de entidades como Confetam, FENASEPE, CNTE, CONDSEF, SINA-GÊNCIAS, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social, Proifes e CUT, além de Esther Dweck, Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e de José Celso Cardoso Jr, Secretário de Gestão de Pessoas do MGI.

Segundo a Ministra, que se retirou pouco depois de sua fala, o MGI foi criado para resgatar o diálogo com as centrais sindicais e iniciar a recuperação de áreas desestruturadas. Entre as iniciativas já implementadas, estão a reabertura da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), o Concurso Público Nacional Unificado e 38 medidas infraconstitucionais de modernização da Administração Pública.

José Celso reforçou o discurso da “modernização” estatal, argumentando que não há interesse em propostas que “burocratizem” ou “afetem direitos conquistados”, ao mesmo tempo em que relativizou o alcance das mudanças em curso, apresentando-as como uma “reforma infraconstitucional” mais adequada que a PEC 32. Tal formulação, entretanto, revela a tentativa de naturalizar a continuidade de uma agenda reformista, pautada pela racionalização, reestruturação e flexibilização do trabalho no setor público, agora sob a legitimidade de um governo vendido como progressista pelas próprias entidades sindicais. O discurso inicial do burocrata tentou trazer o projeto de Reforma Administrativa como algo positivo, argumentando que a relatoria ainda não teria assinaturas suficientes para protocolar o projeto na Câmara dos Deputados, devido a recusas de parlamentares da extrema direita.

Em seguida, as entidades sindicais fizeram falas contrárias à Reforma, reivindicando que o governo se posicionasse contrariamente à proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho sobre Reforma Administrativa, apontaram a necessidade de se reconstruir uma agenda própria, cobrando do MGI medidas como a regulamentação da Convenção 151 da OIT, a racionalização de cargos e a efetivação da MNNP como espaço real de diálogo negociação e decisão. Como se vê, os cutistas, entusiastas da política burguesa de colaboração de classes, querem alimentar a ideia de que o governo burguês de frente ampla é, pelo menos verbalmente, crítico às medidas de contrarreforma administrativa.

A contradição se aprofunda quando o representante do MGI reconhece que a reforma do governo “já está em andamento” — ainda que “sem relação com a reforma do Congresso”. Trata-se, portanto, de uma reforma administrativa por dentro do Executi-



vo, implementada de forma fragmentada e tecnocrática, com o mesmo conteúdo neoliberal que marcou as ofensivas anteriores: contenção fiscal, desmonte do RJU, ampliação de vínculos precários e substituição de concursos por contratações temporárias, como exemplifica o caso recente da Anvisa, que aprovou contratação de 500 temporários, mas tem um concurso em andamento. José Celso criticou a postura dos sindicalistas da base governista, dizendo que deveriam se posicionar de forma

ativa e propositiva, e não passiva e reativa. Chegou a insinuar que a equiparação dos auxílios entre os Servidores dos Três Poderes só seria possível mediante uma Reforma Administrativa.

A luta contra a Reforma Administrativa precisa ir além da defesa corporativa. Ela deve se inserir em uma estratégia de resistência e reorganização de classe, capaz de articular a pauta dos servidores à luta geral por direitos sociais universais, por um Estado que garanta serviços públicos, gratuitos e de qualidade, e pela reversão do processo de mercantilização das políticas públicas.

Enquanto o governo opera reformas silenciosas e o Congresso retoma a PEC 32 sob nova forma, a tarefa do movimento sindical é retomar a ofensiva política, mobilizando a categoria e ampliando a aliança com outros setores explorados. A defesa do serviço público não é apenas uma pauta de servidores — é uma luta contra o projeto neoliberal que, em diferentes governos, busca transformar o Estado em mero gestor do capital.

Diante dessa situação, torna-se evidente que os trabalhadores não podem delegar ao Estado burguês — ainda que sob governos autodenominados progressistas — a tarefa de garantir seus direitos. A luta imediata deve estar articulada à perspectiva de ruptura com o sistema que gera as próprias reformas e retrocessos. Não basta resistir às medidas pontuais da Reforma Administrativa: é preciso unificar as reivindicações parciais numa luta política mais ampla contra o capitalismo, que subordina o serviço público e as políticas sociais às metas de ajuste fiscal e rentabilidade do capital financeiro.

Nessa direção, o sindicalismo precisa romper com a lógica da conciliação e da tutela estatal, reafirmando sua independência frente a governos, partidos e aparatos institucionais. A tarefa histórica dos sindicatos é organizar a força coletiva dos trabalhadores, não administrar os limites impostos pela burguesia. É na mobilização consciente, na auto-organização de base e na solidariedade entre os diversos setores explorados que se forjam as condições para avançar de uma defesa econômica para uma ofensiva política.

Somente um sindicalismo classista, combativo e independente poderá transformar a luta contra a Reforma Administrativa numa trincheira da luta pelo poder dos trabalhadores — passo necessário rumo à construção de uma sociedade em que o Estado e o trabalho estejam a serviço das necessidades humanas, e não dos lucros de uma minoria.

Posições do marxismo sobre a questão dos impostos

Desde o seu surgimento, o marxismo não se furtou de elaborar uma resposta muito precisa sobre a questão tributária, tendo como objetivo o choque da classe operária e demais explorados contra as bases de sustentação da burguesia e seu Estado, que descarrega o enorme peso do custeio da máquina estatal sobre os mais pobres.

O texto “Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório. As Diferentes Questões” (Marx, 1866) trata de propostas direcionadas ao I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores. No tópico “7. Tributação direta e indireta”, Marx coloca:

“(a) Nenhuma modificação na forma de tributação pode produzir qualquer mudança importante nas relações de trabalho e capital. (b) Todavia, tendo de escolher entre dois sistemas de tributação, recomendamos a total abolição de impostos indiretos e a substituição geral por impostos diretos. Porque impostos indiretos elevam os preços das mercadorias, uma vez que os comerciantes juntam a esses preços não só o montante dos impostos indiretos como também os juros e o lucro sobre o capital avançado no seu pagamento; Porque impostos indiretos escondem de um indivíduo o que ele está a pagar ao Estado, ao passo que um imposto direto é indistigível, infalsificável e não pode ser mal entendido pela mais fraca capacidade. Tributação direta incita, por conseguinte, todo o indivíduo a controlar os poderes que governam, enquanto tributação indireta destrói toda a tendência para o autogoverno.”

Entende-se por imposto indireto os impostos cobrados sobre o consumo de bens ou serviços, na hora da compra. Quem recolhe o imposto indireto é o capitalista, porém quem paga efetivamente é o consumidor. Os capitalistas conseguem repassar a maior parte ou totalidade desse tipo de imposto aos preços, principalmente sobre os bens de primeira necessidade, cuja demanda se mantém

mesmo com o aumento dos preços. Na prática, quem tem maior renda (capitalistas) acaba pagando proporcionalmente menos impostos do que os explorados, pois destinam uma ínfima parte de sua renda para subsistência, e o restante para o consumo de luxo e ampliação de seu patrimônio por meio do parasitismo financeiro. Os impostos diretos são os cobrados diretamente sobre a renda e o patrimônio, e dessa forma não têm como ser embutidos nos preços das mercadorias.

No texto “Uma explicação para os camponeses do que os socialdemocratas querem” (1903), no tópico “5. Quais melhorias os socialdemocratas estão se esforçando para obter para todo o povo e para os operários?”, Lênin explica que:

“[...] Impostos indiretos são impostos que não são impostos diretamente sobre a terra ou sobre uma casa, mas são pagos pelo povo indiretamente, na forma de preços mais altos para o que compram. [...] esses impostos são pagos ao Tesouro pelo comerciante ou pelo fabricante, mas, é claro, ele não os paga do seu próprio bolso, mas do dinheiro que seus clientes lhe pagam. [...] A tributação indireta é a forma mais injusta de tributação, porque é mais difícil para os pobres pagar impostos indiretos do que para os ricos. A renda de muitos ricos é dez vezes ou mesmo cem vezes maior que a do camponês ou trabalhador. Mas o homem rico precisa de cem vezes mais açúcar? Ou dez vezes mais vodca, fósforos ou querosene? Claro que não! [...] Quanto mais rico o homem, menor é a parcela de sua renda que ele paga em impostos indiretos. [...] Impostos indiretos são impostos sobre os pobres. [...] E assim, os socialdemocratas exigem a abolição dos impostos indiretos e a introdução de um imposto progressivo sobre rendas e heranças. Isso significa que quanto maior a renda, maior o imposto. [...] As menores rendas [...] não pagam nada. [...] Tal imposto, um imposto de renda, ou mais exatamente, um imposto de renda progressivo, seria muito mais justo do que impostos indiretos. E é por isso que os socialdemocratas estão se esforçando para garantir a abolição da tributação indireta e a introdução de um imposto de renda progressivo. Claro, todos os proprietários, toda a burguesia, se opõem a essa medida e resistem a ela. Somente por meio de uma aliança firme entre os camponeses pobres rurais e os operários urbanos essa melhoria pode ser conquistada da burguesia.”

No texto “O Capitalismo e os Impostos” (1913), Lênin comenta sobre uma nota da Revista Novi Ekonomist (revista russa editada pelos outubristas e democratas-constitucionalistas), que fala sobre o imposto de renda nos EUA, onde se discutia um projeto de imposto de renda progressivo. Tal projeto propunha isenção para quem ganhava até 4 mil dólares, alíquota de 1% para renda acima de 4 mil dólares, de 2% para rendas acima de 20 mil dólares “[...] e assim por diante, com ligeiros aumentos na porcentagem à medida que a renda aumenta. [...] mas com uma taxa de progressão extremamente lenta, de modo que o proprietário de uma renda milionária geralmente pague menos de 3%. O plano estima que as 425 mil pessoas cujos rendimentos excedem os 4 mil dólares pagarão 70 milhões de dólares em impostos [...]”.

Lênin, por outro lado, demonstra que os 8,8 milhões de operários, que recebiam em média 550 dólares (portanto, isentos no projeto de imposto de renda progressivo), já pagavam uma soma de 330 milhões de dólares em impostos indiretos (sobre o consumo), que correspondiam a 7% de sua renda. Enquanto que os cerca de 500 mil capitalistas, que juntos obtinham mais riqueza que a soma da renda dos 8,8 milhões de operários, pagavam apenas 19 milhões de dólares em impostos indiretos, ou 0,36% de sua renda.



BOLETIM CERQUI

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Nº 41 | SETEMBRO DE 2025

Adquira o Boletim CERQUI e/ou outros materiais com um dos nossos militantes ou pelas nossas redes:

R\$ 5

A defesa da soberania nacional das nações oprimidas é parte do programa da revolução social

Responder às provocações, ameaças e ataques dos EUA à América Latina, organizando um movimento anti-imperialista

Somente a classe operária unida, por meio de suas próprias organizações, seus métodos de luta e seu programa, pode dirigir a maioria oprimida e derrotar a ofensiva imperialista

A tarefa é a de estruturar a frente única anti-imperialista

Defesa incondicional da Venezuela contra o cerco militar montado pelos Estados Unidos

Lutemos sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina

Contato:

- ☎ (11) 9 5446-2020
- 📧 massas.por
- 🌐 massas.org
- ✉ por@pormassas.org

Lênin conclui: “Se os capitalistas médios pagassem tanto quanto os operários, ou seja, 7% da renda, a receita seria de cerca de 130 milhões de dólares. 15% da renda dos capitalistas ricos produziram 540 milhões de dólares. O total cobriria mais do que todos os impostos indiretos. [...] Vemos que a reivindicação apresentada pelos socialdemocratas — a abolição completa de todos os impostos indiretos e sua substituição por um imposto de renda progressivo real, e não um imposto de renda meramente lúdico — é plenamente realizável. [...]”

No texto “Tarefas dos zimmerwaldistas de esquerda no Partido SocialDemocrata Suíço” (1916), no tópico “II. O alto custo de vida e as condições econômicas intoleráveis das massas”, Lênin trata da resposta dos revolucionários que deveriam ter, como principal tarefa, “expor as tentativas da burguesia de transferir o fardo da mobilização e da guerra para os operários e camponeses pobres”. Segue:

“[...] Em nenhuma circunstância e sob nenhum pretexto, os socialdemocratas podem concordar com impostos indiretos. [...] Os socialdemocratas devem propagar o mais amplamente possível entre as massas a necessidade urgente de introduzir um imposto federal uniforme sobre a propriedade e o rendimento, com escalas elevadas e progressivas. [...] Os socialdemocratas devem combater implacavelmente a mentira burguesa [...] de que é ‘impraticável’ defender taxas revolucionárias elevadas de imposto sobre a propriedade e a renda. Pelo contrário, esta é a única política socialdemocrata prática e única. Primeiro, porque não devemos nos adaptar ao que é ‘aceitável’ para os ricos; devemos apelar para as amplas massas de pobres e sem propriedade [...]. Segundo, a única maneira de arrancar concessões da burguesia não é ‘negociando’ com ela, não nos ‘adaptando’ aos seus interesses ou preconceitos, mas preparando as forças revolucionárias das massas contra ela. Quanto maior for o grupo de pessoas que convenceremos da justiça das altas taxas revolucionárias de imposto e da necessidade de lutar para garantir tais taxas, mais cedo a burguesia fará

concessões. E utilizaremos cada concessão, por menor que seja, na luta inabalável pela expropriação completa da burguesia.”

Conclusão

O marxismo, historicamente, tem feito uso da reivindicação de “abolição de todos os impostos indiretos e a substituição por um imposto de renda progressivo” sobre a burguesia como forma de expor a política fiscal do Estado burguês de despejar o peso do aparato burocrático e militar estatal, de sua máquina de guerra e da dívida pública sobre os ombros dos explorados. Tal reivindicação, junto às demais (não pagamento da dívida pública, salário mínimo vital etc.), tem como objetivo “preparar as forças revolucionárias das massas” contra a burguesia, e por isso conserva um caráter transitório. Somente a classe operária no poder, em aliança com o campesinato, é capaz de realizá-la, como parte da estratégia de expropriação revolucionária da burguesia e edificação do socialismo.

É importante compreender a diferença e a relação do imposto indireto e direto, nas condições em que o governo Lula se mostra compromissado com a sustentação da brutal dívida pública, recorrendo ao aumento da carga de impostos, já que os cortes nos gastos essenciais chegaram a um limite que dificulta a própria governabilidade. Nas discussões sobre a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5.000,00 e sobre o aumento do imposto progressivo, destacou-se o fato de que os impostos indiretos continuarão sendo a fonte de arrecadação, portanto, atingindo os assalariados, e os impostos diretos permanecerão sendo ínfimos, de forma que os capitalistas contarão para sua proteção com os impostos indiretos. Os reformistas do PT e aliados, como PCdoB e PSOL, que verbalmente criticam a baixa contribuição tributária dos ricos, acabam se curvando diante do predomínio dos impostos indiretos.

Ceará

A filiação de Ciro ao PSDB e os preparativos para as eleições de 2026



Como esperado, Ciro Gomes filiou-se no dia 22 de outubro ao PSDB do Ceará. O ex-governador desligou-se do PDT dois dias antes com um comunicado lacônico à direção nacional do partido. O fato repercutiu nacionalmente e na imprensa local. Antes mesmo do desligamento formal, o presidente do PSDB no Ceará, Ozires Pontes, já dava como certa a adesão de Ciro às hostes tucanas em vídeo publicado nas redes sociais. Partidos e lideranças da direita aproveitaram a ocasião para transformar a cerimônia de filiação do ex-ministro num ato político de grande repercussão. Na solenidade, Ciro atacou com fúria o PT e elogiou os novos aliados

da ultradireita, Capitão Wagner (União Brasil) e André Fernandes (PL). A entrada formal de Ciro no PSDB consolida a frente ampla dos partidos de direita que disputará o Palácio da Abolição em 2026.

A indicação de Ciro para a sucessão estadual, embora não oficializada, é estimulada até mesmo pela malta bolsonarista, que recebe uma chapa própria e aposta na unidade entre ultradireita e direita tradicional para derrotar a coligação governamental. A razão é simples: Ciro aparece como o nome mais bem posicionado para derrotar Elmano Freitas/PT. Segundo algumas pesquisas, o ex-ministro já aparece empatado tecnicamente com o governador petista, ao passo que outros nomes (Roberto Cláudio, Eduardo Girão etc.) têm ficado para trás.

A esperada ruptura com o PDT foi motivada por crises e revés político

Derrotado nas eleições presidenciais de 2022 (quando perdeu em seu próprio reduto e obteve ínfimos 3,0% dos votos) e nas eleições municipais de 2024 (quando seu candidato, e então prefeito, José Sarto, sequer foi ao segundo turno), Ciro passou a ter cada vez menos espaço no PDT de Carlos Luppi, comprometido

com o apoio ao governo Lula/Alckmin. Desferindo ataques ao governo federal, Ciro se comprazia com o fato de poder dirigir o PDT estadual e ali poder imprimir sua própria diretriz. Esse regozijo, contudo, durou pouco diante da pressão das bases do partido, desejosas de uma aproximação fisiológica com os governos do PT. Esta aproximação, assentada na base da liberação de recursos, cargos e indicações, valeu a denúncia dos ciristas de que o PT aliciava seus políticos e tentava comprar o PDT. Uma parte dos parlamentares pedetistas, por sua vez, via com preocupação o rápido declínio da sigla sob a liderança do antipatizado falastrão. Diante dos retumbantes fracassos eleitorais e de um racha com Cid Gomes (que custou ao PDT inúmeras prefeituras e parlamentares), os vereadores da capital acharam por bem fechar um acordo com o PT e ingressar na base do governo municipal de Evandro Leitão. Como tal movimentação contava com a anuência da direção nacional e, em grande medida, do presidente estadual André Fernandes, Ciro passou a denunciar que o partido havia sido capturado pelo PT.

Os últimos anos foram indiscutivelmente amargos para o clã Ferreira Gomes. O ex-ministro romeu com o irmão e perdeu grande parte de seu prestígio nas camadas progressistas da classe média. Seus arsenais esgotaram-se e literalmente encolheu como força política nacional e estadual. Isolado e em declínio, Ciro voltou-se para a ultradireita como um afogado volta-se para uma boia. A sua aproximação de figuras como André Fernandes, Capitão Wagner, Dra. Silvana, Pastor Jaziel e cia não é, contudo, uma conversão orgânica aos princípios do liberalismo

e conservadorismo da ultradireita, mas antes um giro pragmático sobre a base do oportunismo político. Ciro, que já transitou por pelo menos 7 partidos (PDS, PMDB, PSDB, PPS, PSB, PROS, PDT) é, nesse quesito, uma raposa ardilosa. Sua volta ao igualmente moribundo PSDB tem esse significado. Há não muito tempo, Ciro angariou simpatias como um virulento e irascível crítico do bolsonarismo. Hoje busca desesperadamente desvencilhar-se desse passado e firmar alianças com os defenestrados da véspera. A volta ao PSDB e a esperada redenção com uma vitória nas eleições para governador, montado no bolsonarismo, é uma esperança alimentada tanto pela decadente sigla tuana quanto pelo decrépito político sobralense.

Enquanto se acirram as disputas pela sucessão estadual e no momento mesmo em que as figuras de proa da burguesia se exibem no cenário político, a crise infernal do capitalismo castiga, como nunca, a classe operária e o conjunto dos oprimidos. A necessidade de lutar contra essas poderosas forças e batalhar pela independência de classe do proletariado é a mais importante das tarefas no momento. O combate à ultradireita reacionária é impossível sem o desmascaramento da esquerda reformista e pró-burguesa que se ergue como um muro de contenção contra a mobilização independente dos explorados. Os trabalhadores e a juventude com consciência de classe têm o dever de rechaçar ambas as frações burguesas em luta e levantar alto o programa e as reivindicações próprias das massas, bem como se colocar pelo fortalecimento do Partido Operário Revolucionário, que tem como estratégia a revolução social.

10 anos das ocupações de escolas em SP: para onde foi o movimento secundarista?



Breve histórico

Na noite do dia 9 de novembro de 2015, um grupo de estudantes da Escola Estadual Diadema, no centro desta cidade, pulou para dentro os muros da escola, fechou os portões com cadeados e estabeleceu a primeira do que seria a maior onda de ocupações de escolas que o Brasil já viu. No dia seguinte, outros estudantes, de forma articulada com os primeiros, ocuparam uma escola tradicional da região de Pinheiros, na capital paulista. A EE Fernão Dias foi a segunda escola ocupada no estado. A terceira, EE Castro Alves, se encontra na Zona Leste Paulistana, o que mostrou uma rápida articulação e organização dos estudantes.

Mas essa história não começou aí. O ano de 2015 foi um ano de intensas lutas em SP, que naquele momento era governado pelo atual vice-presidente Geraldo Alckmin. Em março daquele ano, os professores da rede estadual iniciaram a maior greve de sua história,

permanecendo paralisados até meados de junho. Foram 92 dias de uma greve heroica, com mobilização massiva de professores, funcionários e alunos. Em muitas escolas os estudantes boicotaram as aulas dos professores fura-greve, indicando que estavam ao lado dos seus professores lutadores. A exigência central daquela greve era o salário, que seguia sendo corroído pela inflação e já estava defasado em 75% da média dos demais profissionais com ensino superior. Essa greve, que embora derrotada pelo autoritarismo do governo Alckmin e letargia da direção da APEOESP, mostrou para os estudantes o caminho da luta de classes, como única forma de resistir aos ataques do capitalismo em decomposição, que chegam aos explorados pelas mãos da burguesia e de seus governos.

Em setembro, o governo Alckmin, que tinha na pasta educacional Herman Voorwald, anunciou e colocou na ordem do dia um projeto de reorganização das unidades escolares de SP. Neste projeto, os estudantes seriam separados nas escolas por ciclos, escolas de Ensino Fundamental 1, escolas de Ensino

Fundamental 2 e escolas de Ensino Médio. Nesta dança das cadeiras que os estudantes fariam trocando de escolas, o governo “percebeu” que 94 escolas poderiam ser fechadas. O projeto de reorganização das escolas, que afetaria mais de 300 mil estudantes, estava oficializado apenas no discurso do governador e no decreto nº 61.672, que transferia os funcionários das unidades que seriam fechadas. A magnitude do projeto fez com que começasse a ser debatido pelo movimento social.

O problema foi pauta de discussão sindical por parte dos professores no começo de setembro e outubro, mas não foi possível levantar outra greve naquele momento, principalmente devido à derrota de junho. Era preciso uma direção que fosse capaz de impulsionar a luta desde às bases, organizar amplas passagens nas escolas e unificar com os estudantes e outros trabalhadores em luta naquele momento. A crise de direção, que no movimento de professores de SP está materializada na direção petista que controla o sindicato há décadas, se impôs. Em uma assembleia da APEOESP, de 20 de outubro, o tema foi debatido. A Corrente Proletária na Educação/POR, defendeu a consigna “Escola fechada, escola ocupada”, como método para conter a ofensiva do governo. Não encontramos nenhuma menção anterior dessa consigna no movimento.

O que não estava muito claro é se os estudantes teriam condições de encampar a resistência contra este projeto. Do jornal *Massas* nº 510, de 15 de novembro de 2015, extraímos o seguinte trecho: “Manifestações ocorreram nos bairros, nas cidades do interior, nas diretorias de ensino, na Secretaria da Educação, nas grandes avenidas e no Palácio do Governo. Diante do autoritarismo de Alckmin, a assembleia da Apeoesp aprovou a bandeira de: escola fechada, escola ocupada. E nessa semana, várias escolas foram ocupadas pelos estudantes. A ocupação da tradicional escola da capital, Fernão Dias, ganhou projeção. Alckmin, por sua vez, responde com a violência policial e com a mesma campanha usada na greve dos professores de que se trata de uma ação partidária do PT.”

Esses fatos, apesar de ser apenas parte de todo o processo, são importantes pois mostram os vínculos entre o amplo movimento de ocupações que aconteceu a partir de novembro e a luta dos professores por suas condições de vida e de trabalho.

Base, direção e classe

As manifestações de rua e fechamento de vias públicas fizeram com que a polícia entrasse em choque com os estudantes, o que teve um efeito contrário ao que esperava Alckmin. Mais estudantes foram para as ruas nas manifestações seguintes, até que em novembro, impulsionado por um grupo autonomista (filo-anarquista) chamado O Mal Educado, passou da tática das manifestações de rua e bloqueios às ocupações de escolas. Um aspecto que chama a atenção nesses primeiros desenvolvimentos das ocupações é a ausência completa das entidades estudantis UNE, UBES, UMES, que revelaram, na prática, seu descolamento do movimento real que se passa nas escolas. Sua direção política, a UJS/PCdoB, estava empenhada completamente na defesa do governo Dilma, ignorando o que se passava no chão das escolas. Pior, em novembro a UBES estava realizando seu 41º Congresso, onde as ocupações passaram despercebidas.

Os autonomistas tinham alcance limitado, levando a que muitas das ocupações seguintes às primeiras fossem executadas por estudantes independentes, por estudantes organizados em outros partidos e, posteriormente, pela própria UBES. Em um mês, chegou-se a aproximadamente 215 escolas ocupadas em todo o estado de SP. Cada escola tinha, além das reivindicações gerais contra o fechamento de escolas, suas reivindicações particulares.

Criou-se o Comando das Escolas Ocupadas, um organismo surgido do próprio movimento para tentar organizar e dar curso à luta. O Comando contava com dois representantes de cada escola ocupada que se dispusesse a enviar sua delegação. Os encontros chegaram a contar com centenas de secundaristas e as decisões eram tomadas de forma coletiva, através de assembleias, com cada escola tendo direito a um voto. Eis como o próprio CEO se apresentava: “O Comando das Escolas Ocupadas é uma tentativa de unificar as ocupações de escolas em torno da luta contra a reorganização escolar. O Comando é composto por representantes secundaristas de várias das escolas ocupadas e se propõe a ser um espaço de articulação independente, horizontal e apartidário, aberto a todas as ocupações que estão na luta.”

Essa definição de “independente, horizontal e apartidário” era a forma de se opor às entidades estudantis dirigidas pela UJS que buscavam hegemonizar o movimento, chegando ao ponto de fazer reuniões separadas com o governo. Os autonomistas, no entanto, em sua ânsia de se opor à burocratização das entidades oficiais, negavam a necessária política frentista com os partidos e organizações que se dispusessem à luta contra a reorganização escolar e as políticas regressivas do governo Alckmin. A elevada onda de privatizações atual, estava, naquele momento, em sua forma embrionária através das parcerias público privadas.

O sectarismo dos autonomistas levou ao esfacelamento do Comando e das próprias ocupações tão logo o governo recuou com a proposta de fechar as escolas. Houve um movimento de desocupações desordenado. Uma parte queria se manter nas ocupações, enquanto outra parte decidia por conta própria a saída das escolas. O resultado foi que àquelas que se mantiveram ocupadas passaram a sofrer uma dura ofensiva da polícia, das direções escolares e de grupos reacionários.

A ausência de uma política frentista, de um programa de luta pela educação para além do fechamento das escolas e da democracia operária (onde todos os envolvidos pudessem debater e decidir sobre os rumos do movimento), pesou sobre a massa estudantil sem experiência de luta, apesar de sua enorme disposição. Formou-se dois polos dirigentes, os autonomistas de um lado e a UBES/UJS de outro, o que levou ao enfraquecimento do movimento geral e sua dissolução desorganizada a partir de dezembro.

De lá para cá

O Secretário da Educação, Herman, caiu e em 05/12 o governo foi obrigado a recuar e publicar em diário oficial a revogação do decreto de transferência (nº 61.692). Uma vitória do movimento de ocupações, que conquistava ali sua exigência imediata: as noventa e quatro escolas não seriam fechadas em 2016.

Em 2016, as ocupações de escolas se espalharam pelo país como resistência às políticas do governo Temer. Apesar de sua amplitude, não foram capazes de barrar o Teto de Gastos ou as contrarreformas trabalhista e do ensino médio. A direção da entidade passou a se comprometer cada vez mais com a política burguesa, o que ficou evidente nas eleições de 2018. A única campanha levada a cabo pela UNE/UBES nesse período foi a campanha para que os jovens com 16 anos tirassem o título para votar. Com a eleição de Bolsonaro, essas entidades passaram à oposição de governo impulsionando a linha política do PT e PCdoB, formando uma oposição burguesa ao governo. O chamado “Tsunami da Educação” foi a única mobilização de rua que merece consideração, mas se manteve limitada já que estava subordinada aos cálculos da democracia burguesa de pressionar o governo e os parlamentares. Com a Pandemia, a direção do movimento estudantil organizado mostrou toda sua fraqueza. Na esteira dos

demais movimentos, sindicatos e centrais sindicais, passaram para o assistencialismo e a virtualidade. No momento em que a educação estava sendo profundamente atacada com o EaD, com a exclusão de uma massa de jovens que ficaram um ou dois anos sem escolas e sem aulas e com a miséria que se abateu sobre a maioria das famílias devido às demissões de trabalhadores, as direções estudantis foram colocadas a prova e reprovaram. A necessidade concreta impunha a luta com os métodos da ação direta coletiva, não a virtualidade e a passividade. A UNE foi favorável à bandeira burguesa de “união nacional”, ou seja, de conciliação com a burguesia. Passada a Pandemia, a direção do movimento estudantil passou ao trabalho para eleger novamente o PT, o que fez com que defendesse e fizesse parte da frente ampla com setores proprietários, como os bancos e os capitalistas comerciais. A direção que dizia se opor radicalmente ao governo autoritário de Alckmin no estado de SP em 2015, passava a fazer campanha e pedir que os jovens votassem em Alckmin em 2022. Esse tipo de orientação contraditória faz com que mais estudantes se afastem de suas entidades representativas. Com o governo de frente ampla eleito, a UJS seguiu colocando interesses governistas sobre as necessidades da maioria estudantil, que continua sofrendo com a precarização geral da educação. A falta de luta contra o EaD, contra a plataformização da educação, contra as privatizações e contra a reforma do Ensino Médio, por exemplo, são a prova da falência dessa direção.

Nesse ínterim, os autonomistas foram desaparecendo da cena do movimento estudantil. O Mal Educado se dissolveu. Sua origem de classe pequeno-burguesa e a ausência de um programa político claro, que fosse além da reação conjuntural às políticas regressivas dos governos, provavelmente pesou sobre a organização. Os ocupantes de escola se dispersaram, com exceção de uns poucos que se mantiveram ativos, a maioria em coletivos identitários.

O governo Alckmin, em 2016, e seus sucessores Dória e Tarcísio, fizeram sua lição de classe e ampliaram o controle sobre os secundaristas através dos grêmios e outras formas de cooptação estudantil. Os grêmios passaram a ser um braço do governo dentro das escolas, limitando sua organização política independente. Além disso, superou sua derrota para os estudantes fazendo um contorno para chegar ao mesmo objetivo. Passou ao fechamento de salas ao invés de escolas. Estudos posteriores indicam que o número de salas fechadas a partir de 2016 já superou o número de salas que seriam fechadas com as 94 escolas de 2015.

Principais lições para as lutas futuras

As análises sobre as ocupações abundam os periódicos de esquerda, os repositórios acadêmicos e os jornais de diferentes organizações que se reivindicam da luta dos trabalhadores. A ausência de uma análise baseada nos interesses e na luta de classes, no entanto, expressa a limitação da maioria dessas análises. Agora, quando esse movimento completa 10 anos, é tempo novamente de retomar essa discussão no sentido de assimilar as lições e reerguer a luta estudantil.

Algumas dessas limitações são: i) foco majoritário sobre processos internos e/ou particulares, processos que ocorreram dentro das escolas, incluindo aí aspectos culturais, midiáticos e formas organizativas, como o uso das redes sociais, por exemplo; ii) interpretações de que as ocupações foram uma espécie de raio num céu azul, tendo esse aspecto ganhado mais ou menos força em cada pesquisa. Ao não considerar as ocupações como parte da luta de classes no país, ganha força a ideia de que foi um acontecimento inesperado, eventual e surpreendente; iii) a ideia de que as formas de luta levadas a cabo pelos estudantes foram novas/inovadoras. Uma decorrência do problema central, pois, ao não se tomar a

luta de classes como orientação da análise, perde-se de vista que os próprios métodos podem ser - e neste caso são - expressões desenvolvidas e aprimoradas pelas classes em sua luta histórica, como o método da ocupação que no capitalismo é essencialmente proletário; iv) a tendência de se tratar o movimento estudantil como um bloco monolítico, e não como uma disputa constante entre diferentes correntes políticas, entre diferentes métodos, táticas e estratégias, entre os diferentes interesses das direções e da base estudantil.

Diferente disso, o POR sempre se esforçou por revelar as raízes de classe do conflito, sem fetichizar a luta estudantil, mas revelando suas contradições e acusando de maneira clara e objetiva o papel que cumpriu suas direções, em especial a direção das entidades estudantis, que representam uma verdadeira trava para o luta da juventude.

A vitória dos estudantes em 2015 é sem dúvida muito importante como lição política para a juventude e demais trabalhadores, já que mostrou que os governos podem ser derrotados pela ação coletiva e organizada, apoiada nos métodos de luta da classe operária e dos demais trabalhadores.

O retrocesso organizativo posterior e o retrocesso material com o fechamento das salas é parte das lições que os estudantes devem assimilar para retomar o movimento contra os governos atuais. Para superar as disputas fratricidas dentro do movimento, além do sectarismo de certos grupos, é preciso desenvolver no meio estudantil uma política proletária, que não rejeita a necessidade de uma política frentista para combater nossos inimigos de classe. O principismo sectário dos autonomistas contribuiu para o enfraquecimento posterior da luta do movimento estudantil.

Uma das lições mais importantes de todo esse processo é, sem dúvidas, a necessidade de superar as direções governistas e conciliadoras. A direção da UNE/UBES mostra aos estudantes que está comprometida com os seus governos e não com os interesses da massa estudantil explorada. O controle burocrático dessas entidades tem ficado cada vez mais evidentes diante da necessidade de se manter no controle dessas entidades. Os últimos CONUBES e CONUNES mostraram esse aspecto claramente.

Os estudantes e a juventude não são classes sociais, portanto, não podem ter uma política própria, independente das classes em disputa no capitalismo. Portanto, a tarefa principal para o movimento estudantil nesse momento, é assimilar as lições históricas do próprio movimento estudantil, bem como a experiência histórica e a política da classe operária, a única que pode se contrapor de forma consequente à burguesia e seus governos. É preciso desenvolver uma política proletária no movimento estudantil. A Corrente Proletária Estudantil se coloca integralmente por cumprir essa tarefa.



50 anos do assassinato de Vladimir Herzog

Somente um Tribunal da classe operária e dos demais explorados pode punir os responsáveis pelos crimes da ditadura militar

Vladimir Herzog foi torturado e assassinado nas dependências do DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) do II Exército de São Paulo, no dia 25 de outubro de 1975. Ele era diretor-responsável do Departamento de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo, editor de cultura da revista Visão e militante do PCB. A manifestação em sua memória, realizada na Catedral da Sé, em 31 de outubro do mesmo ano, que contou com cerca de 8 mil pessoas, representou um marco na luta contra a ditadura militar. O Partido Operário Revolucionário rende homenagem a esse lutador e a todos os outros que tombaram combatendo a ditadura, sem deixar de assinalar que essa memória deve se converter em fundamento para a luta atual contra a ditadura de classe exercida pela burguesia, e contra as tendências fascistas que se gestam e se fortalecem nas entranhas do chamado Estado Democrático de Direito.

A prisão de Herzog se deu nos marcos da Operação Radar, voltada contra o PCB. Àquela altura, grande parte dos grupos foquistas já havia sido aniquilada pelo aparato repressivo do Estado. O PCB havia se colocado publicamente contra a via armada, postulando a necessidade de um trabalho junto aos sindicatos e pela via institucional-parlamentar, tendo apoiado o partido burguês de oposição consentida pelos generais, o MDB, exercendo um papel importante nas eleições de 1974, quando a ditadura sofreu um revés na votação - o MDB, que tinha 87 deputados federais, passou a ter 165; tinha 7 senadores e saltou para 20. Esse desempenho chamou a atenção dos militares e colocou a necessidade de dirigir o foco do aparelho repressivo ao PCB.

O primeiro registro documental que menciona o nome “Operação Radar”, na verdade, aparece em um relatório interno do CIE (Centro de Informações do Exército) datado de junho de 1973. Segundo o relatório, tratava-se de “rastrear e neutralizar o sistema de direção e propaganda do PCB”. Em outras palavras, a Operação teve como alvo liquidar parte do Comitê Central daquele partido, assim como o seu jornal, Voz Operária. Depois de um breve período parada, a Operação, que tinha caráter clandestino, foi retomada em fins de 73. Em alguns estados, foi batizada de Marumbi ou Barriga Verde. Consistiu em uma ação articulada de inteligência e repressão, com infiltração de agentes, monitoramento de comunicações e prisões sistemáticas de dirigentes do PCB. Como resultado da ação da ditadura, esse partido entrou em profunda crise organizacional, praticamente desmontado até o fim da década de 1970, voltando à cena

política de forma aberta somente no processo de abertura e anistia (a partir de 1979).

No dia 23 de outubro de 1975, uma quinta-feira, o DOI-Codi enviou intimações a diversos jornalistas da TV Cultura, convocando-os a “prestar depoimento” sobre supostas ligações com o PCB - no contexto da Operação Radar. Entre os nomes intimados estava Vladimir Herzog, então diretor de jornalismo da emissora. No dia 24, Herzog telefonou ao DOI-Codi e comunicou que compareceria voluntariamente

no dia seguinte, pois estava em expediente de trabalho. Às 8h da manhã do dia 25, Herzog compareceu espontaneamente à sede do DOI-Codi, no bairro do Paraíso (São Paulo). Por

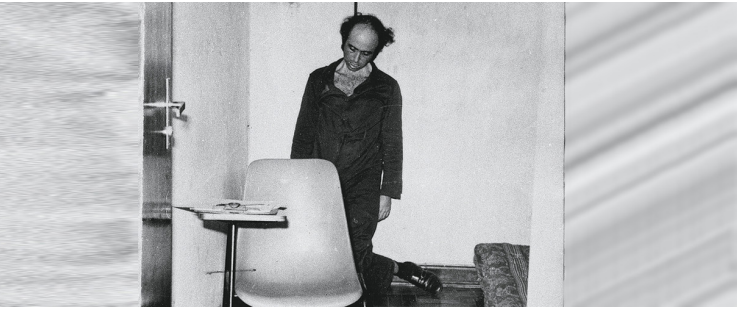
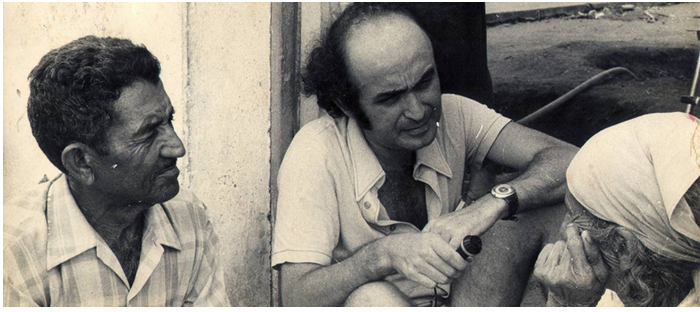
volta das 15h, sua morte foi oficialmente registrada pelo órgão. O DOI-Codi divulgou nota afirmando que ele havia “se suicidado por enforcamento”, o que foi imediatamente contestado por familiares, colegas e por representantes religiosos (como o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e o rabino Henry Sobel – vale mencionar que Herzog era um judeu nascido na Iugoslávia).

No domingo, dia 26, a foto forjada do corpo de Herzog “enforcado” foi divulgada à imprensa. O fotógrafo, Silvaldo Leung Vieira, que na época era aluno do curso de fotografia forense da Academia de Polícia Civil e foi conduzido, aos 22 anos, pelos policiais para fotografar a cena, posteriormente deu depoimentos importantes no sentido de desmontar a versão farsesca dos generais. A posição do corpo e o laudo necroscópico revelavam inconsistências evidentes, demonstrando sinais de tortura anterior à morte. Tanto que, em 1978, a Justiça responsabilizou a União por prisão ilegal, tortura e morte do jornalista. Hoje já existem provas mais do que suficientes para demonstrar isso, tanto que o registro de seu óbito chegou a ser oficialmente modificado. O documento foi entregue pelo Estado aos familiares em março de 2013. No lugar da anotação de que Vladimir morreu devido a uma asfixia mecânica (enforcamento), passou a constar que “a morte decorreu de lesões e maus-tratos sofridos durante o interrogatório em dependência do II Exército - SP (DOI-Codi)”.

Rodolfo Konder, que faleceu em 2014, chegou a contar que testemunhou o assassinato de Herzog. O relato consta da documentação do projeto “Brasil: nunca mais”, e foi reproduzido no relatório final da Comissão Nacional da Verdade:

“[...] lá podíamos ouvir nitidamente os gritos, primeiro do interrogador e, depois, de Vladimir, e ouvimos quando





o interrogador pediu que lhe trouxessem a ‘pimentinha’ e solicitou a ajuda de uma equipe de torturadores. Alguém ligou o rádio, e os gritos de Vladimir se confundiam com o rádio. Lembro-me bem que durante essa fase o rádio dava a notícia de que Franco havia recebido a extrema-unção, e o fato me ficou gravado, pois, naquele mesmo momento, Vladimir estava sendo torturado e gritava. A partir de um determinado momento, o som da voz de Vladimir se modificou, como se tivessem introduzido alguma coisa em sua boca, sua voz ficou abafada, como se lhe tivessem posto uma mordaça [...] Vladimir estava sentado na mesma cadeira, com o capuz enfiado na cabeça, mas agora me parecia particularmente nervoso; as mãos tremiam muito e a voz era débil... e depois nos comunicou que Vladimir Herzog se suicidara na véspera... que quando se iniciou a tortura de Vladimir, o declarante estando na sala ao lado, chegou a ouvir os sons de pancadas que lhe eram desferidas [...]”.

Oitenta e quatro dias depois, foi a vez de a repressão assassinar, com a mesma versão farsesca de “suicídio”, o operário Manuel Fiel Filho – fato muitas vezes negligenciado pela mídia burguesa e pelo próprio movimento ditadura nunca mais. Manuel era metalúrgico, de 50 anos, natural de Taquaritinga do Norte (PE). Trabalhava na Metal Arte Indústria de Alumínio, no bairro da Mooca (São Paulo). Era sindicalizado e simpatizante do PCB, embora não dirigente. Foi preso sob a acusação de posse de material de propaganda comunista, o que, na prática, significava que tinha consigo folhetos e panfletos do partido. No dia 16 de janeiro de 1976, à noite, agentes do DOI-Codi prenderam Fiel Filho em sua residência, após “denúncia anônima”. Foi levado para a sede do órgão, na Rua Tutoia, São Paulo. No início da manhã seguinte, o DOI-Codi comunicou oficialmente que Manuel Fiel Filho havia “se suicidado por enforcamento” em sua cela. Nos dias seguintes, a perícia e o laudo necroscópico apresentaram evidentes sinais de tortura, e a imprensa, a Igreja e a comunidade internacional reagiram fortemente.

O presidente Ernesto Geisel, informado por Sílvio Frola (então ministro do Exército) e Dino Buzaid (ministro da Justiça), ficou politicamente apreensivo com a repetição do episódio Herzog. Essas mortes causaram grande comoção e forçaram o presidente-general a agir para neutralizar os grupos que atuavam nos chamados “porões”, chegando a demitir o comandante do II Exército, general Ednardo D’Ávila Mello, no dia 19 de janeiro de 1976, abrindo uma crise entre Geisel e os militares mais à direita, da chamada “linha dura”. Internamente, o gesto fortaleceu Golbery do Couto e Silva, principal assessor de Geisel e chefe do SNI (vinculado à Presidência) e enfraqueceu o DOI-Codi e setores do CIE (Centro de Informações do Exército), considerados “rebeldes”.

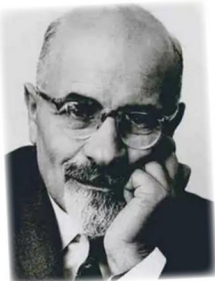
O episódio marcou o início concreto da “distensão controlada”, também conhecida como “lenta, gradual e segura” - estratégia concebida por Golbery. A derrota da “linha dura” não significou o fim imediato da ditadura, mas reorientou o regime para um caminho de transição à democracia oligárquica. Esse processo culminaria na Lei da Anistia (1979), na reabertura partidária (particularmente com a criação do PDS), na eleição indireta de Figueiredo (1979), e, mais tarde, na chamada “redemocratização” (1985). Como se vê, a “vitória” de Geisel teve um preço: o silêncio institucional sobre os crimes da repressão, que só seriam parcialmente revistos décadas depois. O movimento institucional pela apuração dos crimes da ditadura e responsabilização das Forças Armadas, que chegou a constituir a Comissão da Verdade, fracassou. Fato que evidenciou a incapacidade dos governos petistas, de Lula e Dilma Rousseff, se impor diante da burguesia e de sua ditadura de classe, bem como ao imperialismo norte-americano que esteve por detrás do golpe de 31 de março-1º de abril. Esse ajuste de contas histórico somente se alcançará por meio da luta da classe operária e da maioria oprimida, que constituirá um Tribunal Popular.

LANÇAMENTO
FOLHETO


POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

Isaac Deutscher

**SOBRE O HOMEM
SOCIALISTA**



 **POR**  **MASSAS**

Adquira
com um
distribuidor
do Jornal
Massas por
apenas:

R\$ 5,00



NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXI - Outubro/2025

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com

pormassas.org | @massas.por



Boletim Nossa Classe - Política Operária

Abaixo as contrarreformas administrativa, trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização!

Unificar a luta dos trabalhadores do setor público com a classe operária!

Para defender os interesses dos capitalistas/patrões, o governo burguês de Lula manteve as contrarreformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização, aprovadas por Temer e Bolsonaro. Agora, o governo Lula e os partidos da oposição burguesa já estão trabalhando pela aprovação da contrarreforma Administrativa, que aprofundará a precarização das condições de trabalho e prestação dos serviços públicos, devido às políticas de terceirização, privatização e subfinanciamento. É a aplicação da Reforma Trabalhista no funcionalismo público, visando rebaixar direitos e o valor da força de trabalho, ampliar o arrocho salarial, reduzir cargos e concursos públicos, generalizar vínculos precários, restringir as progressões funcionais, atacar a estabilidade e o direito de greve, dificultar ao máximo a aposentadoria e substituir os salários

por subsídios, tudo isso para continuar pagando os juros da dívida pública aos banqueiros.

O Nossa Classe chama a classe operária e servidores públicos a exigirem que os sindicatos e centrais rompam com o governo burguês de Lula e convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação da greve geral. Devemos levantar as bandeiras de abaixo as contrarreformas administrativa, trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização! Efetivação de todos os trabalhadores terceirizados e contratados, com um salário mínimo vital e o fim da terceirização! Estabilidade no emprego a todos os trabalhadores! Não ao pagamento da dívida pública!

Por uma campanha salarial unificada que defenda a pauta de reivindicações por meio da greve, da ação direta!

Os sindicatos dos metalúrgicos do ABC, São Paulo e São José dos Campos estão em campanha salarial. Todos dividiram os trabalhadores e estão assinando acordos por setores e fábricas, deixando os setores que não têm proposta isolados para fazer a luta. Além disso, essas direções burocráticas aceitam a proposta patronal de 5% ou 6%, sem nenhuma luta, como se fosse uma vitória. A divisão da classe operária em vários grupos e bancadas separadas de negociações só interessa aos patrões. Ao aceitar essa divisão, as direções sindicais estão fazendo o jogo da patronal. A patronal criou vários sindicatos (Sindipeças, Fundação, estamparia, químicos, para dividir os trabalhadores, porém, na campanha salarial os patrões parasitas estão unidos e vão todos para as mesas de negociações fechados, com um só objetivo, que é pagar o menor reajuste salarial possível.

O Nossa Classe chama os operários a rejeitarem a campanha salarial dividida e a política de conciliação e de reajustes miseráveis defendida pelas direções burocráticas. A força da classe operária se encontra na sua luta unificada. Metalúrgicos, químicos, borracheiros, devemos lutar contra os patrões como uma só classe. Para isso, devemos unificar as campanhas salariais e aprovar na pauta unificada as reivindicações vitais e que unificam a classe operária como: o salário mínimo vital (R\$ 7.560, segundo cálculos do Dieese), que seja suficiente para manter a família trabalhadora, calculado pelos próprios trabalhadores e reajustado automaticamente, subiu os preços, aumenta os salários; a luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários (escala móvel das horas de trabalho); a estabilidade no emprego; a efetivação dos trabalhadores terceirizados e contratados e o fim da terceirização.

General Motors

Pelegada do sindicato negocia mais um acordo de precarização!

Lutar pela efetivação dos trabalhadores contratados, terceirizados e pela estabilidade no emprego!

Em assembleia realizada dia 13 de outubro, o presidente do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, ligado a Conlutas, Weller Gonçalves, defendeu e aprovou um acordo que permite a GM contratar trabalhadores temporários, e o pior, pagando a me-

tade ou menos do salário pago aos trabalhadores efetivos. Com a ajuda da direção pelega do sindicato, a multinacional, que lucra bilhões, está conseguindo demitir os trabalhadores efetivos que ganham mais e contratar temporários pagando menos. Weller que

vive nas redes sociais dizendo que a direção do sindicato defende os trabalhadores, na prática está fazendo acordos que permitem a GM aumentar a exploração dos operários. É claro que logo depois de contratar trabalhadores ganhando menos e temporários, a patronal vai querer demitir os trabalhadores que ganham mais. Os trabalhadores efetivos no chão de fábrica já entenderam isso. Uma das formas que a GM, a Mercedes, Volks, Scania e demais empresas encontraram para demitir os trabalhadores são os acordos de PDV (Programa de demissão voluntária), negociados com o sindicato, que como sabemos não tem nada de voluntário, são demissões indicadas, porque a empresa tem uma meta a ser atingida, por isso indica e pressiona os trabalhadores a pedirem demissão.

Depois de aprovar o acordo de demissão a pelegada do sindicato desaparece do chão de fábrica e deixam as empresas fazerem todo tipo de pressão sobre os operários. Esses dirigentes devem

ser expulsos do sindicato por serem traidores. São verdadeiros agentes da patronal. Estão interessados apenas em seus próprios interesses. Usam o sindicato como trampolim político. Estão pensando apenas em se elegerem como vereadores e deputados para encherem o bolso de dinheiro. O sindicato foi criado pela classe operária para organizar a luta.

O Boletim Nossa Classe chama os operários efetivos e contratados da GM a rejeitarem os acordos de demissão, contratos temporários e salários menores para novos contratados. Chama os trabalhadores da GM e demais empresas a lutarem de forma unificada pela efetivação dos trabalhadores contratados e terceirizados e pela estabilidade no emprego a todos. Contra as demissões, devemos lutar pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários (escala móvel das horas de trabalho).

Patrão paga salário miserável e seu lucro/mais-valia só aumenta

Um operário denuncia ao Boletim Nossa Classe o salário miserável que recebe e o quanto de mais-valia (lucro) produz para o patrão. Diz o companheiro “eu trabalho montando, testando e ajustando torneiras e seu sistema eletrônico. Somos 5 companheiros no setor de produção e recebemos um salário miserável de R\$ 1.700 líquido. Agora vejam a exploração. Produzimos mais de 2 mil torneiras por mês e cada torneira custa R\$ 1.200,00. Ou seja, em apenas um dia produzimos o suficiente para o patrão pagar nosso salário de meses”.

A denúncia do companheiro mostra o quanto os capitalistas/patrões lucram explorando a força de trabalho dos operários. Não

podemos continuar aceitando o salário de miséria pago pelos patrões parasitas. Devemos nos organizar e construir as comissões de fábrica de luta, classistas e revolucionárias para impor um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a participar do encontro operário para que possamos nos organizar em cada empresa, constituindo as comissões de fábrica de luta. Somente a classe operária organizada e em luta poderá enfrentar o patronato e defender o programa de reivindicações em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas.

Campanha do Boletim Nossa Classe em defesa da resistência do povo palestino contra o colonialismo sionista-imperialista

Não à paz dos cemitérios de Trump e Netanyahu!

O proletariado e explorados do mundo todo devem se colocar ao lado do povo palestino, da nação oprimida contra a ocupação sionista e imperialista. Organizar a Frente a única Anti-imperialista da maioria oprimida, liderada pela classe operária, para derrotar com os métodos da revolução proletária o colonialismo dos

Estados Unidos e de Israel! Pelo direito à autodeterminação do povo palestino! A Palestina só será livre com a destruição do Estado Sionista de Israel e a constituição de uma República Socialista da Palestina, como parte da luta pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

Campanha do Boletim Nossa Classe

Defesa incondicional da Venezuela contra o cerco militar montado pelos Estados Unidos!

Para obter o controle das reservas de petróleo da Venezuela, o governo Trump deu carta branca para a CIA organizar um golpe na Venezuela para derrubar o governo de Nicolás Maduro do poder e colocar um governo que seja totalmente submetido aos interesses dos EUA. Devemos responder às provocações, ameaças e ataques dos EUA à América Latina, organizando um movimento anti-imperialista. Somente a classe operária unida, por meio de suas próprias organizações, seus métodos de luta e seu programa revolucionário, pode dirigir a maioria oprimida e derrotar a ofen-

siva imperialista. A tarefa coloca é a de organizar a Frente Única Anti-imperialista, da maioria oprimida, liderada pela classe operária para expropriar por meio de uma revolução social a burguesia nacional entreguista, expulsar o imperialismo e constituir nosso próprio governo, operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado. A defesa da soberania nacional das nações oprimidas é parte do programa da revolução social. Lutemos sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

Formação política do Nossa Classe

“Os piquetes operários, os destacamentos de defesa, a milícia operária e o armamento do proletariado”

“As greves com ocupação de fábricas são a advertência mais séria da parte das massas endereçada não apenas à burguesia, mas também às organizações operárias e a IV Internacional. Em 1919-1920, os operários italianos apoderaram-se, por iniciativa própria, das empresas, assinalando, assim, a seus próprios “líderes” sindicais a chegada da revolução social. Os “líderes” não deram ouvidos a esse sinal. O resultado foi a vitória do fascismo”. Esse trecho do Programa de Transição, escrito por Trotsky em 1938, mostra que a traição das direções sindicais e a ausência de um partido revolucionário foram decisivos para o ascenso do fascismo na Itália. Serve também de lição diante da política das burocracias sindicais, que se encontram de costas quando os capitalistas impõem as de-

missões, fechamento de fábricas e as contrarreformas no Brasil. É o que vem se passando com as demissões em massa: Gerdau demitiu 400 operários; a CBC 150; a Braspine no Paraná 400 e colocou 1.100 de Layoff; a Taurus anunciou a transferência de 90% da produção para os EUA.

A formação política do Boletim Nossa Classe concluiu reforçando a campanha contra as demissões e contra a burocratização dos sindicatos. Lembrou que a não será possível derrotar as tendências fascistas, que comparecerem em nosso país, por meio de eleições ou ampliando “bancadas parlamentares”. O autoritarismo e as posições fascistas serão derrotados pela ação coletiva dos explorados, tendo à frente a classe operária.

Agitação do Boletim Nossa Classe no portão da Volks em SBC, no dia 20 de outubro

Estamos denunciando a decomposição do capitalismo. O capitalismo está numa fase regressiva, reacionária. A guerra na Ucrânia é um dos reflexos dessa decomposição. Segundo informes, são mais de 2 milhões de mortos, nesses três anos e meio de guerra. O mesmo ocorre na Faixa de Gaza com o genocídio do povo palestino praticado pelo Estado sionista de Israel. Nós, do Boletim Nossa Classe, do Partido Operário Revolucionário, temos denunciado insistentemente que essas guerras são de dominação. Tanto a guerra da Ucrânia quanto a na Faixa de Gaza visam anexar território, saquear riquezas e dominar os povos. Então, nos colocamos ao lado das nações e povos oprimidos e pelo fim das guerras.

Trazendo para a América Latina, nós temos o ataque ao Brasil com as tarifas. E, agora, o cerco à Venezuela e o ataque aos barcos de pescadores pelos Estados Unidos no Mar do Caribe. Trata-se de uma intervenção dos Estados Unidos aos países da América Latina. Nós, do Boletim Nossa Classe, somos defensores da classe operária. Somos defensores da unidade internacionalista dos opri-

midos.

No Brasil, o governo Lula vem aplicando as contrarreformas trabalhista, previdenciária e terceirização dos governos Temer e Bolsonaro. Agora, está sendo discutida a contrarreforma administrativa, que atinge duramente a maioria dos funcionários públicos e, consequentemente os serviços públicos, saúde e educação, principalmente.

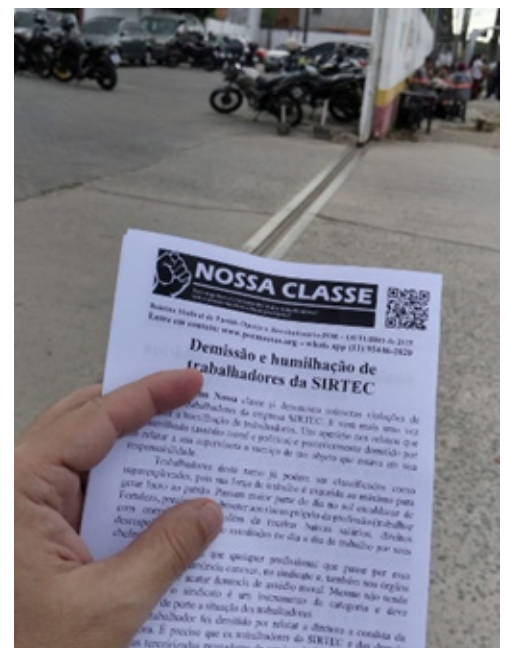
O Boletim Nossa Classe, hoje no portão da Volks, chama os operários a se solidarizem com os povos oprimidos. Chama os operários a exigirem das direções sindicais a convocação de assembleias, para aprovar o caminho da luta para pôr fim às contrarreformas.

Ceará

Boletim Nossa Classe distribuído na SIRTEC

O POR realizou uma panfletagem com seu Boletim Nossa Classe nos eletricitários de Ceará. O Boletim distribuído no portão da Sirtec (empresa terceirizada ENEL) denuncia a perseguição e o assédio sofrido pelos trabalhadores por parte de supervisores e diretores. O Boletim traz o caso de um operário que entrou em contato conosco e relatou ter sido demitido pelo diretor após queixar-se da perseguição da supervisora. Os trabalhadores têm relatado que casos como esse são cada vez mais comuns. O Boletim também traz um artigo sobre a greve dos eletricitários de Santa Catarina.

Aos trabalhadores da Sirtec, que têm se familiarizado com o Nossa Classe, fazemos o velho chamado de exigirem do sindicato que compareça às bases e organize a luta da categoria.



O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

ACESSE O NOSSO SITE E REDES SOCIAIS ATRAVÉS DO QR CODE



São Paulo – ABC

Burocracia dos Químicos do ABC atua a serviço do lucro da CBC e da Termomecânica

O encontro entre a direção do Sindicato dos Químicos do ABC e as cúpulas da Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) e da Termomecânica com o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, no último dia 13 de outubro, representa um claro e vergonhoso exemplo de colaboração de classes. Em vez de defender os interesses da classe operária, a burocracia sindical se transforma em lobista da burguesia, unindo-se aos capitalistas para pressionar o Estado burguês em favor de medidas que garantam o lucro patronal sob o disfarce de defesa do "emprego nacional".

A crise alegada pela CBC/Taurus e pela Termomecânica – seja por "concorrência desleal" ou pelo "tarifaço" – não é um problema de "nação", mas sim uma manifestação da crise do sistema capitalista, que só pode ser resolvida pela classe operária, contra a burguesia e seu Estado. A classe operária não pode aceitar as alegações dos patrões da CBC e da Termomecânica. A primeira reivindicação operária deve ser a abertura imediata e total dos livros de contabilidade das empresas. A crise é deles, os lucros devem ser expostos. Comitês de Fábrica eleitos pelos trabalhadores devem auditar os balanços, expondo publicamente os dividendos e os custos, revelando se as ameaças de desemprego são reais ou uma chantagem patronal.

O setor de defesa (CBC) e o setor de insumos estratégicos (Termomecânica) não podem continuar sob a gestão dos parasitas capitalistas, cuja única preocupação é o lucro. Se a concorrência capitalista, o mercado ou o "tarifaço" ameaçam o emprego, a resposta não é o protecionismo estatal burguês, mas a expropriação imediata dessas empresas. Elas devem ser estatizadas sob o controle operário, passando a ser geridas pelos próprios trabalhadores, em função das necessidades sociais, e não do lucro privado ou da indústria da guerra.

Diante de qualquer ameaça de redução da produção ou de demissões, a luta é pela redução da jornada sem redução dos salários. Deve-se impor a redução imediata da jornada sem redução de salário, dividindo-se o tempo de trabalho entre todos os trabalhadores para garantir o emprego. Que a crise afete o lucro da burguesia, e não o emprego dos operários.

A defesa da "indústria nacional" de armamentos é uma política de guerra e de lucros capitalistas. Os trabalhadores do ABC só defenderão seus empregos e suas vidas se se colocarem contra a política de conciliação de classes das direções e se defenderem o programa próprio de reivindicações, que serão alcançados com seus métodos de luta, greves, bloqueios e manifestações de rua.

Nota do Boletim Nossa Classe

Responder ao anúncio da Nestlé

A multinacional Nestlé avisou seus trabalhadores que cortará 16 mil postos de trabalho em todo o mundo. Um dos objetivos expostos por Philipp Navratil é de que com os cortes nos custos de produção a empresa poderá "reconquistar a confiança dos investidores". Esse montante de demissões representa 5,8% da força de trabalho constituída por cerca de 277 mil assalariados. Esse é um anúncio que deve ser tomado a sério pelos sindicatos.

Está colocada a convocação imediata de assembleias para organizar a defesa dos empregos e dos salários. As demissões massivas não se limitarão à Nestlé. As centrais e demais sindicatos têm de responder a esse ataque com a bandeira de redução da jornada de trabalho sem redução de salários e controle operário da produção. Está posta a exigência de que a multinacional abra sua contabilidade e seus negócios mundiais para uma comissão operária organizada pelas assembleias.

São Paulo - ABC

Cannabis medicinal e o desvio do papel dos sindicatos – exigir do Estado, não substituí-lo

A recente parceria entre sindicatos do ABC (Químicos, Metalúrgicos, e outros da base da CUT) e a Associação Flor da Vida para garantir o acesso à cannabis medicinal com descontos a seus associados é um sintoma gritante da falência do Estado em cumprir seu dever constitucional. Essa iniciativa carrega uma contradição classista perigosa: a substituição da obrigação do Estado pelo assistencialismo sindical. O acesso à saúde não é um benefício de clube, é um direito universal.

A cannabis medicinal, reconhecida por seu potencial no tratamento de males que afligem os trabalhadores e suas famílias (dores crônicas, transtornos do espectro autista, estresse e Burnout), deve ser integralmente custeada e fornecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ao criar um "canal de acesso privilegiado" (com desconto) para seus sócios, os sindicatos desviam o foco da luta principal: exigir o imediato fornecimento do medicamento pelo poder público para toda a população. Essa prática reformista diferencia o acesso à saúde entre o trabalhador sindicalizado (com desconto) e o trabalhador não-sindicalizado ou desempregado (sem desconto). É uma perigosa reprodução da lógica do mercado, que prega que o acesso a um bem vital deve ser mediado pela capacidade de pagamento ou associação, e não pelo direito.

A energia e os recursos sindicais não devem ser direcionados para a gestão de serviços assistenciais, mas sim para a organização da luta de classes. Ao assumir funções que são do Estado, a direção sindical alivia a pressão sindical e política sobre os governos e enfraquece a luta pela universalização e ampliação do SUS. O papel do sindicato não é tapar buracos, mas sim denunciar e exigir a derrubada das barreiras criadas pelo capitalismo à saúde plena.

O convênio com a Associação, embora com preços sociais, mantém o tratamento na esfera da "compra e venda". A luta deve ser para que o tratamento seja desmercantilizado, incluído no rol de fornecimento gratuito do SUS.

A classe operária do ABC deve exigir de seus sindicatos que transformem esta parceria em uma plataforma de luta classista, com mobilização imediata, organizando os trabalhadores em uma campanha massiva pela inclusão da cannabis medicinal no rol de medicamentos fornecidos pelo SUS e pela criação de clínicas públicas e universais. É necessário pressionar os governos burgueses para que cumpram seu dever, garantindo o acesso gratuito e irrestrito a toda a classe operária, seus dependentes e à população oprimida em geral. A saúde da classe operária não se negocia. É um direito que se exige!

Pernambuco

Plenária de formação de chapa ao Sindifpe

Em defesa de uma chapa classista e independente dos governos e da burocracia institucional

A Corrente Proletária/POR atua como oposição de base no Sindsifpe, seção sindical do Sinasefe dos servidores do IFPE (docentes e técnicos). No mês de setembro, iniciou a discussão sobre o processo eleitoral para gestão 2026-2028.

Por isso, a Corrente Proletária, juntamente com independentes e ativistas de esquerda, organizou uma Plenária no dia 6 de outubro, para discussão prévia da importância de uma chapa que expresse a defesa de uma política classista e independente. Pois, nos últimos anos, a direção do PT tem usado o sindicato para manter a base na passividade, como forma de blindagem do governo Lula/Alckmin.

Nessa plenária, foi feito um balanço da gestão atual do sindicato, principalmente sobre a política de boicote à greve de 2024 e às paralisações aprovadas nacionalmente. A direção do Sindifpe não tem convocado os servidores, como parte da luta pelo atendimento do acordo de greve e contra a Reforma Administrativa. Houve críticas às Assembleias virtuais e ao não cumprimento da rodada de assembleias presenciais nos campi. Foram levantados

os seguintes pontos de partida para o programa da chapa: a) independência do governo e das burocracias institucionais (Reitoria e Diretoria dos Campi); 2) defesa das assembleias e plenárias nacionais presenciais; 3) transparência no uso dos recursos do sindicato, que devem servir para o fortalecimento da luta sindical. Também se discutiu a importância de divulgar o processo presencialmente nos campi, como parte de reorganização da base pelo atendimento do acordo de greve e contra a Reforma Administrativa.

Assim, atuamos na Assembleia do Sindsifpe de 13 de outubro, defendendo um debate e ato no IFPE Campus Recife, contra a Reforma Administrativa e pelo atendimento do acordo de greve como parte das atividades da paralisação nacional, de 28 e 29/10. Além de nossos campi de atuação, organizamos uma passagem no campus Recife, onde atuaremos com distribuição de panfleto nos setores, divulgando o processo eleitoral e convidando os servidores a construir um sindicato classista, independente de todos os governos, que sirva como instrumento de luta dos servidores do IFPE.

Direções burocráticas começam as movimentações eleitoreiras

Em defesa da independência política e sindical dos explorados

A notícia sobre a filiação do Presidente da Força Sindical, Miguel Torres, ao PDT (Partido Democrático Trabalhista), revela mais um capítulo da velha política de cooptação do movimento sindical pela política eleitoreira. Um ato que demonstra a corrida em torno de candidaturas para as eleições de 2026 e a transformação dos sindicatos e organizações de massas em palanque eleitoral e instrumentos de barganha dentro da institucionalidade, quando a tarefa deveria ser a de fortalecer a independência da classe operária, a organização de base e a luta direta em torno de um programa próprio.

A filiação de dirigentes sindicais a partidos comprometidos com a ordem capitalista não representa avanço para os explorados. Ao contrário, expressa uma capitulação diante do Estado burguês e de seus mecanismos de conciliação. O discurso de “levar o voto do trabalhador de volta” serve apenas para mascarar o oportunismo eleitoral e a tentativa de canalizar a insatisfação social para dentro dos limites do jogo parlamentar.

O sindicalismo que se submete a partidos e governos burgueses deixa de cumprir seu papel histórico de instrumento de enfrentamento e passa a atuar como correia de transmissão de projetos que não questionam as bases da exploração. Enquanto os explorados sofrem com desemprego, arrocho salarial e retirada de direitos, dirigentes buscam espaço em legendas que, em diferentes momentos, foram cúmplices de reformas e ataques aos trabalhadores. É ilustrativo o caso de Paulinho da Força, ex-presidente da Força Sindical, que votou a favor do teto de gastos e é um dos signatários do atual pacote de Reforma Administrativa Nacional.

A defesa dos interesses dos trabalhadores não se faz nos gabinetes, mas nas ruas, nos locais de trabalho e na luta organizada de forma independente do Estado, dos patrões e de seus partidos. A tarefa dos sindicatos classistas é construir a unidade pela base, fortalecer a mobilização e preparar as condições para pôr fim ao sistema de exploração do trabalho, fonte do desemprego, miséria e fome.

São Paulo - municipais

Reunião do CRECE São Mateus rejeita o Projeto São Paulo integral do prefeito Ricardo Nunes

No dia 24, ocorreu a reunião do CRECE São Mateus. O debate foi sobre a Instrução Normativa 38 do Projeto São Paulo Integral, elaborado pela Secretaria Municipal da Educação. A Instrução propõe expandir o Projeto para todos os 1ºs anos do Ensino Fundamental a partir do próximo ano. A direção do CRECE convidou a professora que faz parte do Grupo de Trabalho do Projeto São Paulo Integral em São Mateus.

A professora iniciou a exposição mostrando que se trata de um projeto que visa a formação do “sujeito integral”. Disse que seu trabalho no DICEU é propiciar que os alunos conheçam a cidade de SP. Por isso, é responsável por enviar os ônibus para as escolas poderem levar parte dos alunos aos museus e demais passeios gratuitos. Depois dessa justificativa, passou a ler os primeiros artigos da Instrução. Parou no 9º que fala sobre os horários de funciona-

mento. Disse que há três propostas de horários, para as escolas optarem. Isso porque os alunos do Integral terão 7 horas de permanência na escola e deverão fazer pelo menos 3 refeições. Ou seja, as crianças do 1º ano do Ciclo de Alfabetização entrarão antes do horário da maioria dos alunos do ciclo regular e sairão depois. O que pode provocar um alvoroço se não forem organizados os espaços da unidade escolar.

Ao abrir o debate, uma mãe rejeitou o Projeto. Alegou que faltam professores e funcionários na escola que sua filha estuda. Um ATE de outra escola mostrou que tem sido obrigado a entrar em sala de aula várias vezes ao dia, porque não tem professor no horário da entrada das crianças, pois coincide com o horário de almoço da maioria dos professores e das aulas de formação em JEIF. Mostrou sua experiência desgastante deste projeto quando trabalhou no CEU Paraisópolis e que continua tendo desgaste em São Mateus. Além de receber um salário rebaixado, pouco mais de 2 salários mínimos, é obrigado a cumprir uma função que não é sua. Outro professor lembrou que o prefeito reduziu o número de professores e funcionários dos módulos das escolas, indicando que os problemas estruturais aumentarão com a falta de trabalhadores, e que certamente o peso cairá mais nas costas dos ATE's. Finalmente, houve o questionamento de falta de cuidadores para os alunos Especiais do Fundamental 2, pois o programa de estagiários é só para os 1ºs e 2ºs anos da alfabetização.

A debatedora respondeu que também estava preocupada com a falta de professores e funcionários. Sugeriu que as escolas elejam o professor responsável pelo Projeto e que as escolas criem blocos de aulas. Mas que este debate é “funcional” e não caberia naquele momento aprofundar. Concluiu dizendo que “alguns professores

pegam aulas do “Território do Saber”, por puro egoísmo e que depois abandonam. Além disso, acrescentou que o governo federal aprovou a Normativa da Escola de Tempo Integral no país e que cabe a todos municípios e estados cumprirem a decisão.

Os professores, prontamente, começaram a apontar as consequências nefastas do projeto, mostrando que a responsabilidade é do governo Nunes e não dos professores. Criticaram a conduta da professora de acusar o professor pelo abandono do Território do Saber, dizendo que o professor não é egoísta, mas assume para compor a jornada.

Coube ao POR explicar que a educação é reflexo da economia em crise e que por isso a educação pública vem sendo destruída dia a dia. Que o Projeto de Nunes não passa de um arremedo de escola inclusiva. A chamada inclusão é restrita às salas de alfabetização do Fundamental 1, que contam com 1 estagiário para ajudar o professor de sala. Os demais alunos especiais do Fundamental 2 ficam nas salas superlotadas sem nenhuma estrutura. Isso porque o fechamento de salas tem ocorrido gradualmente. Na educação infantil, o governo está acabando com a rede direta ao jogar os alunos para a rede conveniada. No Ensino Fundamental 2, precisa fechar salas para ampliar o Fundamental 1. A tendência para o próximo ano é de aumentar a superlotação das salas de aulas e precarizar ainda mais as condições de trabalho com tantos intervalos. Concluiu que essa política do prefeito é a mesma de Tarcísio e do governo Lula. O ensino integral é imposto à custa do fechamento de salas e turnos e do avanço da privatização, por meio da terceirização. Está aí por que é preciso que as direções sindicais convoquem as assembleias, para que os trabalhadores da educação enfrentem esses projetos falaciosos de ensino integral.

São Paulo - Campanha da Corrente proletária nas escolas

Não ao fechamento de salas de aula! Não ao fechamento do noturno! Em defesa da EJA!

O governo estadual tem fechado muitas salas e turnos no último período. Um estudo publicado em julho de 2024 da Repu (Rede Escola Pública e Universidade) já havia demonstrado um vigoroso ataque: 312 escolas tiveram interrupção da EJA e 470 escolas deixaram de ofertar o noturno. Em 2025, o problema continua. O avanço do PEI (Programa de Ensino Integral) tem levado ao fechamento do noturno. Por trás dessa escalada, se encontra a orientação de “enxugamento” dos gastos nos serviços essenciais, como a Saúde e a Educação. Tarcísio e seu secretário, Feder, têm seguido à risca a linha ditada pelo capital financeiro, que é de contenção das “despesas”, tendo em vista a necessidade de continuar garantindo o pagamento da gigantesca dívida pública. A ideia é aprofundar o clichê neoliberal, de precarizar cada vez mais, para ampliar a privatização.

Ou seja, os estudantes-trabalhadores, que são maioria nos cursos noturnos (Regular ou EJA), têm sido sacrificados em nome do enriquecimento dos capitalistas. A própria expansão do ensino in-

tegral responde aos interesses da burguesia, pois tem como um de seus impulsos a contrarreforma trabalhista, a qual permitiu a ampliação da exploração da força de trabalho, inclusive aumentando as jornadas diárias, fato que obriga o Estado a confinar a juventude por mais tempo nas escolas. O discurso do “desenvolvimento integral das potencialidades” da juventude é só para enganar os ingênuos. Na prática, tem conduzido somente ao reforço do sucateamento, com salas superlotadas e a preservação de todos os problemas estruturais do ensino brasileiro.

Para a juventude, o Integral tem significado permanecer mais tempo trancafiada na mesma escola falida de sempre, precarizada e desvinculada da vida real. Para os estudantes-trabalhadores, o Integral tem implicado a expulsão. Para os professores e funcionários, o Integral tem sido sinônimo de mais dificuldades em compor a jornada e, logo, em demissão e subemprego. A expectativa para a atribuição/2026 é de redução drástica de aulas. Para piorar, o governo tem insistido na proposta de EJA “flexível”, que é o nome



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

A 13ª edição da Revista Proletária da Educação está sendo publicada em um momento de agudização da crise do capitalismo, com o recrudescimento das guerras, das tendências bélicas e fascizantes. A Educação, como parte da superestrutura, é determinada – em última instância – pela estrutura da sociedade, ou seja, pelas forças produtivas e pelas relações de produção. Sendo assim, acaba necessariamente refletindo a crise do modo de produção capitalista.



bonito para a destruição da EJA presencial, com um modelo de ensino virtual, comportando turmas de quase 500 estudantes. Uma vergonha!

Está colocada a necessidade de resistir a essa poderosa ofensiva do governo. O problema está na política das direções sindicais, que têm colocado uma série de obstáculos. A linha da direção da Apeoesp é a de procurar saídas na Justiça e no Parlamento, dois antros dominados pela burguesia, controlados por Tarcísio. A Afuse segue a mesma política no discurso, permanecendo num imobilismo revoltante. As entidades estudantis (UNE, UBES, UMES etc.) também não movem uma palha para combater o fechamento de salas/turnos, e têm se calado em relação à expansão do Integral. Aos estudantes, suas famílias e trabalhadores resta organizar desde a base a mobilização em defesa da escola pública, e seguir combatendo a política burocrática e distracionista das direções sindicais e estudantis.

Há um caminho para a vitória: erguer a luta unitária, no campo da independência de classe, com os métodos de combate históri-

cos da classe operária, em defesa dos empregos, salários e direitos, contra o fechamento de salas/turnos e em defesa da EJA. É preciso formar os comitês de luta nos bairros e escolas, convocando professores, funcionários, estudantes e seus familiares, para discutir os problemas e encaminhar os passos da mobilização. É preciso exigir das direções sindicais e estudantis que convoquem as assembleias, para massificar o combate contra o inimigo em comum, que é a burguesia e seus lacaios Tarcísio e Feder. Daí a importância de formar as oposições classistas e revolucionárias nos sindicatos e no movimento estudantil.

Diante desse ataque do governo às condições de ensino e trabalho, a Corrente Proletária defende a bandeira de “escola fechada é escola ocupada”! É preciso retomar os métodos de luta que levaram o movimento estudantil a importantes vitórias em 2015-2016. Naquela época, a forte onda de ocupações forçou os governos a recuarem momentaneamente em seus ataques. Somente com a ocupação, com as manifestações massivas de rua e com a greve unitária será possível reverter esse quadro de destruição do ensino público.

Rondônia

Encontro de aposentados da regional norte do Sintero

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (Sintero) é organizado em 11 regionais. Mas, o Sintero convocou o 3º Encontro dos trabalhadores em educação aposentados para o dia 16/10 apenas com a presença dos aposentados da Regional Norte com sede em Porto Velho e que tem a composição integrada por três municípios.

O Encontro teve como tema: “Projeto Vida Saudável, para fortalecer vínculos, valorizar trajetórias e garantir informação atualizada sobre direitos, saúde e bem-estar.” No decorrer do Encontro, as discussões se deram em torno à importância de os aposentados participarem das lutas no sentido de fortalecer o sindicato. Foram discutidas, também, questões referentes à defesa da saúde mental e aos direitos dos aposentados.

Em decorrência dessa limitada convocação, deixando isolada as demais regionais, compareceram aproximadamente trinta pessoas. Essa conduta do isolamento das demais regionais e de centrar o debate essencialmente em torno à saúde e direitos dos aposentados foi rechaçada pela militância da Corrente Proletária da Educação/POR. Defendeu que o Encontro deveria discutir a si-

tuação política de crise do capitalismo, que tem levado às guerras e à expansão da barbárie social, bem como a política dos governantes, que incluem as contrarreformas, como a administrativa.

No entanto, o Encontro para a burocracia sindical tinha o objetivo de lançar a candidatura de uma integrante do sindicato. Na fala inicial da Dioneida, presidente do sindicato, foi apresentada a ex presidente do Sintero, Lionilda Simão, como futura candidata a deputada estadual nas eleições de 2026. Isso acompanhado da mesma cantilena de convencer a base de “votar certo”, escolhendo candidatos ligados à política do PT.

A CPE/POR interveio com a banca de publicações de material, a distribuição de manifestos nacionais sobre a Palestina, da carta aberta sobre a greve dos estaduais e com fala de fortalecimento da unidade na luta dos trabalhadores em educação, aposentados e ativos, principalmente nas greves. Defendeu a importância da independência de classe dos trabalhadores diante dos governos e ressaltou a importância de fortalecer as oposições sindicais classistas e de luta.

Pernambuco

Ato contra a criminalização do movimento estudantil na UFPE

No dia 16/10, foi realizado um ato político na UFPE reivindicando que a Universidade rompesse o convênio com empresas cúmplices do genocídio do povo palestino e em defesa da autonomia universitária, contra a ingerência do judiciário, a partir de uma campanha direitista, com o objetivo de impedir a criação de um curso de medicina direcionado a assentados da reforma agrária. O ato se iniciou com um debate e depois se concentrou em frente ao Centro de Informática da UFPE.

Na dispersão, seguranças da empresa terceirizada TKS bloquearam a saída por meio do CCEN e passaram a agredir os estudantes com socos, chutes, cotoveladas, pontapés, com cassetetes e sob ameaça de prisão. Um dos estudantes teve dois dedos e o pulso fraturado, outros ficaram com marcas das agressões. Em seguida, viaturas da Polícia Militar (PM) passaram a perseguir os estudantes dentro do campus.

No dia seguinte, foi realizado um ato contra a repressão, com falas de professores, estudantes e técnico-administrativos denunciando à comunidade universitária e cobrando providências por parte da reitoria. O ato ocorreu em frente ao Centro de Educação, próximo ao CFCH. Absurdamente, a direção do CFCH emitiu a tarde um ofício em que dizia: “Considerando as informações recebidas acerca da ameaça de ocupação estudantil organizada por movimentos de protesto, e tendo em vista a necessidade de garantir a segurança física de servidores, discentes e do patrimônio público, a Diretoria do CFCH determina o fechamento temporário do prédio do CFCH a partir desta tarde (...) A reabertura do prédio será realizada no dia útil subsequente a este”.

Nota-se um discurso que favorece a criminalização dos movimentos, como se estes representassem ameaça ao patrimônio público e à comunidade. Ao mesmo tempo, há uma indiferença

quanto à extrema precariedade. Certamente, uma paralisação não contaria com o apoio da burocracia universitária, mas um fechamento unilateral autoritário em nome de pretensas ameaças é utilizado para jogar a parte passiva da comunidade universitária contra os segmentos que batalham pela mobilização em defesa da Universidade pública.

A Corrente Proletária na Educação esteve presente e se solidarizou aos estudantes, denunciando a violência e a criminalização e chamou todos a defenderem a autonomia universitária, compreendida como o autogoverno da comunidade universitária, de estudantes, técnico-administrativos e estudantes.

Fala da CPE/POR no ato

“O companheiro fez menção a um vídeo de 18 anos atrás, de quando eu era estudante na estadual de Londrina. A reitoria queria criar um plano de segurança que naturalizaria a presença da polícia militar no campus, que cercaria a universidade tratando as comunidades do entorno como perigosas. Inclusive, eles cortavam árvores frutíferas para que as pessoas da comunidade não entrassem para pegar fruta. Com câmeras de vigilância e tudo mais. E nós tivemos um movimento por uma UEL sem muros, em defesa da universidade pública.

Agora, é estarrecedor ver o pessoal trancando as portas ou justificando a violência falando que é para combater o vandalismo. Eu queria aqui denunciar alguns atos terríveis de vandalismo. Vocês sabiam que têm vândalos que quebraram canos no CFCH e molharam documentos históricos? Vocês sabiam que têm vândalos que criaram rachaduras no CFCH de cima embaixo, inclusive ameaçando a vida das pessoas? Fazendo cair pedras onde tem professores que se sentam embaixo?

É um ato de vandalismo extremo, mas esse ato de vandalismo não tem uma mão visível. Ele é um ato de vandalismo que tem a mão invisível da precarização. E eu não tenho medo dos estudantes que lutam. Eu não tenho medo dos estudantes que gritam contra as injustiças, dos estudantes que se mobilizam, eu tenho medo do silêncio, que deixa a precariedade ir destruindo pouco

a pouco a nossa universidade pública. Eu chamo todo mundo a denunciar esse verdadeiro vandalismo, que o Estado promove, destruindo o patrimônio público. E denuncio também a criminalização daqueles que lutam, porque se criou um horror, uma ideia, uma ameaça de que pode haver uma ocupação, por que isso? Porque em 2016 houve um importante movimento de ocupação de escolas e da universidade. E qual era a causa desses estudantes? Eles ocupavam para destruir o ensino público? Para destruir as escolas e universidades? Não, eles ocupavam contra a emenda do teto dos gastos, que cortava o orçamento e leva a essa situação. Os estudantes aqui da UFPE fizeram um cartaz dizendo que “o teto dos gastos está caindo na nossa cabeça”, e é isso que está acontecendo, então, nesse momento, em nome da Corrente Proletária na Educação, eu saúdo os estudantes que resistem e lutam, manifesto a minha solidariedade contra toda criminalização, reafirmo que a universidade é um território autônomo. A polícia não pode entrar na universidade sem autorização! E isso nos faz questionar quem autorizou a presença da polícia, ontem, aqui na frente do centro de educação?

É preciso saber quem deu a ordem e, se vieram sem autorização, a universidade tem que se posicionar e fazer valer da sua autonomia, porque, pelo que eu saiba, o ato que foi feito pelos estudantes, era também em defesa da autonomia universitária, em defesa de que a justiça não interfira na decisão autônoma da universidade!

Criar um curso para os assentados da reforma agrária, essa também foi uma reivindicação do movimento que foi reprimido. Então, por isso, me solidarizo aos estudantes, denuncio a criminalização dos movimentos, e é muito importante que a gente reafirme a autonomia universitária e, essa autonomia, não é só a decisão da administração central do reitor, a autonomia é o autogoverno da comunidade universitária, um autogoverno em que estudantes, professores e técnico-administrativos possam tomar as decisões importantes dessa universidade, inclusive, se essa universidade quer ter relações com empresas que colaboram com genocídio do povo palestino.

Toda força à luta! Lutar não é crime! Viva a resistência estudantil!”

Ceará

Balanço das eleições para o CA de Jornalismo

As eleições para o CA de Jornalismo da UFC ocorreram entre os dias 13 e 16 de outubro. Duas chapas concorreram à gestão da entidade: Chapa 1, “Escândalo” (Independentes) e Chapa 2, “Sumud” (Correnteza/UP). A apuração teve o seguinte resultado: Chapa 1 - 56 votos; Chapa 2 - 23 votos; Nulos/brancos - 20 votos.

A CPE se mobilizou para montar chapa própria, mas esbarrou no tempo exíguo e na dificuldade de engajar os apoiadores. A possibilidade de apoiar criticamente qualquer das chapas foi descartada dado o programa rebaixado e despolitizado (Escândalo) ou mesmo pro-governista (Sumud) das chapas. Assim, foi obrigada a defender o voto nulo.

Chamou atenção o baixo comparecimento às urnas e o número elevado de abstenções, o que significa que a maioria dos estudantes vê com indiferença a existência do CA. Os anos seguidos de gestões despolitizadas e festivas certamente contribuíram para o esvaziamento do CA como instrumento de luta.

A CPE/POR trabalhará junto aos estudantes do curso defendendo a necessidade de organização independente e luta pelas reivindicações elementares do campus. Este é o ponto de partida para unir estudantes e trabalhadores em defesa da universidade pública e da superação da sociedade capitalista.

Santa Catarina vira o curral dos Bolsonaro

O vereador carioca Carlos Bolsonaro (PL-RJ) confirmou a mudança de domicílio eleitoral para o estado de Santa Catarina, de modo a disputar uma vaga para ao senado por esse Estado em 2026. O anúncio foi feito em 16 de outubro, durante um evento com lideranças políticas e empresárias, representantes da alta burguesia da região de Chapecó, no oeste catarinense.

Nas últimas semanas, o filho zero dois do ex-presidente Jair Bolsonaro tem percorrido o estado ao lado da deputada federal Caroline de Toni (PL-SC), que também é cotada para a corrida ao Senado por Santa Catarina. Na quinta-feira, Carlos anunciou que irá renunciar ao cargo de vereador no Rio de Janeiro e espera contar com o apoio da aliada no Congresso Nacional. Santa Catarina

foi um estado onde o ex-presidente Jair Bolsonaro obteve 69,27% dos votos. Quanto ao seu filho Jair Renan, em 2024 nas eleições municipais de Camboriú foi o vereador mais votado.

A mudança de domicílio eleitoral de Carlos Bolsonaro chegou a ser criticada por parte da burguesia catarinense, o que provocou mal-estar nos meios da direita, em que pese, ser um dos estados onde o reacionarismo bolsonarista teve maior apoio. É provável que esteja se iniciando o atrito entre uma tendência à alinhamentos ideológicos nacionais (da direita) com os interesses oligárquicos localistas, devido à erosão da liderança do Bolsonaro, consequência, por sua vez, dos deslocamentos próprios das disputas interburguesas.

São Paulo- ABC

Lançamento do Comitê em Defesa do Povo Palestino em Rio Grande da Serra

O POR participou da atividade de lançamento do Comitê de Luta Palestina Livre – Rio Grande da Serra/SP, no ABC Paulista, no dia 18 de outubro. Os explorados do mundo todo devem estar vigilantes e em luta contra a barbárie capitalista imposta pelo Estado sionista de Israel, enclave do imperialismo estadunidense no Oriente Médio, que promove um genocídio televisionado. Não podemos nos enganar com a paz dos cemitérios imposta aos palestinos. O Estado sionista novamente segue violando o acordo de cessar fogo, bombardeando a Faixa de Gaza e matando palestinos. Continua de pé a necessidade dos explorados do mundo todo se unirem, erguendo a luta anti-imperialista, única forma de conseguir impor uma verdadeira paz e garantir a autodeterminação do povo palestino.

Reproduzimos o pronunciamento do POR

Estamos aqui reunidos porque não aceitamos o genocídio brutal que há mais de dois anos vem sendo cometido contra o povo palestino. Não é uma guerra entre dois lados iguais é a ocupação imperialista de um povo oprimido por um Estado colonial criado e sustentado pelas grandes potências capitalistas. Israel é o braço armado do imperialismo no Oriente Médio. Foi criado para dividir os povos árabes, controlar o petróleo, e esmagar qualquer tentativa de revolução social na região.

Hoje, o mundo inteiro vê o que está acontecendo em Gaza: cidades transformadas em escombros, famílias inteiras soterradas, hospitais bombardeados, milhares de mortos e feridos, e um povo submetido à fome e ao isolamento. Isso não é “conflito”, é a barbárie capitalista! É o mesmo sistema que aqui no Brasil explora os trabalhadores, destrói direitos e entrega nossas riquezas ao capital estrangeiro. E quando governos como o de Macron, Biden ou Lula falam em “reconhecer o Estado palestino”, precisamos dizer com toda a clareza: isso é manobra política, não é solidariedade verdadeira. Nenhum desses governos rompeu relações com Israel. Nenhum suspendeu acordos comerciais. Nenhum deixou de financiar as armas que matam o povo palestino. Querem apenas acalmar a indignação das massas e salvar a imagem do imperialismo.

O imperialismo norte-americano dá as ordens. É ele quem sustenta Israel militar e economicamente. É ele quem bloqueia qualquer resolução da ONU que exija o fim da ocupação e do genocídio. Por isso, não haverá nenhuma “solução pacífica” negociada pelo imperialismo. Toda “paz” vinda dos opressores é a paz dos cemitérios!

Companheiros, a luta do povo palestino é justa e necessária. É a luta de um povo explorado que quer viver, reconstruir sua terra, ter dignidade. Mas essa luta não pode depender da chamada Autoridade Palestina, que traiu o seu próprio povo ao negociar com Israel e os Estados Unidos. Ela fala em “negociações de paz”, mas na prática age para desarmar a resistência e proteger os interesses do imperialismo. Por isso, a tarefa dos explorados é outra: organizar a luta anti-imperialista e em defesa do programa da classe operária, que tem como estratégia o fim do capitalismo e a edificação do socialismo.

A libertação da Palestina não virá da ONU, nem de acordos de gabinete. Virá da organização independente das massas exploradas, da união dos trabalhadores árabes e judeus explorados, e da construção de um único Estado operário e socialista: uma República Socialista da Palestina, parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

E o que significa isso, em palavras simples? Significa que só a classe explorada organizada (os trabalhadores, camponeses e jovens) pode colocar fim à guerra e à ocupação. Significa varrer os regimes fantoches que servem ao imperialismo, tomar o poder político e social, e colocar toda a economia sob controle popular, para garantir a verdadeira liberdade ao povo palestino. Isso não é um sonho distante: é a única saída real.

Toda a história do Oriente Médio mostra que o imperialismo só entende a linguagem da força das massas. Foi assim em 1948, foi assim nas grandes intifadas, e será assim novamente! O povo palestino não está sozinho: trabalhadores da Itália, da Alemanha, dos Estados Unidos e de Israel já se levantaram contra o genocídio. Greves e manifestações mostram que há um novo sentimento internacionalista se levantando!

Mas ainda falta uma direção revolucionária capaz de unificar essa luta. É aqui que entra a necessidade da Frente Única Anti-imperialista, a aliança de todos os povos oprimidos, sindicatos, comitês de luta e movimentos de base contra o inimigo comum: o imperialismo mundial e seus governos burgueses.

Essa frente precisa agir: organizar atos, greves, bloqueios de produção, boicotes a Israel e campanhas permanentes de solidariedade aos povos em luta.

Companheiros, é com esse espírito que hoje nasce o Comitê de Luta Palestina Livre de Rio Grande da Serra! E eu quero fazer um chamado: convido este comitê a se incorporar ao ABComitê, a rede nacional de luta ativa pela Palestina livre e socialista. Vamos transformar a solidariedade em ação concreta! Vamos levar esse debate para as escolas, as fábricas, os bairros populares e os sindicatos!

Vamos exigir das centrais sindicais que rompam o silêncio cúmplice e convoquem um dia nacional de luta com paralisações e bloqueios pela Palestina e contra o imperialismo!

Companheiros e companheiras, o sangue palestino clama por justiça. E justiça não virá das potências virá da revolução!

Não haverá dois Estados! Haverá um só: a República Socialista da Palestina, erguida pela luta dos explorados e dos povos unidos do Oriente Médio!

Viva a resistência palestina!

Viva a classe explorada internacional!

Viva a Frente Única Anti-imperialista!

Por uma República Socialista da Palestina, que só assim ela será livre!

Pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Formação Política mensal do POR

No dia 12 de outubro, ocorreu o curso mensal de formação política do POR em São Paulo. Teve como tema “A crise mundial e seus reflexos na América Latina”. Foram discutidos nos grupos três editoriais do jornal Massas: 1) “Trump no poder. O que está por vir? À classe operária cabe responder com o programa da revolução social”, de janeiro de 2025; 2) “Ataque frontal dos Estados Unidos ao Brasil. Somente a classe operária pode defender a soberania nacional”, de julho de 2025; 3) “Estados Unidos apontam as armas para a Venezuela. Organizar a resistência anti-imperialista na América Latina”, de agosto de 2025. E a Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI: “Provocações, ameças ataques dos Estados Unidos à América Latina”, Boletim nº 41.

O ponto central da discussão foi a resposta do POR diante do intervencionismo dos Estados Unidos, não só na América Latina como em outras partes do mundo, sobretudo na Faixa de Gaza. Na apresentação, também foram destacados o acordo de paz ditado pelos Estados Unidos para o cessar-fogo na Faixa de Gaza, caracterizado pelo POR como a “paz do cemitério”; o fracasso do acordo Trump e Putin para pôr fim à guerra na Ucrânia, que já dura mais de três anos; a guerra comercial dos Estados Unidos com a China e a política dos tarifas de Trump, que envolve o Brasil. E, fundamentalmente, o cerco dos Estados Unidos à Venezuela e a resistência do governo Maduro diante do intervencionismo. Por fim, foi demonstrado que essas particularidades nada mais são do que reflexos da crise mundial do capitalismo. As forças produtivas mundiais estão em choque com as relações capitalistas de produção e as fronteiras nacionais. E a resposta de que somente a classe operária, com o seu programa e método de luta, pode derrotar o capitalismo em desagregação e, conseqüentemente, a barbárie social por ele impetrada.

Em seguida, foi feita divisão em grupos, cada grupo ficou com um artigo, para a discussão e elaboração de uma síntese.

A plenária final abriu com a apresentação das sínteses. Coube ao camarada que apresentou o curso destacar passagens dos artigos, reforçando as principais formulações do POR.

Abaixo transcrevemos as passagens que mais expressam a linha política.

Do editorial “Trump no Poder (...)”

Esse desejo imperialista reflete o desmoronamento da ordem mundial do pós-guerra ditada pelos acordos de Yalta e Potsdam. As vitórias das forças restauradoras do capitalismo, que levaram à liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e à recondução do capitalismo na China, serviram de respiro para o imperialismo garantir seus interesses nas novas condições de retomada da crise mundial. Os Estados Unidos e seus aliados não puderam, no entanto, conter o curso da desintegração, que tomou forma e ritmo geral já nas décadas de 1970 e 1980. As forças produtivas entraram em choque aberto com as relações capitalistas de produção e a partilha do mundo realizada após a Segunda Guerra já não garantia a expansão monopolista, chefiada pelos Estados Unidos. A resistência da Rússia em ceder terreno outrora controlado pela URSS e a emergência da China como potência capaz de concorrer com os monopólios passaram a expressar as mais profundas contradições do capitalismo da época imperialista, que historicamente é de transição para o socialismo.

Do editorial “Ataque frontal dos Estados Unidos ao Brasil (...)”

A classe operária e os demais explorados estão à margem desses terríveis acontecimentos. Era para as centrais, sindicatos e movimentos recorrerem à mobilização e organização independente dos explorados perante as manobras dos governos, dos partidos burgueses e das associações empresariais. As direções sindicais burocráticas e colaboracionistas aguardam as ordens do governo Lula, do PT, PSOL e outros aliados. Estão alinhadas por detrás da bandeira burguesa de “união nacional” e esperam a chegada do anunciado terremoto. No entanto, somente a classe operária pode se contrapor aos ataques frontais do imperialismo norte-americano e defender a soberania nacional. (...)

Ao contrário, o programa da classe operária é o de expropriação, nacionalização e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Esse fundamento básico da revolução social corresponde ao lugar do proletariado como classe capaz de se contrapor a toda forma de opressão. O Brasil está diante da ação e dos métodos da opressão imperialista. A tarefa da vanguarda com consciência de classe é a de lutar no interior dos sindicatos e movimentos para pôr em pé a frente única anti-imperialista.

Do editorial “Estados Unidos apontam as armas para a Venezuela (...)”

A impotência do governo Lula em realizar de fato a defesa da soberania nacional é um fator favorável aos trumpistas brasileiros. A perspectiva é de que a crise econômica vai se agravar, aumentando a arregimentação da população por detrás da fração burguesa direitista e ultradireitista. Bolsonaro vai ser condenado, mas poderá se livrar da prisão no caso de um de seus acólitos ser eleito. (...)

A defesa da soberania nacional passou para as mãos da classe operária e da maioria oprimida, devido a que a única via para vencer as forças do imperialismo e da reação interna aos países latino-americanos é a da revolução social. A união dos explorados em defesa da soberania nacional implica que a direção revolucionária organize a frente única anti-imperialista. Essa é a tática para desenvolver e amadurecer a estratégia da revolução social, que por seu conteúdo de classe é proletária.

Da Declaração do CERQUI – “Provocações, ameaças e ataques dos Estados Unidos à América Latina”

A classe operária e a maioria oprimida devem reagir a essa ofensiva imperialista com seu próprio programa e seus próprios métodos de luta. Sindicatos, movimentos e organizações políticas que defendem a soberania nacional devem responder a este ataque convocando reuniões e assembleias, estruturando uma frente única anti-imperialista em nossos países. A unidade em nossos países e uma resposta conjunta em toda a América Latina são de fundamental importância para deter e derrotar esta ofensiva. As massas estão lutando, respondendo aos ataques da melhor forma possível, com o que têm demonstrado, mas devem se livrar das direções traidoras e conciliadoras que bloqueiam sua intervenção.

No encerramento, os presentes se colocaram de pé e ergueram os punhos em defesa do povo palestino, pelo fim do genocídio e autodeterminação da nação oprimida.

36
anos**do Partido
Operário
Revolucionário****1989
2025**

Notas sobre os 36 anos do Partido Operário Revolucionário (POR)

Iniciamos no jornal Massas 743 a exposição sobre os 36 anos do POR. No Massas 744, começamos a apresentar os Congressos e Conferências. No Massas 747, tratamos do III Congresso, de janeiro de 1993, em que aprovou o programa do partido, dividido nas seguintes partes: I – A crise do imperialismo e o internacionalismo proletário; II – Brasil: país capitalista semicolonial;

III – As classes sociais e o proletariado revolucionário; IV – O fracasso histórico do nacional-reformismo; V – A estratégia da revolução e ditadura proletária; VI – Método e tática da revolução proletária; VII – Aliança operária e camponesa e frente única anti-imperialista; VIII – Construir o Partido Operário Revolucionário; IX – Reconstruir a IV Internacional – Brasil parte da revolução mundial; X – Brasil,

parte da revolução latino-americana. No Jornal Massas 749 fizemos a exposição dos pontos VI e VII do programa. No Jornal 750, tratamos do capítulo VIII “Construir o Partido Operário Revolucionário. Agora, concluiremos esse trabalho com a exposição dos capítulos IX “Reconstruir a IV Internacional” e X “Brasil, parte da revolução latino-americana”.

Reconstruir a IV Internacional

O programa aprovado no III Congresso do POR é uma aplicação do Programa de Transição da IV Internacional nas condições históricas do Brasil. Por sua vez, o Programa de Transição se assenta nos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional. Trata-se da orientação marxista-leninista-trotskista de organizar o proletariado por meio do Partido Mundial da Revolução Socialista. Esse fundamento está na base do programa do POR, que se originou vinculado à formação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI). O seu desenvolvimento partidário permitiu que se tornasse uma de suas seções.

A dissolução da IV Internacional na década de 1960, causada pela emergência do revisionismo que atingiu os fundamentos do Programa de Transição, nos anos de 1950, contribuiu enormemente para acentuar a crise de direção mundial. O golpe mais profundo no Partido Mundial da Revolução Socialista foi desferido pelo revisionismo estalinista em 1943. A resistência da Oposição de Esquerda, dirigida por Trotsky, culminou com a fundação da IV Internacional em 1938. Distintamente da criação da III Internacional em 1919, impulsionada pela Revolução Russa e avivada pela construção dos partidos comunistas no mundo inteiro, a IV Internacional se firmou no Programa de Transição e na heroica luta da Oposição de Esquerda contra as forças restauracionistas do capitalismo no seio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), encarnada pelo terrível estalinista, portanto, marchando no momento da contracorrente histórica do combate pela derrota mundial do capitalismo.

A direção que herdou a tarefa de fortalecer a IV Internacional, depois do assassinato de Trotsky em 1940, mostrou-se incapaz de conduzir centralizadamente as suas seções a construírem os programas nacionais no seio da classe operária. O revisionismo que ganhou força em meados de 1950 evidenciou a presença predominante de condutas políticas pequeno-burguesas. Condutas essas que desviaram a direção da IV Internacional dos pressupostos e caracterizações do estalinismo como uma corrente contrarrevolucionária, responsável pela degeneração burocrática do Partido Comunista Russo, da III Internacional e do regime soviético. A

desintegração da IV Internacional em várias frações centristas expressou a debilidade organizativa do Partido Mundial da Revolução Socialista, que se achava embrionariamente na fase de construção, como continuidade da III Internacional.

À exceção do Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR), que esteve em grande medida à margem desse processo e que se ergueu como partido-programa intimamente vinculado ao operariado mineiro, as demais correntes que se reivindicam do trotskismo, na verdade, comprovaram sobejamente sua decomposição pequeno-burguesa, afastando-se cada vez mais da tarefa de aplicar o Programa de Transição em seus países, de forma a constituir os programas nacionais da revolução proletária. Multiplicaram-se as divisões, formaram-se aparatos internacionais voltados à pequena burguesia arruinada e afastaram-se da estratégia revolucionária da ditadura do proletariado e do internacionalismo marxista. De forma que a desintegração da IV Internacional interrompeu a luta da Oposição de Esquerda contra o processo de restauração capitalista que acabou culminando com a liquidação da URSS em 1991.

A constituição da Liga Comunista Internacional (LCI), em 1930, no Brasil, estabeleceu o marco da luta contra o revisionismo estalinista. Os fundadores do Partido Comunista do Brasil (PCB) assimilaram cegamente a orientação da III Internacional estalinizada. Armaram-se da tese de que no Brasil atrasado não era possível a revolução proletária. Desvincularam o desenvolvimento do capitalismo no país da economia mundial e se prenderam na armadilha da revolução burguesa. Assim, recorreram à tática de subordinação do proletariado à fração burguesa considerada revolucionária e progressista. O programa do III Congresso reconhece criticamente a importância da cisão realizada pela LCI. A construção do POR-Brasil deita suas raízes no combate aos desvios estalinistas do PCB.

Os acontecimentos posteriores a 1940 comprovaram amplamente a correção e a fortaleza do Programa de Transição. Eis por que a crise que ganhou corpo na direção da IV Internacional se deu à margem e em sentido contrário dos fundamentos programáticos que alicerçam o internacionalismo proletário baseado nas conquistas da Revolução Russa. Nenhuma das correntes responsáveis direta ou indiretamente pela desintegração da IV Interna-

cional puderam e podem assumir a tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista. Esse objetivo está posto no horizonte, mas as condições objetivas para sua realização estão postas na atualidade.

O capitalismo se contorce em crises sobre crises. A luta de classes se projeta cada vez com mais intensidade e polarização. Afirmar-se a caracterização marxista-leninista-trotskista de que o capitalismo da época imperialista é de guerras, revoluções e contrarrevoluções. Não há lugar para reformar esse organismo putrefato e em transição para o socialismo.

O III Congresso do POR assimilou por meio da crítica e auto-crítica essa experiência que traz inúmeras lições sobre a crise de direção e a tarefa dos revolucionários de reunir esforços para superá-la. O capítulo IX do programa é dedicado à reconstrução da IV Internacional. Passamos a expor algumas das formulações.

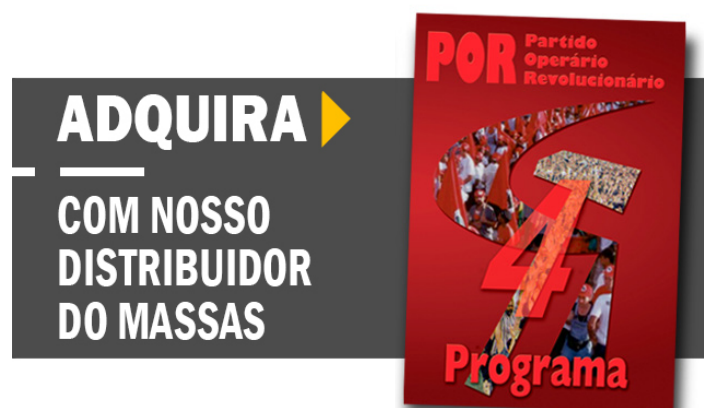
1. “Afirmamos que o trotskismo é o marxismo de nosso tempo pelo fato de ter travado a luta em todos os aspectos contra a degenerescência burocrática estalinista. Preservou a doutrina marxista-leninista e deu continuidade aos princípios programáticos e a tática revolucionária”. (...)
2. “O Programa de Transição da IV Internacional foi e é uma arma voltada contra a traição estalinista ao internacionalismo. Ou seja, à revolução mundial e ao desenvolvimento do comunismo na Rússia. A defesa de uma Internacional constitutiva do Partido Mundial do Proletariado, estado maior da Revolução Socialista, frente à destruição programática e prática da III Internacional, mantém o postulado do Manifesto Comunista de que a revolução proletária é nacional por sua forma e internacional por seu conteúdo”. (...)
3. “A degenerescência do Estado operário, sob a ditadura burocrática de casta privilegiada, só poderia conduzir à destruição da III Internacional e consequentemente, a restauração capitalista. Esse fenômeno histórico foi previsto pelo trotskismo. Isso foi possível devido à grande evolução sofrida pelo marxismo com o leninismo e a Revolução de Outubro. O trotskismo se elevou à condição indispensável para o internacionalismo proletário desde o momento em que Trotsky assumiu plenamente a tarefa da revolução russa no partido bolchevique e, posteriormente, defendeu-a contra o restauracionismo estalinista”. (...)
4. “A revolução permanente, ao aprofundar a compreensão da lei do desenvolvimento desigual e combinado, que rege o capitalismo, mostrou-se de aplicação universal. O marxismo concebe a economia mundial como uma unidade contraditória, em que se integra o capitalismo mais avançado com o mais atrasado, conformando a relação de nações oprimidas (semicoloniais) e opressoras (imperialistas). Em qualquer um dos elos dessa cadeia em que se produza a revolução, essa terá de ter caráter proletário e projeção internacional”.
5. “Nos inícios de 1930, o trotskismo despontou no Brasil com a Liga Comunista Internacionalista (LCI), opositora à estalinização do PCB; lançou o germen da construção programática, criticando arbitrária distinção entre países maduros e não-maduros para a revolução socialista, na qual o Brasil figurava como imaturo. Fundamento esse utilizado para justificar o caráter democrático-burguês da revolução e a impossibilidade da revolução proletária. Ao contrário, a IV Internacional, assimilando as críticas da Oposição de Esquerda, liderada por Trotsky, aplica a análise marxista da maturação internacional das premissas básicas da revolução proletária, defende a noção de que a revolução democrática nos países atrasados, como o Brasil se combina com a revolução socialista”. (...)
6. “O fato da IV Internacional não se ligar a fundo com o movimento operário a levou à dissolução, depois da morte de Trotsky. O que impossibilitou ajudar a aprimorar as formulações programáticas e superar as fraquezas naturais de análise dos

trotskistas brasileiros. (...) O rompimento, em 1940, de Mário Pedrosa com o trotskismo, em torno da caracterização de Estado operário degenerado russo, e seu alinhamento com as posições de Max Schachtman, contrárias às de Trotsky, interrompeu a construção da seção da IV Internacional no Brasil. O fundamental dessa experiência é que se confirmaram as críticas ao estalinismo e que as principais formulações políticas continuam vigentes. A construção do partido revolucionário internacionalista no Brasil parte da resistência da Oposição de Esquerda trotskista e de suas conquistas”. (...)

7. “A dispersão da IV Internacional, após o assassinato de Trotsky inviabilizou a sua continuidade organizativa. As correntes forma-se degenerando de revisão em revisão, colocando-se fora da doutrina marxista. (...) Os herdeiros atuais, separados em várias tendências, se caracterizam por desconhecer a estratégia da ditadura proletária e por se constituírem em posições da democracia radical pequeno-burguesa”. (...)
8. “No quadro de crise e dispersão da IV Internacional, liquidada organizativamente pelos revisionistas, se diferenciou o POR boliviano. O trotskismo na Bolívia reagiu às pressões desintegradoras do pablismo e do estalinismo”. (...)
9. “A constituição do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional é um primeiro passo, com toda sua debilidade, para que tal assimilação crítica seja feita, se quebre o isolamento do POR e se fortaleça a tarefa de construção dos partidos operários revolucionários em outras latitudes. O primeiro objetivo colocado para as demais seções foi o de trabalhar por assentar as ideias programáticas vinculadas à realidade do país, sem as quais não se pode formar verdadeiros partidos leninistas”. (...)
10. “O Comitê de Enlace objetiva centralizadamente, de acordo com seu desenvolvimento avançar no processo de reconstrução do Partido Mundial da Revolução, que se dará concomitantemente com a estruturação dos partidos nacionalmente enraizados em seus países. A bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina ganhará substância com a revolução proletária dirigida pelo trotskismo em qualquer um dos países do continente, o que depende de erigir os partidos revolucionários programáticos. O mesmo se aplica à revolução política nos Estados operários degenerados em processo de restauração capitalista, bem como a revolução proletária em qualquer parte do mundo”.

“Brasil, parte da revolução latino-americana”

1. “O Brasil é parte do continente latino-americano, não só por relações geográficas mas também pela condição de reunir países semicoloniais. A América Latina é oprimida pelo imperialismo.



Os Estados Unidos exercem sobre ela a hegemonia do controle metropolitano. (...) Assim como o Brasil, todo o continente se desagrega sob o peso da crise estrutural do capitalismo mundial". (...)

2. "(...) O nacionalismo burguês integracionista não pôde dar um passo à frente nessa tarefa, uma vez que depende da ruptura com a opressão sobre o continente. Em todas as latitudes se impôs o fenômeno da incorporação das burguesias latino-americanas à ordem mundial imperialista, tornando inviável a tarefa burguesa da unidade do continente e superação do atraso, condicionada pela manutenção da herança pré-capitalista, mais ou menos acentuada de acordo com as particularidades de cada país". (...)
3. "Não se pode colocar seriamente a unidade latino-americana sem que seja através da solução das tarefas democráticas pendentes. Isso significa reconhecer o fracasso do nacionalismo burguês e a impossibilidade da burguesia vir assumi-la plenamente. A luta pela unidade continental se reveste da luta anti-imperialista pela independência latino-americana. A conclusão de que a independência nacional do Brasil é parte da revolução proletária (...) vale para a América Latina". (...)
4. "A Revolução Cubana demonstrou o caminho da expropriação revolucionária, porém foi limitada pelo domínio estalinista

mundial das economias estatizadas e pela anterior desagregação da IV Internacional. A via de retrocesso das conquistas cubanas, na mesma linha da restauração gorbacheviana, comprova que a revolução em qualquer país latino-americano coloca a tarefa da unidade continental através da revolução proletária". (...)

5. "A tarefa de construir partidos revolucionários como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, concretizados no Programa de Transição e na organização da IV Internacional, condiciona o avanço da luta de classes para a revolução latino-americana e mundial. A revolução brasileira está demarcada por esse laço histórico de conformação da economia mundial e de sua forma colonial imperialista".

Neste número do Jornal Massas concluímos a exposição do programa do POR, aprovado no seu III Congresso. Esse documento continua como base vigente até hoje e se mostra um guia seguro para o avanço da construção do partido marxista-leninista-trotskista no Brasil, como seção do CERQUI. Certamente, ajustes foram feitos, como o relativo à revolução política concebida por Trotsky enquanto permanecesse em pé o Estado operário degenerado, como expressão das relações de produção originadas da Revolução de Outubro de 1917.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL

**R\$35**

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS

LANÇAMENTO

R\$5

Crítica programática ao PCBR

Adquira
com o
distribuidor
do jornal
Massas:



Apontamentos sobre os documentos do XVII Congresso extraordinário do PCBR



LANÇAMENTO

R\$5

XXVIII Congresso da Apeoesp Educação pública sob ataques dos governos

Adquira
com o
distribuidor
do jornal
Massas:



Lições e Tarefas do Movimento dos Professores



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Nesta edição:

Bolívia - Novo governo Paz-Lara aliado do bloco imperialista dos EUA; Diante do novo governo burguês, esfomeador e entreguista que assume o poder; O POR da Bolívia e o MAS;

Argentina - O fracasso do governo do FMI e dos capitalistas mais poderosos provocou uma catástrofe maior na economia;

Chile - Editorial;

Ecuador - Depois de um mês de grandes combates acaba a Greve Nacional liderada por organizações indígenas;

ONU: declínio do Estado de Bem-Estar e ascensão da extrema-direita;

108 anos da Revolução Russa;

33 da liquidação da URSS - "A estabilização parcial do capitalismo e a tática da Internacional Comunista"; Principal conclusão.

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

Novo governo Paz-Lara aliado do bloco imperialista dos EUA

A posição do novo governo em relação às potências econômicas do mundo é servilmente pró-norte-americana

Os entusiásticos parabéns ao novo governo por parte do imperialismo e de seus lacaios como Corina Machado, que defende a invasão militar do seu povo pelo governo Trump, não demoraram a chegar

Em setembro, Rodrigo Paz e uma delegação de seu partido viajaram aos EUA para se reunir com o governo Trump (o açougueiro do povo palestino junto com Netanyahu) e os organismos internacionais. Lá fez sua apresentação oficial, com genuflexões no meio, mostrando sua submissão aos senhores do norte. Após sua vitória eleitoral, Paz revelou que recebeu um telefonema do vice-secretário de Estado Christopher Landau, do governo Donald Trump, anunciando que os EUA ajudarão com financiamento extraordinário imediato para sair da crise energética.

Também na segunda-feira, o governo dos EUA, por meio de um comunicado divulgado por sua embaixada, o secretário de Estado, Marco Rubio, parabenizou Rodrigo Paz, observando que "após duas décadas de administrações imprudentes, a eleição de Rodrigo Paz inaugura uma oportunidade transformadora para ambas as nações. Os Estados Unidos estão prontos para fazer parceria com a Bolívia em prioridades compartilhadas." Entre as prioridades destacadas pelo braço direito de Donald Trump está "acabar com a migração ilegal, melhorar o acesso ao mercado para investimentos bilaterais e combater organizações criminosas transnacionais para fortalecer a segurança regional". O país imperialista mais importante do mundo formaliza assim seu consentimento e seu total apoio ao novo governo de direita.

Os parabéns também vieram imediatamente de Javier Milei, da Argentina, Luis Lacalle, do Uruguai, José Jerí, do Peru. Todos os governos de direita que substituíram governos reformistas falsamente socialistas, reconfigurando, mais uma vez, o mapa político da América do Sul. Com a vitória do PDC na Bolívia, consolidou-se a guinada pró-norte-americana à direita na região.

Também recebeu as felicitações entusiásticas de Maria Corina Machado, da Venezuela, a opositora de extrema-direita do chavismo



nacionalista, que apoia a intervenção militar dos EUA em seu país e a quem o Comitê Nobel norueguês concedeu descaradamente o Prêmio Nobel da Paz. Parabéns aos quais Rodrigo Paz respondeu afirmando: "Os bolivianos me deram a honra e também estamos aqui para nos juntarmos à luta pela Venezuela e pelas democracias latino-americanas".

Trump quer recuperar sua hegemonia no Cone Sul. Os Estados Unidos estão avançando em sua

ânsia de retomar o controle total de seu "quintal" inspirado na "Doutrina Monroe" de 1823. O imperialismo norte-americano está interessado em deslocar a potência asiática da América Latina, em meio a uma feroz guerra comercial mundial com a China, que se tornou o principal parceiro comercial e principal investidor estrangeiro na maioria dos países latino-americanos.

Rodrigo Paz, sobre sua relação com o governo dos EUA, diz: "Acredito que teremos uma relação fluida e compromissos de cooperação e trabalho conjunto para ambas as nações e de benefício para ambas as nações". Que benefício mútuo? Pura demagogia. A única relação que os governos bolivianos, incluindo os reformistas pró-burgueses, tiveram historicamente, é a submissão de nosso país capitalista atrasado como fornecedor de matérias-primas para o mercado mundial, diante da metrópole imperialista. O apoio econômico dos Estados Unidos à Bolívia está, como faz com a Argentina, condicionando a ajuda por ações concretas que o novo governo assume em favor dos interesses ianques nas esferas econômica, geopolítica e até militar.

Deve-se notar que este novo governo Paz-Lara terá como uma de suas principais características sua total submissão ao imperialismo norte-americano.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2857, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Bolívia

Diante do novo governo burguês, esfomeador e entreguista que assume o poder

Responder levantando bem alto as bandeiras da tese de pulacayo, o programa da revolução proletária

Preparar-se e organizar-se para defender a cesta básica e nossos direitos trabalhistas com os métodos de luta da classe operária, a mobilização e a ação direta do povo

O novo governo é uma expressão do esgotamento da política burguesa em todas as suas variantes (reformista, neoliberal, neokeynesiana, indigenista, fascista etc.) e do repúdio das massas contra elas. A farsa da democracia formal burguesa na Bolívia está dando seus últimos suspiros como um mecanismo para conter a rebelião das massas.

A maioria dos que apoiaram o binômio Paz-Lara o faz acreditando que é o "menos pior" e como repúdio à odiada velha direita racista e fascista da candidatura de Tuto. A reação de rejeição ao triunfo de Paz-Lara, por parte de alguns setores recalcitrantes da ultradireita da classe média e sua consequente decepção porque Tuto deu sua bênção ao resultado, mostram que o esgotamento da democracia parlamentar como meio de conter as massas vem dando lugar à polarização da situação política em direção aos extremos radicais da luta de classes.

O novo governo toma posse em meio à desconfiança das massas e ao estado de prontidão de vários setores dos explorados que alertaram que não permitirão que a crise seja descarregada sobre o povo faminto. É um governo fraco e sem apoio social sólido. A tênue esperança de que alguma solução possa vir desaparecerá mais cedo ou mais tarde, basta mencionar que, assim que o resultado da eleição foi anunciado, o preço do dólar subiu.

A promessa de um governo honesto, livre de corrupção, será levada pelo vento, porque na época da decadência dos partidos burgueses e do sistema capitalista, um governo burguês honesto não é possível; basta ver o bando de oportunistas e encenqueiros, ex-MAS, ex-manfredistas, ex-miristas etc., que rapidamente se juntaram ao movimento do vencedor esperando a oportunidade de fazer fortuna com os cofres do Estado.

Os empresários, por meio da CAINCO, apresentaram sua "agenda" e exigem a aplicação de medidas. O plano neoliberal que o candidato, agora presidente eleito, anunciou que aplicará não é em essência diferente do proposto por Tuto Quiroga e que responde às exigências do imperialismo. Variando, mais ou menos, é um plano antinacional, antioperário e antipopular que visa descarregar a crise sobre as massas e a maioria do povo sabe que é assim, por isso está anunciando seu estado de prontidão. O vácuo programático de Paz-Lara será preenchido pelos interesses da burguesia agroindustrial e das multinacionais imperialistas.

A reação instintiva das massas diante da ameaça do novo governo esfomeador e entreguista não deve permanecer em meras reivindicações e defensivas, mas deve apontar ao povo o caminho para sair da crise do ponto de vista dos interesses do proletariado e do povo oprimido.

Não basta rejeitar o ajuste, é preciso exigir que o ouro seja estatizado, que os bancos sejam estatizados, que o monopólio estatal do comércio exterior seja aplicado, que seja aplicado um salário mínimo vital com uma escala móvel, que a escala móvel de horas de trabalho seja aplicada para que os desempregados não sofram de fome etc. Em síntese, devemos elevar bem alto o programa da Tese de Pulacayo, o programa da revolução proletária, e dizer claramente que a crise será resolvida pelo governo operário-camponês que temos de colocar em pé.

CHEGA DE GOVERNOS BURGUESES, ESFOMEADORES, CORRUPTOS E ENTREGUISTAS!

VIVA O GOVERNO OPERÁRIO-CAMPONÊS-CLASSES MÉDIAS EMPOBRECIDAS!

VIVA A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA!

(Extraído do Jornal Massas, nº 2857, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)



BOLETIM CERQUI
Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Boletim do
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**
Edição em Português | Nº 40 | julho de 2025

**90 anos do POR boliviano
construindo
a direção
revolucionária
do proletariado**

**Em defesa do Irã contra os ataques militares
dos Estados Unidos e Israel**

**Por um levante da maioria explorada contra
o genocídio na Faixa de Gaza e as investidas
bélicas no Líbano, Síria e Iêmen**

**Somente a classe operária unida e em luta
contra o imperialismo pode deter o avanço para
a catástrofe mundial!**

**Declarações e
manifestos sobre
Oriente Médio** p. 3

**Intervenções no Ato
pelos 90 anos do
POR boliviano** p. 12

**Informes de Brasil,
Bolívia, Chile e
Argentina** p. 28

**Versão em Português
Nº 40 | JULHO DE 2025**

**Adquira o Boletim
CERQUI e/ou outros
materiais com um dos
nossos militantes ou
pelas nossas redes:**

R\$ 5

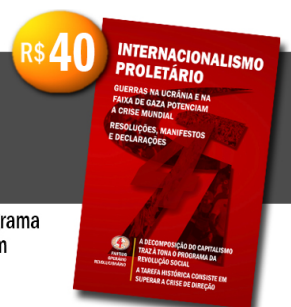
(11) 9 5446-2020
massas.por
massas.org
por@pormassas.org

LANÇAMENTO!

**INTERNACIONALISMO
PROLETÁRIO**
Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



O POR da Bolívia e o MAS

A decomposição e a derrocada do Movimento ao Socialismo (MAS), criado em torno ao caudilho Evo Morales, foram previstas pelo POR boliviano. Por isso mesmo, os marxista-leninista-trotskistas

foram os únicos a combater desde o início e sem trégua as imposturas do masismo e evismo. A presente derrocada eleitoral, que permitiu a volta da direita ao poder pela via constitucional, depois de vinte

anos governo MAS, tão somente evidencia os diagnósticos e prognósticos do POR. Por motivo de espaço, compilaremos passagens dos escritos de Guillermo Lora, que se encontram em suas Obras Completas.

“O que Evo Morales fará na presidência da República”

2 de fevereiro de 2006

“O Movimento ao Socialismo (MAS) veio ao mundo com o rótulo de ‘Partido Camponês’ e agora está controlado por uma camarilha de pequeno-burgueses corruptos. Não é a primeira vez que aparece no país um ‘partido camponês’. No cenário nacional, passaram numerosas organizações com esse rótulo e desapareceram quase sem deixar marcas. As massas camponesas durante a luta pela independência da coroa espanhola participaram nos bandos de patriotas e espanhóis. Ao longo da história boliviana, as massas camponesas, que procuravam atenuar sua situação de oprimidos, aparecem em diversas organizações políticas”. (...)

“As Teses de Pulacayo assinalam, pela primeira vez, que a transformação radical da Bolívia atrasada somente é concebível por meio da revolução e ditadura proletárias, que cumprirão a tarefa de pulverizar a base estrutural da sociedade burguesa (propriedade privada dos meios de produção), para substituí-la pela propriedade social, da qual se constituirá a sociedade comunista”. (...)

“Isso é possível porque a Bolívia está integrada, apesar do seu atraso, à economia mundial capitalista, hoje em pleno processo de decomposição. É a economia capitalista mundial que permite amadurecer a atrasada Bolívia para se realizar a revolução proletária e abrir caminho à nova sociedade. Essa revolução, para chegar ao seu ponto culminante tem de transformar-se em internacional, mas pode começar em um país atrasado como a Bolívia, desde que a classe operária amadureça politicamente”. (...)

“Depois de 9 de abril de 1952, os camponeses – utilizando o método da ação direta de massa -, caminharam firmemente à destruição do latifúndio. (...) ‘Nossa finalidade estratégica (...)’, é a revolução social voltada a materializar a reconquista de toda a terra e colocar em pé os Estados soberanos Aymara, Quechua, Tupi Guarani etc., ou uma federação dessas nacionalidades. A experiência histórica nos ensinou que para libertar da opressão burguesa temos de necessariamente nos unir à classe operária (...) nossa tática (...) é a aliança operária e camponesa, que nos permitirá a libertação e o conhecimento da vitória na luta contra nossos opressores e exploradores. (...) Se queremos a libertação e o esmagamento da burguesia, temos que opor a violência revolucionária à violência reacionária. Não utilizamos nem o legalismo, nem o parlamentarismo para sepultar o capitalismo, mas a ação direta, sabendo que essa viola o ordenamento jurídico e impõe a capacidade de luta dos explorados e oprimidos’. (Manifesto Camponês de 1966)

“Em resumo: o MAS esquece tudo isso. Evo, procurando ganhar a confiança da classe dominante, dos empresários, do imperialismo e das multinacionais, declarou que é inimigo da violência, que é democrata, que para expor suas ideias utiliza o parlamento e as eleições”. (...)

“Evo Morales e o MAS se agarram desesperadamente aos escravizadores do país e dos bolivianos porque esperam alcançar o mesmo nível das potências econômicas. Pretendem que a pequena propriedade da terra, fonte da miséria dos camponeses, se solde à grande propriedade privada burguesa dos meios de produção. De maneira que os pequenos cultivadores da terra se tornem potências econômicas, passem de pequenos proprietários a poderosos concorrentes dos capitalistas tradicionais”. (...)

“O fracasso do Movimento ao Socialismo como governo se converterá em um fator a mais das tendências de despojar os campo-

neses de suas pequenas parcelas de terras e continuar mantendo-os em sua condição de semiescravos famintos. A esperança para a Bolívia e para a maioria de sua população de evitar cair na barbárie está em realizar a revolução social, que acabará com a grande propriedade privada dos meios de produção e desenvolverá a propriedade social”.

“A liderança operária converterá a luta camponesa em revolucionária”

“A sigla Movimento ao Socialismo foi tomada como empréstimo de um setor fascista da Falange Socialista Boliviana, que não conseguiu se firmar como corrente política. Evo Morales é um camponês, que em certo momento surge como dirigente de sindicatos de cocaleiros do Chapare. (...) Evo Morales é a expressão genuína dos dirigentes camponeses burocratizados, apoiados na pequena propriedade da terra, e, como já foi demonstrado no terreno dos fatos, que seu objetivo é o de avançar a qualquer preço no arrivismo econômico e na politicagem agrária. (...) Inicialmente, foi um ativista da ação direta das massas. Ao ingressar no parlamento burguês, passou a substituir a greve e as armas de fogo pelas eleições e a cooperar com a burguesia, como sendo mais vantajoso de que as greves, os bloqueios de estradas etc.” (...)

“Na campanha eleitoral, começou anunciando que ele o MAS desenvolveriam no país, econômica e socialmente quebrado, o ‘capitalismo andino (...)’. A verdade é que sua ambição é menor: ser aceito no seio da burguesia e ascender social e economicamente dentro do capitalismo burguês atual, sem que ninguém se dê conta de seu arrivismo. Claro que sonhos são sonhos. O capitalismo marcha aceleradamente à barbárie; os evos em seu interior são inumeráveis”. (...)

“Evo acabará sendo posto contra a parede se não cumprir as exigências camponesas e considerado um traidor de seu povo, de seus costumes e tradições. Os camponeses aplicarão o castigo tradicional do chicote, o expulsarão montado em um burro. A comunidade saberá castigá-lo de acordo com seus costumes. E, se se encontra rodeado pela população de mestiços ou cholos terá de suportar os castigos no cabildo aberto, curiosamente herdado dos opressores espanhóis e considerado pelas massas bolivianas como um método de luta tradicional. Podemos adiantar que Evo, o traidor, será varrido do cenário político social pelos próprios camponeses, apesar de que agora é considerado por eles como seu irmão maior. Não esquecer que os camponeses sabem ajustar sua conduta às suas tradições e costumes”.

Essas primeiras formulações do POR sobre o governo Evo Morales devem ser tomadas como ponto de partida de um balanço final do afundamento do MAS e o retorno da direita burguesa, francamente pró-imperialista, ao poder do Estado. É bom lembrar que praticamente todas as correntes, do morenismo ao lambertismo, se colocaram por detrás da ascensão do MAS, apoiando Evo Morales nas eleições de 2005 em nome do combate à direita e ao imperialismo. Hoje, omitem essa posição arrivista ao nacionalismo pequeno-burguês.

Argentina

O fracasso do governo do FMI e dos capitalistas mais poderosos provocou uma catástrofe maior na economia

Eles não serão capazes de nos tirar do buraco em que nos colocaram

O governo Milei reduziu fortemente o poder de compra de salários e aposentadorias. O consumo de produtos básicos continua caindo. É a prova mais contundente de que a pobreza não diminui, está crescendo.

Milhares de empregos foram perdidos, outros milhares estão em licença, com jornadas de trabalho mais curtas ou ameaçadas. Milhares e milhares de empresas fecharam devido à queda nas vendas e na produção, à queda no consumo e também à abertura indiscriminada de importações.

O governo liberou aluguéis que se tornaram impagáveis, assim como taxas de transporte, gás, eletricidade, internet e combustível. Muitas dessas taxas são ajustadas de acordo com o preço do dólar.

A recessão foi provocada, não foi um acidente. Interrompendo completamente as obras públicas, reduzindo o consumo, incentivando a especulação financeira, buscou-se gerar superávit fiscal para comprar dólares, acumulando reservas para poder pagar a dívida externa extraordinária.

Reduziu os orçamentos para saúde e educação, o Garrahan e os deficientes e inúmeros setores para mostrar que estava disposto a sacrificar até o mais essencial para tentar gerar um superávit fiscal.

Este esquema falhou completamente, não só não compraram dólares para pagar a dívida, mas dilapidaram os dólares que vinham das maiores exportações; os dólares da lavagem de impostos do ano passado; dólares de exportação deste ano e empréstimos recebidos. Para onde foram esses dólares? Às importações, ao turismo, à fuga de divisas, porque o esquema foi montado num dólar barato, muito barato, que serviria de âncora para conter os preços e mostrar que a inflação estava caindo.

Os dólares acabaram e a dívida cresceu exponencialmente. Já em abril, o governo saiu desesperadamente para pedir ajuda ao FMI e aos EUA e modificou a política cambial porque estava claro que seu “modelo” estava esgotado. Eles tentaram manter o esquema fictício até as eleições com a ilusão de poder ter um bom resultado.

Mas os resultados eleitorais foram ficando cada vez piores até a derrota contundente na província de Buenos Aires. Soma-se à crise econômica a crise política que levou ao confronto entre setores do governo e à eclosão de todos os tipos de escândalos de corrupção e tráfico de drogas, um após o outro. O governo, novamente desesperado, saiu para pedir ajuda ao governo dos EUA, cujo apoio verbal pouco fez para conter a escalada do dólar, o risco-país e a queda dos títulos e ações. Há vários dias, uma delegação completa do Ministério da Economia e do Banco Central negocia quais migalhas podem receber para sobreviver em troca de entregar qualquer coisa. Quem sabe quantos dias mais eles vão ficar. Mas não lhes oferecem alternativas que os salvem. Todos lhes dizem que devem desvalorizar fortemente para comprar dólares e acumular reservas, que não há outra alternativa, ainda que isso gere inflação



e deteriore ainda mais as condições de vida da população. Recomendam que avancem com alianças políticas com outros setores para prosseguir com o ajuste (quando vêm da quebrar todos os acordos e promessas com os setores que estão se afastando do governo).

A abertura indiscriminada ao capital financeiro, levantamento de todos os controles e regulamentações, oferecendo novas privatizações e um sistema de estímulo à rapina não trouxe novos investimentos do exterior, mas que estes saíssem do país.

É nesse contexto de crise que as massas resistem, se mobilizam e escracham o presidente e seus candidatos em todas as oportunidades. Até nas regiões mais conservadoras, protestos radicalizados contra o governo aparecem. E exercem forte pressão sobre governadores e legisladores. A burocracia sindical da CGT se mostra paralisada diante da crescente onda de descontentamento popular, esperando que seja canalizada para o voto.

A burguesia não tem resposta. Esperam que o governo ajuste seu plano e que apareça outra mão salvadora do FMI e de Trump. Já tentaram de tudo e cada “plano” nos afunda ainda mais, com mais desemprego, mais precarização, mais direitos perdidos. Não podemos deixá-lo permanecer no poder. A classe operária sim tem um plano, um programa, para acabar com esta catástrofe, que aplicará se tomar o poder pela primeira vez:

Salários e aposentadorias devem cobrir pelo menos o custo da cesta básica;

Plano de obras públicas a cargo do Estado sob o controle dos trabalhadores para resolver as prioridades da maioria.

Orçamento necessário para habitação, saúde e educação, para ciência e tecnologia. Sistema único de saúde e educação. Expropriação de todos os laboratórios farmacêuticos. Medicamentos gratuitos para aposentados;

Desconhecer toda a dívida externa e interna. Desconhecimento do programa e dos acordos com o FMI. Estatização dos bancos e concentração deles em um único sistema.

Estatizar o comércio exterior. Acabar com o contrabando. Proteção da nossa indústria. Exportar somente o excedente depois de garantir que toda a população seja suficientemente alimentada e que as matérias-primas sejam usadas para o nosso desenvolvimento industrial.

Expropriação do latifúndio, das mineradoras e indústrias de hidrocarbonetos. A geração e distribuição de energia devem ser estatais. Toda essa renda deve ser usada para promover a industrialização do país, gerando todos os empregos genuínos de que precisamos;

Recuperar os rios, os lagos, o mar, todos os portos. Recuperar a indústria naval e a frota mercante.

Esta é um enunciado que mostra que os recursos para poder

organizar a economia existem, colocando-a a serviço da maioria. A burguesia em declínio, esgotada, não entregará o poder voluntariamente, pelo voto ou por alguma decisão do Congresso. Essa pequena minoria que detém o poder deve ser expropriada e derrubada do poder. Com essa ideia intervimos na campanha eleitoral, combatendo todas as ilusões no voto e nas leis, confiando exclusivamente em nossas forças, em nossos métodos de luta

Mais e mais dívidas para socorrer Milei/Caputo

Toda a dívida deve ser desconhecida

Quando todas as reservas já haviam sido dilapidadas e os dólares destinados ao pagamento dos próximos vencimentos estavam sendo vendidos, os Estados Unidos intervieram para ajudar o governo e tentar amortecer o impacto negativo nas próximas eleições. Os chefes do Ministério da Economia e do Banco Central estavam negociando diretamente em Washington há 4 dias as condições do resgate. Poucos dias antes, os 7 bilhões “generosamente” liquidados pelas empresas cerealistas praticamente desapareceram, podendo reter apenas uma parte mínima.

Resgate do país? De maneira nenhuma. O país está afundando cada vez mais e mais rapidamente no endividamento e na sujeição ao capital financeiro. Resgate, sim, para os amigos de Caputo e Scott Bessent, que ainda têm que fugir dos investimentos na Argentina. Assim são denunciados nos EUA.

O New York Times argumentou que o verdadeiro propósito do salvamento da Argentina pode não ser estabilizar a economia, mas ajudar os grandes fundos de investimento que estão presos por possuírem títulos soberanos. Entre os possíveis beneficiários do resgate estariam os fundos BlackRock, Fidelity, Pimco e ex-colegas de Bessent em Wall Street, como Stanley Druckenmiller e Robert Citrone, que trabalharam com Bessent no passado, quando fazia parte da equipe de investimentos de George Soros. Eles têm grandes investimentos na dívida argentina e estão em vias de registrar perdas impactantes. A senadora democrata Elizabeth Warren e sete outros senadores de seu partido apresentaram um projeto de

lei para limitar o uso do Fundo de Estabilização Cambial do Tesouro em operações desse tipo. “Trump prometeu ‘América Primeiro’, mas ele está colocando a si mesmo e seus amigos bilionários em primeiro lugar.”

De qualquer forma, é mais uma interferência traiçoeira na economia argentina para tentar sustentar uma taxa de câmbio artificial do dólar por mais algum tempo. Em comunicado, o funcionário de Trump garantiu que seu país “agirá imediatamente com medidas excepcionais para estabilizar os mercados”. E opinou expressamente sobre a política adotada em abril: “Sua banda cambial continua adequada ao propósito”, defendendo o esquema artificial.

As promessas e o apoio de Trump e Bessent do final de setembro evaporaram-se rapidamente, não conseguiram impedir a desvalorização nem o aumento do risco do país.

As condições da negociação são mantidas em segredo, falam-se de um empréstimo “swap” de 20 bilhões de dólares, sem que as condições sejam conhecidas. O secretário de Economia dos EUA aparece agindo unilateralmente, com medidas que impulsionam os preços dos títulos e ações, que eles conhecem de antemão.

É uma situação excepcional, (pela primeira vez em 200 anos de relacionamento), os EUA tentam apoiar o servo fiel para que chegue às eleições nas melhores condições. É a confissão mais grosseira do fracasso do plano do governo. E ele não perde oportunidade de enfatizar que o objetivo é que a Argentina se desvincule da China em todas as áreas.

Como é curioso que os ultraliberais que reivindicaram a autonomia e independência do Banco Central não questionem a ação conjunta do governo com o Banco Central e, pior ainda, acabem subordinando as políticas do Banco Central às políticas do Tesouro do país mais poderoso do mundo, que emite a moeda em que se expressa a maior parte de sua dívida.

Até onde irá a impunidade do governo e desses funcionários que mais uma vez estafam o país? Todos os movimentos das divisas devem ser investigados, todas as compras de títulos e ações, não basta desconhecer toda a dívida, devemos recuperar tudo o saquearam do país. O judiciário e o Congresso protegem os saqueadores, recusam-se a investigar e punir os crimes do passado. Essa impunidade os encoraja a continuar no mesmo caminho.

(Extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Chile

Editorial

Começamos com as declarações dos candidatos à presidência, que lideram as pesquisas. Uma das últimas pesquisas realizadas por La Cosa Nostra (LCN) eleva a candidatura de J. Jara acima de 35%, Kast estagnado em seus históricos 27% e E. Matthei, com 18%. De acordo com os pesquisadores, o centro político fascista seria o responsável pelo enorme avanço de Matthei.

As pesquisas e a imprensa burguesa dão grande cobertura à campanha eleitoral, mas não às declarações aberrantes dos candidatos. Muitas destas declarações pertencem ao candidato fascista Kast. A indulgência da imprensa não permite que os miseráveis saibam o que pensam os atuais candidatos, e muitos chilenos não estão interessados em ouvi-los. Dentre as declarações de Kast, se destaca sua promessa de que em seu futuro governo cortará 6 bilhões de dólares do orçamento nacional, o que prejudicará os funcionários públicos. Além de piorar os sucateados setores da saúde, educação e habitação, que são problemas estruturais profundos, prejudicando os mais pobres e desamparados do sistema: mulheres, crianças e idosos.

O presidente e seus colaboradores no governo reagem com declarações, quando os parentes da lutadora mapuche Julia Chuñil, seu advogado e o público em geral se manifestaram em frente à casa do governo, denunciando o desaparecimento ocorrido quase um ano atrás. Após seu desaparecimento, acusa-se que seu corpo foi queimado por aqueles que causaram sua morte. Haveria um único suspeito, que admite ter feito um telefonema, fato em que se baseia a suspeita pelo crime de incineração do corpo da extinta líder socioecológica, e permite ao advogado do caso e aos parentes de Julia apontar diretamente, como principal suspeito, o empresário madeirense Juan Carlos Mondstars A., aquele que anos antes havia ameaçado à falecida líder mapuche.

Mas o Sr. Boric continua com suas estúpidas e habituais declarações. Para que nunca mais no Chile estes fatos se repitam! Vamos perseguir até encontrar os culpados! Aplicando todo o rigor das leis! Mas os habitantes que o escutam não somos imbecis como o presidente da República acredita.

PARTICIPAR DA MARCHA NACIONAL EM 8 DE NOVEMBRO, QUANDO SUA FAMÍLIA PEDE SOLIDARIEDADE EM TODO O PAÍS, NO ANIVERSÁRIO DE UM ANO DO DESAPARECIMENTO DE JULIA CHUÑIL, MARCHAR ATÉ QUE A JUSTIÇA SEJA FEITA. SÓ A LUTA NAS RUAS TRARÁ JUSTIÇA! ATÉ A VITÓRIA TOTAL DA CLASSE OPERÁRIA E DA NAÇÃO DE CLASSE MAPUCHE, AGORA E SEMPRE.

Opressão imperialista e nacional

Evidencia-se claramente hoje a resposta dada pela organização e luta de diferentes organizações, tanto sindicais, sociais e políticas da classe operária. Isso é que preocupa os políticos burgueses, tanto os candidatos de ultradireita quanto aos militantes do partido burguês stalinista, autodenominado Partido Comunista. A candidata deste partido acusa a burocracia stalinista cubana de não ser democrática, desde a sua perspectiva burguesa, que venera a sacrossanta democracia burguesa, aquela que esmaga a classe operária e as maiorias oprimidas com sua ditadura capitalista, que é a ditadura da classe burguesa contra a classe operária e a maioria oprimida do país. Vemos como as massas norte-americanas são reprimidas por exigir seus direitos, num país em que a democra-

cia burguesa se exhibe. São atacadas com bombas químicas, com as quais se reprime e se expulsa os imigrantes, que por décadas serviram no país das maravilhas da modernização burguesa.

A luta de classes é a chave para nos libertarmos do jugo capitalista. Já os palestinos residentes no país, incluído um importante setor de palestinos burgueses, convocaram a manifestação pelos dois anos de genocídio na Faixa de Gaza pelo do sionismo israelense-americano. Mas se recusaram até mesmo receber um panfleto que descrevia como a classe operária e o povo deveriam enfrentar as forças genocidas, denunciando o massacre sofrido pelas massas palestinas, e que o Hamas é o braço armado que resiste ao sionismo internacional e ao governo anglo-saxão dos EUA, impondo sua força imperialista ao mundo. Por outro lado, nosso Manifesto foi recebido generosa e honestamente pelos transeuntes em Valparaíso, mostrando seu total apoio à resistência do povo palestino. Junto com a burguesia chilena, palestinos burgueses con-fabularam com as forças reacionárias dos evangélicos pentecostais e Testemunhas de Jeová. Ao contrário o comitê pela Construção do POR, seção do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional, projetou a política do proletariado em defesa da nação oprimida e pela constituição de uma frente única anti-imperialista.

(Extraído da Luta Operária, nº 65, órgão do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário do Chile)

Equador

Depois de um mês de grandes combates, acaba a Greve Nacional liderada por organizações indígenas

Convocada pela Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), uma greve nacional foi decretada em 22 de setembro e encerrada em 22 de outubro. Semelhante às outras duas grandes rebeliões, também encabeçadas por organizações indígenas em 2019 e 2022, as lutas deste ano expressam a insatisfação com a política econômica e o alinhamento servil do governo ao imperialismo norte-americano.

O estopim do movimento foi o aumento do preço do diesel, combustível que o governo elevou de US\$ 1,80 para US\$ 2,80 por galão (a moeda oficial do Equador é o Dólar norte-americano). O aumento nos preços dos combustíveis afeta particularmente os povos indígenas que trabalham nos setores cruciais da agricultura, pesca e transporte, e outros camponeses e trabalhadores rurais. Além da revolta contra o preço do combustível, o movimento também serviu para expressar a oposição popular à tentativa do governo de mudar a Constituição do país mediante um referendo que será realizado no dia 16 de novembro. Esse referendo deverá se pronunciar acerca de dois objetivos do governo: Eliminar a proibição constitucional de estabelecer bases militares estrangeiras (leia-se norte-americanas) no Equador, e eliminar o financiamento estatal do fundo partidário. As organizações indígenas e populares, assim como os sindicatos em geral se opõem a estas mudanças e militam pelo “NÃO” nesse referendo.

Durante 31 dias, além da paralisação, ocorreram manifestações, ocupações e bloqueios de estradas em diversas localidades do país, embora o epicentro foi a província de Imbabura, região andina ao norte do país. E, em que pese não chegasse a afetar todo o país, houve muito enfrentamento em outras regiões. Em Sucumbíos, comunidades indígenas marcharam pelas ruas de Lago Agrio exigindo a libertação de Gregorio, um membro da etnia kichwa

preso durante os protestos. Em Cuenca, estudantes da Universidade bloquearam a Avenida Loja, e na província de Loja, o Povo Kichwa Saraguro manteve bloqueios na estrada que liga a cidade a Cuenca. Na capital do Equador, Quito e também em Guayaquil multidões protestaram contra o aumento dos preços dos combustíveis, queimando pneus, bloqueando estradas e enfrentando policiais que reagiram com rajadas de gás lacrimogêneo. Durante esses 31 dias houve ações de protesto esporádicas em províncias como Cotopaxi, Carchi, Tungurahua, Chimborazo, Azuay, Cañar e Loja, mas a greve acabou se concentrando na província de Imbabura e nos cantões de Quito e Cayambe, em Pichincha.

De acordo com o “coletivo Geografia Crítica, organizações indígenas e sociais realizaram 610 ações de protesto. Destes, 399 foram fechamentos de estradas, 108 marchas, 68 protestos e assembleias; 19 ações simbólicas; 8 painéis, 4 vigílias; e 3 ações de fato”.

O governo do presidente Daniel Novoa reprimiu violentamente o movimento desde os primeiros dias. O saldo dessa repressão foi de 3 mortos, 296 civis feridos e 15 desaparecidos até o momento. Rosa Elena Paqui, de 61 anos, sofreu parada cardíaca após inalar gás lacrimogêneo. José Alberto Guamán Izama, de 30 anos, que foi baleado no peito, de acordo com a CONAIE e a Aliança pelos Direitos Humanos do Equador. As duas mortes ocorrem após o assassinato de Efraín Funes, de 46 anos, que foi baleado enquanto marchava numa manifestação na madrugada de 28 de setembro. As denúncias das atrocidades da repressão são diversas, invasão de residências dos camponeses, humilhações públicas, espancamento de idosos e crianças. Denunciou-se também incursões de militares em hospitais para prender manifestantes feridos e a proibição aos médicos de atender os feridos. O governo também aplicou

medidas de congelamento de contas dos dirigentes indígenas e sindicais e promoveu processos contra lideranças acusando-as de corrupção e todo tipo de chantagens.

A desigualdade é um dos principais fatores de mobilização social no país, especialmente entre movimentos indígenas, sindicatos e organizações estudantis. As desigualdades regionais são marcantes, e Sierra (região andina Imbabura, epicentro do movimento) apresenta pobreza rural mais alta. Os povos indígenas e afro-equatorianos são desproporcionalmente afetados com taxas de pobreza duas vezes maiores que a média nacional. Foi nessa região (norte onde teve a maior concentração de bloqueios e enfrentamentos). Durante o governo de Guillermo Lasso (2021–2023) e o início do governo Daniel Noboa (2023–2025), houve redução de subsídios e ajustes fiscais que afetaram camadas populares, especialmente no preço dos combustíveis e transporte. Programas sociais como a Bolsa Desenvolvimento Humano foram mantidos, mas com cobertura insuficiente para compensar a alta desigualdade. A pandemia de 2020–2021 agravou as desigualdades. Noboa, um aliado do presidente dos EUA, Donald Trump, defendeu suas políticas como necessárias para tornar o governo mais eficiente e combater o aumento do crime organizado.

Segundo a socióloga Soledad Stoessel, a greve faz parte de uma prolongada crise estatal que começou quando Lenin Moreno (2017–2021), seguido por Guillermo Lasso (2021–2023) e agora Daniel Noboa (2023–presente) iniciaram uma transformação do Estado para beneficiar as oligarquias econômicas por meio de um programa econômico neoliberal. A atual crise estatal equatoriana teria suas raízes em um processo de dismantelamento institucional que começou durante o governo de Lenin Moreno (2017–2021). Sob o discurso e com o objetivo de “descorreizar” o Estado. Moreno reverteu os programas assistenciais do período governado pelo Correa. Trata-se na verdade da refração da crise mais geral do capitalismo, nas condições do Equador, que convulsiona todo o planeta e expõe a inviabilidade da democracia nos países atrasados

e semicoloniais. A queda do Correa foi a manifestação do fracasso de um governo reformista que pretendeu conceder migalhas aos oprimidos mantendo, porém o ordenamento burguês dos Estados nacionais.

Assim como as anteriores ondas de mobilização nacional e intersetorial contra os governos neoliberais de Lenin Moreno (2019) e Guillermo Lasso (2022), travadas contra políticas semelhantes às que Noboa busca implementar à força hoje, o movimento que teve como máxima direção a Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador, organismo com limitado horizonte democrático e corporativo, incapaz por si só de elevar a luta das massas até a tomada do poder e a liquidação da propriedade privada capitalista. Essa limitação é a que se manifesta na “explicação” para acabar com a greve forjada pelo seu máximo dirigente Marlon Vargas “O recente anúncio de Daniel Noboa sobre a intervenção em Imbabura com toda a força do Estado nos causa profunda preocupação. Testemunhamos a repressão brutal exercida por nossos irmãos, temos três mortos, dezenas de feridos e comunidades inteiras vivendo com medo. O Governo demonstrou que a violação dos direitos humanos não representa um limite para suas decisões. Diante disso, tomamos uma decisão difícil, mas necessária: cessar a greve e recuar para nossos territórios para proteger a vida. Chamamos a recuar e instalar assembleias permanentes para preparar a campanha pelo NÃO à consulta popular e ao referendo”

Ou seja, em face do endurecimento do governo, jogando toda a combatividade das massas no lixo, escolhem “recuar” e preparar a campanha pelo NÃO no referendo. Evidenciando-se dessa forma a subordinação da luta das massas pela sua existência aos manejos democráticos do Estado burguês. É uma situação que expõe de modo dramático a ausência da direção revolucionária do proletariado num movimento de grandiosa combatividade e potencial revolucionário.

ONU: declínio do Estado de Bem-Estar e ascensão da extrema-direita

Com o curioso título “O declínio do Estado de Bem-Estar impulsionou a ascensão da extrema-direita”, o jornal da direita norte-americana The Washington Post publicou uma matéria assinada por Ishaan Tharoor, colunista regular desse meio em 22/10. Nessa matéria, o colunista comenta um relatório elaborado por Olivier De Schutter, um especialista independente nomeado pelas Nações Unidas para aconselhar sobre “pobreza extrema e direitos humanos” uma questão que, até da perspectiva desse organismo do imperialismo, tornou-se um problema. O título do relatório é “O Populismo de extrema-direita e o futuro da proteção social”.

O relatório analisa de que maneira os cortes e restrições em programas de proteção social e gastos sociais em todo o mundo têm alimentado o descontentamento popular e, como resultado, potenciado a extrema direita. De acordo com a matéria “Em toda a Europa e, de fato, nos Estados Unidos, a impaciência e o desespero avassaladores com o status quo prepararam o terreno para a ascensão de diversos movimentos políticos antissistema e, muitas vezes, de extrema direita”. Menciona como provas o projeto de Donald Trump e uma série de grupos de direita ascendentes em todo o mundo, como o Reagrupamento Nacional (Marine Le Pen) na França e o partido Alternativa para a Alemanha (Alice Weidel).

Ao descrever o problema, denuncia que programas de proteção social, que antes galvanizavam sociedades inteiras, em alguns casos, se transformaram em fontes de divisão e estigma. Partidos

anti-imigrantes reclamam de estrangeiros que reivindicam benefícios; outros capitalizam o ressentimento de minorias que recebem assistência estatal. Ativistas na Grã-Bretanha, por exemplo, têm se enfurecido contra os esforços do governo para abrigar temporariamente requerentes de asilo, enquanto republicanos nos Estados Unidos afirmam, enganosamente, que o impasse político que está paralisando o governo federal tem a ver com o suposto desejo dos democratas de fornecer assistência médica gratuita a imigrantes indocumentados. “Populistas de extrema direita atraem uma parcela crescente de eleitores ao combinar sentimentos antilite com uma mentalidade de ‘nós’ contra ‘eles’, posicionando-se como defensores do grupo interno contra o grupo externo”, observou De Schutter, jurista belga, no relatório.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



Em um momento de crescente desigualdade e incerteza econômica em muitos países, De Schutter afirma que há ainda mais motivos para ampliar e reforçar os gastos sociais. “Uma das coisas mais corrosivas que vimos nos últimos anos é a ideia de que a proteção social era custosa para a sociedade e, portanto, só poderia ser direcionada a objetivos específicos, concedida àqueles que a ‘merecem’”. Por isso, é que até os tão alardeados Estados de bem-estar social da Europa estão em apuros. Em novembro passado, Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu, alertou que os robustos programas de gastos sociais e pacotes de benefícios do continente estariam em risco se seus principais países não conseguissem recuperar suas economias em crise. E o chanceler de direita da Alemanha, Friedrich Merz, declarou em agosto que os programas de bem-estar social de seu país eram insustentáveis e precisavam de uma reformulação. “Simplesmente não podemos mais arcar com o sistema que temos hoje”, disse Merz em um discurso, acrescentando “Isso significará decisões dolorosas. Isso significará cortes.” Também um representante da OCDE Willem Adema, economista sênior da divisão de política social manifestou recentemente que “Há uma percepção crescente de que o sistema precisa se tornar menos generoso, e muitas pessoas não estão muito felizes com isso”.

De Schutter pelo contrário, afirma que “O bem-estar social não é um luxo para uma sociedade, não é algo que possamos dispensar em tempos de crise”. Segundo o jurista, a universalidade dos programas de bem-estar social foi a chave para seu sucesso, e os programas de bem-estar social do século XX não apenas reduziram as desigualdades, como também ajudaram a construir “capital social” nas comunidades, unindo as pessoas com um senso de propósito comum e futuro compartilhado. Concluindo com a seguinte explicação: “As razões culturais para a ascensão da extrema direita, a aversão aos outros e a xenofobia aberta, são porque as pessoas não se sentem protegidas de ficarem para trás”, disse ele. “As pessoas confiam menos, investem menos na vida cívica e veem os outros como concorrentes, inclusive no acesso a benefícios.” Dessa forma, o autor do relatório amontoa diversas razões culturais ou até psicológicas como explicação do prestígio crescente da “extrema direita” vinculada aos sistemas de proteção social. Mas não explica o fundamento dessa reação “cultural”.

Certamente que como ideologia, o vínculo explicativo entre extrema direita e proteção social é elaborado por intelectuais que servem ao grande capital e aos seus setores mais poderosos. Mas, como toda ideologia, precisa de um solo adubado para pegar e este solo é constituído pela crescente expulsão de força de trabalho nas principais economias do mundo ocidental. Trata-se, portanto, de uma alteração no emprego da força de trabalho que vem se processando desde o último quarto do século XX. O famoso Estado de Bem-Estar Social se desenvolveu principalmente na Europa após a Segunda Guerra Mundial, período caracterizado pelo crescimento da economia capitalista devido à destruição generalizada que a guerra havia provocado. Era um período em que a demanda por força de trabalho era maior que a oferta, o que se traduziu no incremento de salários e na montagem de um arcabouço jurídico institucional de proteção social. Era uma época de quase pleno emprego.

Este cenário mudou a partir de meados da década de 1970, quando voltou a estourar uma crise generalizada. Como toda crise capitalista, era a manifestação da existência de um excesso de valores produzidos que não podiam mais se transformar – em sua totalidade – em dinheiro, quer dizer, o valor não podia se realizar completamente. Desde aquele momento, a economia capitalista descreve uma curva descendente com pequenos ou curtos períodos de recuperação, mas prevalece a tendência a uma crise generalizada.

A resposta da burguesia à crise só pode ser o fechamento dos estabelecimentos produtivos, comerciais etc., quer dizer, demitir trabalhadores, provocar o desemprego. Marx e Engels já haviam descrito no Manifesto do Partido Comunista esse mecanismo, o das crises cíclicas do capitalismo.

Esta situação provoca de um lado, o aumento da concorrência entre os trabalhadores empregados e desempregado e, de outro, uma pressão sobre os sistemas de proteção social para restringi-los, diminuir ou acabar. Os trabalhadores do mundo inteiro começaram a padecer as consequências dessa restrição na forma das contrarreformas neoliberais. O alcance, extensão e abrangência dos sistemas de proteção social (saúde, educação, transporte, habitação, previdência etc.) depende da relação entre a oferta e a demanda por força de trabalho, da mesma forma que o tamanho dos salários médios. Quando o capital tem maior demanda por força de trabalho, salários e serviços sociais tendem a aumentar; quando a oferta de força de trabalho é maior, aqueles tendem a diminuir. Como ensina Marx, o trabalhador sob o capitalismo conta apenas como força de trabalho, ele pertence ao capital inclusive quando está fora da produção. Estamos, em geral, no meio de um ciclo recessivo, daí a pressão pelas contrarreformas nos sistemas de proteção social. E não serão as pregações morais acerca da importância da universalização que irá derreter os corações dos agentes do capital em crise.

Ao mesmo tempo, nesse quadro se acirra a concorrência entre os trabalhadores empregados e desempregados que, na ausência de organismos políticos e sindicais que unifiquem as lutas de todos contra o capital, disputam os poucos postos de trabalho com ferocidade. São estas circunstâncias as que dão sustentação às ideologias direitistas, xenófobas, racistas e fascistas. De modo que, se não for extirpada a raiz que provoca esta desgraçada situação para os trabalhadores, se não se acabar com o capitalismo e se iniciar a transição ao socialismo, os trabalhadores estão condenados a perecer em aras da sacrossanta propriedade privada capitalista.

O fato da ONU encomendar um informe sobre esta situação, revela que uma parte da grande burguesia imperialista visualiza um perigo na continuidade desse desmonte – estimulado ao mesmo tempo que estimula a extrema direita – seja pela necessidade que eventualmente haverá de mais força de trabalho numa eventual retomada do desenvolvimento, por isso, ao menos uma parte da força de trabalho deve sobreviver; seja pelo receio de convulsão social incontrolável que essa situação possa provocar.

O fato é que o desenvolvimento monumental das forças produtivas que o capitalismo propiciou em tão pouco tempo não podem mais continuar se desenvolvendo no seio das atuais relações de produção, quer dizer, o que bloqueia o desenvolvimento pleno das forças produtivas é a continuidade da propriedade privada capitalista. De modo que, mesmo que haja curtos períodos de recuperação, a tendência geral é a de aumentar o desemprego e desmontar os sistemas de proteção social. Isso implica a liquidação física de uma parte importante da força de trabalho, quer dizer de trabalhadores. Confirmando-se dessa forma a caracterização feita por Lênin de que a etapa que nos toca, a etapa imperialista que vivemos, se caracteriza dentre outros elementos pelo não crescimento das forças produtivas, pois, sendo a força de trabalho a principal força produtiva, o que se verifica no quadro pintado pelo jurista contratado pela ONU é a tendência a sua liquidação.

O proletariado não pode imaginar, nem por um segundo, que um órgão imperialista esteja de fato preocupado pela sorte dos trabalhadores. Pelo contrário, tem de denunciar toda e qualquer ilusão que seja produzida nesses meios. A emancipação da classe operária só pode ser obra da classe operária, já nos ensinaram Marx e Engels. Esta obra, contudo, exige a construção da direção revolucionária do proletariado, a superação da crise de direção.

108

anos da Revolução Russa

Viva a revolução proletária! Viva as conquistas da revolução socialista! Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional



Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

108 anos da Revolução Russa*Em defesa da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)**Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional*

Em 25 de outubro de 1917, a classe operária russa, aliada aos camponeses pobres, derrotava as forças contrarrevolucionárias da burguesia interna e do imperialismo e conquistava o poder do Estado. Emergia o primeiro Estado operário vitorioso, projetando os métodos da revolução social que ganharam forma histórica com a Comuna de Paris, em 1871. A primeira revolução proletária esmagada expôs o fundamento de classe do Estado burguês, que é o da ditadura da minoria exploradora sobre a maioria explorada. Ao mesmo tempo, comprovou a tese do socialismo científico de que a classe operária é a única força social capaz de combater a dominação de classe e emancipar os explorados de toda forma de exploração e opressão. Esse foi o mais importante legado da Revolução de 1871, que estabeleceu o marco inicial do processo de transição do capitalismo ao socialismo, e do socialismo ao comunismo.

A Revolução de Outubro de 1917, do ponto de vista histórico, foi a continuidade da transição iniciada a 46 anos pela Comuna de Paris. O vínculo entre a tomada do poder do Estado na França e na Rússia expôs a unidade mundial do proletariado, o internacionalismo e as condições de sua organização como classe independente e orientada pela teoria do socialismo científico e pelo programa da revolução social.

O primeiro passo nesse sentido foi o da constituição da Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional), dirigida por Marx e Engels, assentada no Manifesto do Partido Comunista, concebido em 1848 como programa da construção do partido revolucionário do proletariado. A derrota da Comuna encerrou provisoriamente a I Internacional. O fundamental dessa experiência está em que permitiu a sedimentação do objetivo de constituição dos partidos marxistas em toda a parte e a edificação de um Partido Mundial da Revolução Socialista.

Logo após a dissolução da I Internacional em 1876, o movimento socialista realizou um Congresso em 1889 e fundou a II Internacional. Esse passo alargou o horizonte do internacionalismo proletário. A luta de classes pavimentou o caminho da construção do Partido Mundial da Revolução Socialista. O trabalho da van-

guarda revolucionária voltado a organizar a luta pelo socialismo nas condições objetivas de cada país e uni-la em uma só força sob o programa do internacionalismo proletário passou a ter um alcance muito superior às experiências do período de 1848 a 1889.



O capitalismo chegava ao fim de sua fase liberal de desenvolvimento das forças produtivas e iniciava a sua fase superior imperialista, expondo suas tendências regressivas e desintegradoras. Em última instância, havia estreitada e esgotada a possibilidade de reformas. O capitalismo internacionalizado alcançava o completo amadurecimento das premissas históricas das revoluções proletárias. Em outras palavras, o capitalismo da época imperialista não podia resolver as tarefas democráticas pendentes, resultantes do desenvolvimento desigual e combinado das nações. A interdependência entre o estágio mais avançado e o mais atrasado das forças produtivas havia deixado para trás as revoluções democrático-burguesas e estabelecido as condições para as re-

voluções socialistas. Passava a predominar o choque entre as forças produtivas chefiadas pelo imperialismo e os Estados nacionais. A concentração monopolista e o agigantamento do capital financeiro parasitário, controlado por um pequeno número de países, agudizaram as contradições nacionais e de classes.

Nessas condições, as potências imperialistas desencadearam a Primeira Guerra Mundial. Diante de um deslocamento tão grande de forças capitalistas em disputa por mercados, por fontes de matérias-primas e pela penetração de capitais, a direção da II Internacional se mostrou adaptada às pressões das frações da burguesia imperialista e subordinadas ao parlamentarismo. O reformismo e o pacifismo pequeno-burguês haviam minado as bases originárias da II Internacional. A Alemanha, por ter abrigado mais profundamente o processo de quebra da independência do Partido Socialdemocrata, sediou o revisionismo antimarxista, acabando por projetar o nacionalismo chauvinista.

Na Rússia, a divisão da socialdemocracia se destacou pela emersão da fração bolchevique sob a direção de Lênin, o que tornou possível a continuidade e o fortalecimento do socialismo

científico. Os seus fundamentos se ampliaram teórica e programaticamente embasados nas novas condições do capitalismo, que adentrava na fase superior e última, que é a do imperialismo.

A guerra que arrastou a Europa para a destruição material e liquidação de milhões vidas humanas não guardava nenhum traço de progressividade como a das guerras anteriores que serviram à superação do velho regime feudal e à constituição dos Estados nacionais. O entroncamento da resistência da classe operária com o programa da revolução social se manifestou em toda a Europa conflagrada, mas foi na Rússia que levou o proletariado ao poder em Outubro de 1917, após a revolução de 1905 esmagada pelo poder monárquico e após a primeira fase da revolução em fevereiro de 1917.

O Partido Bolchevique derrotou os partidos pequeno-burgueses reformistas constituindo o programa da revolução proletária no interior da classe operária russa e internacional. E, finalmente, os derrotou na prática, dirigindo o proletariado em aliança com os camponeses sob a estratégia e a tática decorrentes do princípio programático da ditadura do proletariado e da revolução nacional como parte da revolução socialista mundial. A vitória de Outubro demonstrou ser uma conquista do internacionalismo proletário. As tarefas democráticas decorrentes das particularidades da Rússia atrasada e da mecânica das classes foram resolvidas por meio de profundas reformas sob o governo operário e camponês, a democracia soviética e a ditadura do proletariado. Esse curso se estabeleceu nas condições de transição do capitalismo ao socialismo, que quanto à forma era nacional e quanto ao conteúdo, internacional.

A constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 30 de dezembro de 1922 entrelaçou os povos oprimidos pelo império czarista, possibilitou dar os primeiros passos no sentido da superação da opressão nacional e abriu uma poderosa trincheira contra a dominação imperialista. A URSS foi concebida e organizada sob a direção do Partido Bolchevique como órgão da luta de classes e instrumento da transição do capitalismo ao socialismo. Nesse mesmo campo de combate, em 1919 realizou-se o Congresso de fundação da III Internacional. A Revolução Russa se elevou como o principal pilar da luta de classes mundial. O que resultou na organização do Partido Mundial da Revolução Socialista.

A II Internacional reformista foi soterrada pelo vulcão da revolução proletária. A I Internacional ressurgiu como um posto avançado da revolução social nas entranhas da III Internacional. Os Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista, dirigidos por Lênin e Trotsky, deram uma projeção programática e organizativa ao socialismo científico, colocando-o ao alcance da vanguarda que se despontou e do proletariado mundial que se despertou. Ao mesmo tempo, a burguesia internacional impôs derrotas ao proletariado em vários países, destacando-se as da classe operária alemã. Internamente à URSS, cresceram as pressões voltadas a obstaculizar o desenvolvimento das novas relações de produção e inviabilizar a transição do capitalismo ao socialismo. A potencialidade das transformações históricas, originadas da revolução, edificação da URSS e formação da III Internacional, impediu que as derrotas do proletariado mundial resultassem em derrocada das conquistas de Outubro. No entanto, favoreceram as forças internas restauracionistas do capitalismo. Gestou-se um movimento revisionista no seio do Partido Comunista Russo, do Estado Operário e, conseqüentemente, da III Internacional. Erigiu-se um órgão da contrarrevolução termidoriana restauracionista.

A burocratização do Estado operário se manifestou como um fenômeno contraditório com o processo de transição do capitalismo ao socialismo, ou seja, com o desenvolvimento das forças produtivas plasmadas pela propriedade social. A burocratização favoreceu um novo tipo de nacionalismo – o socialismo nacional. Stalin e Trotsky encarnaram os dois polos da contradição entre o socialismo nacional e o internacionalismo proletário. Esse embate

se originou já em 1923 e se consolidou a partir de 1924, com a morte de Lênin. No primeiro momento, parecia ser possível resolver o conflito em favor dos fundamentos marxista-leninistas. Mas, em 1927, já estava estabelecido o domínio da burocracia estalinista, que se impôs por cima da democracia partidária e da democracia soviética. A ditadura burocrática se firmou como órgão da restauração capitalista, derrotando a Oposição de Esquerda.

A URSS pôde se sustentar devido ao agravamento dos choques interimperialistas, que não só não foram superados pela guerra como se potencializaram depois da partilha do mundo, negociada pelas potências vencedoras no acordo de Versalhes, em 1918. A previsão da III Internacional da época de Lênin, de que era preciso preparar o proletariado para enfrentar a escalada militar e de que poderia desembocar em uma nova guerra mundial, se comprovou. A partir de 1929, as forças de imperialismo voltaram a confrontar-se em torno a uma nova partilha do mundo. Dez anos depois, eclodia a Segunda Guerra Mundial. Em maio de 1943, em plena guerra, Stalin dissolveu a III Internacional, acenando aos aliados imperialistas que a URSS estava sob a direção de uma política de coexistência pacífica. Linha essa que correspondia à tese sobre a possibilidade da construção do socialismo em um só país.

A liquidação da III Internacional foi uma medida contrária ao desenvolvimento da luta de classes mundial, cuja orientação leninista era a de transformar a guerra entre Estados em guerra civil pela tomada do poder pelo proletariado. Esse curso negativo à transição do capitalismo ao socialismo contou com a Oposição de Esquerda empenhada inicialmente em reformar o partido e a democracia soviética. E, em seguida, a partir de 1933, com ascensão de Hitler, derrubar a burocracia restauracionista por meio da revolução política e constituir um movimento por uma nova Internacional.

A fundação da IV Internacional em 1938 antecipou em alguns anos a liquidação da III Internacional. As condições, no entanto, eram extremamente adversas. A IV Internacional se constituiu na contracorrente das forças triunfantes do imperialismo e das forças auxiliares encarnadas pela burocracia estalinista. As derrotas da resistência operária se deveram à ação do imperialismo e dos partidos comunistas estalinizados. A IV Internacional nascitura não teve como servir ao proletariado, embora o Programa de Transição estivesse alicerçado nas condições objetivas do capitalismo em decomposição. Do ponto de vista histórico, o fundamental é que a IV Internacional estava destinada a dar continuidade à III Internacional da época de Lênin.

A burocracia estalinista saiu fortalecida da Segunda Guerra, o que possibilitou retardar o processo de restauração capitalista. A IV Internacional se estilhaçou sob a direção pequeno-burguesa, que, pressionada pelos acontecimentos, recorreu ao revisionismo capitulando perante o estalinismo, em meados de 1950. Nenhuma de suas frações foi capaz de se colocar à altura do Programa de Transição.

O fim da Segunda Guerra Mundial abriu uma nova etapa do cerco imperialista à URSS e do reanimamento das forças internas pró-capitalistas. Na década de 1980, essas forças, impulsionadas pelo próprio Partido Comunista Russo, ergueram a cabeça e tomaram a iniciativa de dinamizar a restauração capitalista. Em dezembro de 1991, a URSS foi desmoronada. O termidor estalinista, que se despontou em 1924, cumpriu sua função contrarrevolucionária depois de quase sete décadas. A IV Internacional já não existia como organização e a crise de direção havia se potenciado como nunca antes visto. Seus reflexos se manifestaram nas reformas pró-capitalistas na China, iniciadas em fins dos anos de 1970.

Nesses aproximadamente quarenta e cinco anos de predomínio da restauração capitalista, a crise mundial não se arrefeceu, ainda que tenha sido processada com altos e baixos. A guerra na Ucrânia que se prolonga por mais três anos é o acontecimento mundial mais importante por se manifestar na Europa, expressar

a restauração capitalista, demonstrar a gravidade da liquidação da URSS, representar o renascimento da opressão nacional e expor o cerco imperialista à Rússia, tanto econômico quanto militar. Essa guerra estampa a crise de direção na sua forma mais dramática, que é a de dilacerar a classe operária das ex-repúblicas soviéticas e de se desenvolver contando com uma brutal passividade das massas europeias oprimidas. O imperialismo se apoia na restauração capitalista para apontar as armas da OTAN à Rússia e forçar a Ucrânia a se submeter ao capital internacional.

A intervenção militar do Estado sionista de Israel na Faixa de Gaza, por sua vez, envolveu o Oriente Médio na escalada bélica de ordem mundial. Ao retratar a face mais dramática da barbárie social, desencadeou um significativo movimento das massas mundiais. Esse contraponto com a guerra na Ucrânia dá a dimensão da luta de classes neste momento em que a Revolução Russa completa 108 anos. Certamente, a movimentação das massas na Europa está marcada pela desintegração do capitalismo e em suas entranhas pela guerra na Ucrânia. As presentes guerras de dominação contra as quais a vanguarda revolucionária vem lutando têm como lastro as etapas da crise do capitalismo do pós-guerra. Tudo indica que a guerra comercial dos Estados Unidos com a China se desdobra em escalada militar. Eis por que os Estados Unidos vêm reforçando sua intervenção na América Latina.

Nos marcos de confrontos econômicos e militares, emerge o programa da revolução social, ao mesmo tempo que expõe a necessidade de superar a crise de direção. Emerge, sensivelmente, as conquistas da Revolução Russa. Cada vez mais a classe operária e demais explorados se voltarão a reconhecer e a assimilar as experiências revolucionárias do passado. Entre elas, a Revolução Russa é o mais poderoso farol da humanidade,

O POR, como membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), levantou ontem e levanta hoje as bandeiras: Em defesa da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Viva os 108 anos da Revolução Russa!

Marchemos empunhando o programa da revolução social!

Levantemos bem alto a bandeira do internacionalismo proletário!

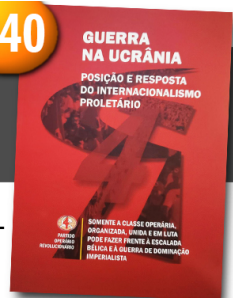
25 de outubro de 2025

LANÇAMENTO!

**GUERRA NA
UCRÂNIA**

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$40



Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$40



Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Iniciamos no Jornal Massas 743 o estudo da Plataforma da Oposição de Esquerda sintetizando a sua origem e os fundamentos gerais da luta contra a burocratização do Partido Comunista e o revisionismo estalinista que dava seus primeiros passos. No Massas 744, expusemos os capítulos “A situação da classe operária e os sindicatos” e “A questão agrária e a construção socialista”. No Massas 745, demos continuidade com o capítulo V “A

indústria do Estado e a edificação do socialismo”. No Massas 746, fizemos a exposição do capítulo VI “Os Soviotes”. No Massas 747, tratamos do capítulo VII “A Questão Nacional”. No Massas 748, demos continuidade à apresentação de Plataforma da Esquerda Unificada de 1927, expondo o capítulo VIII sobre a importância histórica do partido leninista, não só para a tomada do poder como para levar adiante o processo de transição

do capitalismo ao socialismo. Os capítulos IX, “A Liga da Juventude Comunista” e X, “Nossa situação internacional e o perigo da guerra” foram tratados no Massas 749. “A derrota da revolução chinesa e suas causas”, expusemos no Jornal Massas 750. Agora, daremos sequência concluindo o capítulo X “A estabilização parcial do capitalismo e a tática da Internacional Comunista” e “Conclusão Principal”.

“A estabilização parcial do capitalismo e a tática da Internacional Comunista”

Nesse ponto, a Plataforma da Oposição de Esquerda se ocupa de fundamentar a divergência de fundo com a direção estalinista quanto à caracterização do capitalismo da época imperialista e seus condicionamentos nacionais. Essa questão dizia respeito não

só ao momento e lugar da Revolução de Outubro como especialmente à fundação da III Internacional, como Partido Mundial da Revolução Socialista. O revisionismo estalinista desviava-se dos princípios e do programa internacionalista, recorrendo à tese sobre a possibilidade de construir o socialismo na URSS a despeito dos elos existentes com o capitalismo mundial.

A Plataforma retoma a base programática do bolchevismo que considera a Primeira Guerra Mundial como um marco decisivo da nova época em que havia adentrado o capitalismo, que é a da revolução socialista. O nacionalismo estalinista rompia, portanto, as premissas que expunham o capitalismo da época imperialista,

como sendo de guerras, revoluções e contrarrevoluções. Eis por que a Oposição de Esquerda centrará seu combate em torno à teoria do socialismo em um só país. As passagens abaixo são de fundamental importância para demonstrar o acerto da luta de Trotsky e de seus companheiros da Oposição contra as forças restauracionistas que davam seus primeiros passos a partir de 1924, quando da morte de Lênin.

“O reconhecimento do fato de que a guerra e a Revolução de Outubro iniciaram uma época de revolução mundial não significa, evidentemente, que em qualquer momento tenhamos à mão uma situação imediatamente revolucionária. Em determinados períodos, em países particulares e em ramos particulares da produção, o capitalismo ‘agonizante’ (Lênin) pode conseguir o restabelecimento parcial de sua economia e até um novo desenvolvimento de suas forças produtivas. A época da revolução mundial terá seus períodos de alta e baixa. Tanto maior será, portanto, a importância da preparação da classe operária e de seu partido, do grau de influência exercido pela socialdemocracia contrarrevolucionária contraposta à linha correta da Internacional. Mas o fluxo e o refluxo da revolução não alterará a caracterização leninista fundamental da atual época histórica considerada em sua totalidade. Somente essa avaliação pode constituir a base da estratégia revolucionária da Internacional Comunista”.

“Não obstante, como resultado de uma série de derrotas do movimento revolucionário internacional e do pessimismo delas derivado, o grupo de Stalin, sem se dar conta, chegou a uma avaliação completamente ‘nova’ e essencialmente socialdemocrata da época atual. Toda ‘teoria’ do socialismo em um só país se deriva fundamentalmente da suposição de que a ‘estabilização’ do capitalismo há que durar uma série de décadas. Essa ‘teoria’ é essencialmente um resultado da atitude pervertida dos apóstolos da ‘estabilização’. Não se deve a uma pura casualidade que a ‘teoria’ do socialismo em um só país tenha sido bem acolhida pelos socialistas revolucionários de esquerda e de direita. O mesmo Chernov escreveu sobre esse assunto acerca do ‘populismo comunista’ de Stalin e Bukharin. O jornal dos socialistas revolucionários de esquerda (Znamia Borbi, números 17 e 18, 1926) dizia: ‘Stalin e Bukharin afirmam, como verdadeiros norodíniks, que o socialismo pode triunfar em um só país’. Os socialistas revolucionários apoiam essa teoria porque veem nela a renúncia da tática da revolução mundial”. (...)

“Outro aspecto da ‘estabilização’ do capitalismo é o número de operários desempregados, que se eleva a 20 milhões; a tremenda incapacidade do aparato produtivo; o nocivo incremento dos preparativos militares; a tremenda fragilidade das relações econômicas internacionais. Nada revela melhor do que a superficialidade das esperanças de um longo período de paz como o atual perigo de guerra que paira sobre a Europa. Somente o pequeno-burguês sonha com a estabilização por ‘décadas’, cego pela vitória do capitalismo sobre os operários, cego pelos triunfos técnicos, econômicos e políticos do capitalismo. Mas os fatos reais se desenvolvem em direção a uma guerra que fará saltar toda a ‘estabilização’. (...) Ocorre uma sublevação militar das massas operárias e camponesas da China, e o Comitê Central do partido comunista chinês se torna um mero apêndice do Kuomintang burguês. Essas são as contradições flagrantes da atual situação mundial. Esses são os fatos que sustentam e prolongam a ‘estabilização’ do capitalismo. Nosso maior problema é ajudar os partidos comunistas a colocarem-se à altura da gigantesca tarefa que lhes impõem a época atual. Mas isso pressupõe, em primeiro plano, a exata compreensão do caráter da situação mundial por parte da Internacional Comunista”. (...)

“Nosso partido comunista internacional (a Internacional Comunista) deve assinalar a tarefa de consolidar a classe operária

33 anos da liquidação da URSS

internacional para a luta contra a guerra, em defesa da União Soviética e pela transformação da guerra imperialista em guerra pelo socialismo”. (...)

Como se pode constatar, essa posição foi comprovada nos acontecimentos posteriores a 1927. A crise mundial do capitalismo continuou a sua marcha e a luta de classes se agravou. O fato da posição majoritária estalinista se impor no aparato partidário e no governo soviético impossibilitou que a III Internacional centralizasse e dirigisse o movimento revolucionário dos explorados e dos povos oprimidos no sentido das revoluções proletárias.

“Principal Conclusão”

Constitui-se de sete pontos, destacamos apenas os pontos 1, 2 e 7.

1. “(...) Lênin fez algumas concessões econômicas aos imperialistas para comprar o afastamento da guerra ou atrair o capital internacional nas condições aceitáveis. Mas nem nessas circunstâncias, nem nos momentos mais críticos da revolução, Lênin admitiu a ideia de abolir o monopólio do comércio exterior, de oferecer direitos políticos ao kulak, de debilitar nosso apoio à revolução mundial ou de debilitar a tática da revolução mundial em geral”. Nesse ponto da conclusão, a Oposição de Esquerda referia-se à Nova Política Econômica (NEP) formulada por Lênin e apoiada por toda a direção do Partido Comunista.

“A teoria da realização do socialismo em um só país está desempenhando agora um papel desagregador, e obstaculiza notoriamente a consolidação das forças internacionais do proletariado em torno à União Soviética”.

2. “Os órgãos da burguesia internacional e dos socialdemocratas manifestam agora um interesse especial pelas disputas internas de nosso partido. Alimentam e fustigam abertamente a atual maioria do Comitê Central a excluir a Oposição dos órgãos dirigentes do partido, e, se possível, do partido mesmo, anulando-os totalmente”.

7. “Levar a cabo uma preparação total da economia, para o caso de guerra. O capitalismo está entrando em uma nova fase de perturbações. Uma guerra com a União Soviética, como uma guerra com a China, significará uma série de catástrofes para o capitalismo internacional. A guerra de 1914-18 foi um ‘acelerador’ gigantesco (Lênin) da revolução socialista. As novas guerras, e em particular uma guerra contra a União Soviética, por meio da qual, se seguirmos uma política acertada, ganharemos a simpatia das massas trabalhadoras de todo o mundo, pois transforma-se em um ‘acelerador’ ainda maior para a derrubada do capitalismo mundial. As revoluções socialistas se desenvolverão sem novas guerras, mas as novas guerras conduzirão inevitavelmente a revoluções socialistas”.

A exposição da Plataforma da Oposição de Esquerda revela como as divergências e os choques delas desprendidos se deram sobre a base dos acontecimentos e das orientações que envolveram o período de 1923 a 1927. As formulações teóricas e principistas se manifestaram nas condições práticas da crise mundial do capitalismo e da tarefa de sustentar as conquistas da Revolução de Outubro nos marcos da luta de classes mundial. O revisionismo estalinista foi claramente exposto na confrontação desenvolvida pela Oposição de Esquerda, que encarnava a continuidade do marxismo-leninismo. A Plataforma da Oposição de Esquerda se insere na luta da III Internacional, que se viu desviada em seu programa pelo revisionismo de Stalin e seus acólitos.

(As citações foram extraídas “A situação na Rússia depois da revolução”, Trotsky, Distribuidora Baires S.A.L, Buenos Aires, 1973)

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

